



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(PPGEO/UESB)
MESTRADO EM GEOGRAFIA



FERNANDA BASTOS MEIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E EXPANSÃO URBANA NA PEQUENA
CIDADE DE BOM JESUS DA SERRA - BA**

Vitória da Conquista – BA

Setembro de 2023

FERNANDA BASTOS MEIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E EXPANSÃO URBANA NA PEQUENA
CIDADE DE BOM JESUS DA SERRA - BA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Prof. Dr. Altemar Amaral Rocha

Vitória da Conquista – BA

Setembro de 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

M451p

Meira, Fernanda Bastos.

Produção do espaço e expansão urbana na pequena cidade de Bom Jesus da Serra - Ba. / Fernanda Bastos Meira, 2023.

141f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Altemar Amaral Rocha.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 116 – 122.

1. Urbanização - Produção do espaço urbano. 2. Pequenas Cidades. 3. Parcelamento do Solo. 4. Expansão Urbana.. I. Rocha, Altemar Amaral. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 307.76

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

FOLHA DE APROVAÇÃO

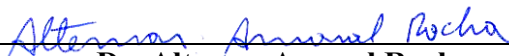
FERNANDA BASTOS MEIRA

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E EXPANSÃO URBANA NA PEQUENA CIDADE DE BOM JESUS DA SERRA - BA

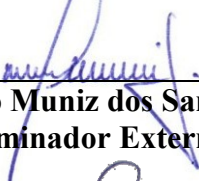
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Data de aprovação: 10 de julho de 2023


Banca Examinadora



Dr. Altemar Amaral Rocha
Orientador



Dr. Antonio Muniz dos Santos Filho
(Examinador Externo)



Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos
(Examinador interno)

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.
Linha de pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais.

Vitória da Conquista- BA

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato grandioso que deveria ser feito todos os dias por nós; é um processo cultivado por um sentimento de paz e contentamento que nos faz transcender e é um sinal de que um ciclo está se fechando para que outros surjam.

Confesso que estes agradecimentos simbolizam uma vitória para mim. Durante a trajetória do curso de mestrado, pensei que não conseguiria dar conta de tanta coisa ao mesmo tempo. Depois da qualificação, senti-me extremamente vulnerável e receosa, principalmente pelo tamanho da correção que teria que ser feita no texto. Apesar do baque, de certa forma, acordei para o que realmente poderia ser feito em minha pesquisa, sinto que amadureci diante das críticas que foram necessárias.

Quero agradecer a Deus por ter me guiado até aqui. À minha mãe Hilda e à minha irmã Talita por sempre cuidarem de mim, por fazerem sempre o possível para que eu não desistisse de minha jornada, pela confiança, o zelo, o amor, que só eu sei como me sustentam. Aos meus avós Antônio e Maria, vocês são os melhores avós que a vida poderia ter me presenteado, obrigada por tudo. À minha dinda Lêda e à minha prima Lígia por terem sempre me incentivado a estudar, a não ter medo do mundo, pelos conselhos, pelo carinho, por serem minhas irmãs de coração. A Kekel e Araci pela amizade, risos e confiança de sempre. Ao meu irmão Júnior que, mesmo estando longe, sempre me apoiou e me animou em nossas conversas. A Davi por ser meu melhor amigo, meu par, meu amor pela sua paciência, ajuda e por ter feito minha trajetória ficar menos cansativa.

Gostaria de agradecer, de maneira especial, àqueles que estiveram na labuta do dia a dia comigo na UESB. Em especial, ao meu orientador Altemar que se faz presente em minha vida acadêmica desde 2019, me ensinando o que é a pesquisa e me dando a oportunidade de crescer. Aos meus colegas de Mestrado, em especial a Ivana e Leonardo que foram fundamentais para que eu pudesse amadurecer em muitos aspectos da pesquisa. A Talia por ter me auxiliado nessa parte final da escrita.

Agradecer aos meus professores de toda a minha vida escolar e acadêmica, em especial aos do Mestrado: Suzane, Míriam, Vilomar, Espedito, Fernanda e Mário Rubem. A Luciana, que foi minha professora de estágio e se tornou uma amiga. Vocês são fundamentais para a academia e para a Geografia.

Agradeço a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por ter me oportunizado uma vaga no curso de Graduação em Geografia e posteriormente ao

Programa de Pós Graduação em Geografia pelo curso de mestrado. Meus agradecimentos também à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela oportunidade de ser contemplada com uma bolsa de estudos.

Há muitas outras pessoas que participaram desse processo e sou muito grata a todos que, de alguma maneira, ajudaram-me a percorrer esse caminho.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo apresentar o estudo realizado sobre a expansão urbana na cidade de Bom Jesus da Serra – BA, de modo a compreender as transformações socioespaciais que ocorreram na cidade. O estudo apresentado, tem uma significativa relevância para a Geografia, sobretudo, no âmbito da Geografia urbana, pois contribui para a compreensão das metamorfoses que as pequenas cidades sofrem a partir da demanda do modo de produção capitalista. A formação territorial de Bom Jesus da Serra – Ba, que foi por muito tempo distrito do município de Poções - Ba, faz parte da ocupação sertanista que ocorreu por todo o interior da Bahia. Desde a emancipação de Bom Jesus da Serra em 1989, a cidade passou a desempenhar algumas funções administrativas e em setores como comércio e serviços. O processo de expansão urbana em seus bairros, com a construção de novos loteamentos, mostrou-se crescente desde 2010, evidenciando que houve uma agregação de valor do solo urbano no decorrer desses anos e que os proprietários fundiários fizeram a conversão de terras rurais em urbanas como um mecanismo para vender os lotes com um valor maior. Desse modo, observou-se que, cada vez mais, o solo urbano foi parcelado e vendido por valores mais elevados. Além disso, o município faz parte da rede de Influência de Vitória da Conquista – Ba e depende de outros centros, como Poções, para atender às demandas da população, sobretudo, nos serviços e comércio, uma vez que o núcleo urbano se porta como centro local oferecendo apenas os serviços básicos para atender os habitantes do município. Por meio do levantamento bibliográfico, estudou-se a temática do urbano e das cidades pequenas, atrelado ao modo de produção capitalista e como este atua na produção do espaço. Ademais, realizou-se a pesquisa de campo a partir de questionários com a população, entrevistas com donos de loteamentos, junto ao levantamento de dados, bem como coleta de fotos e elaboração de mapas. Também, buscou-se compreender os aspectos urbanos, históricos e socioespaciais da cidade para contemplar a proposta de análise.

Palavras-chave: Urbanização; Espaço; Pequenas Cidades; Parcelamento do Solo; Expansão Urbana.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the study conducted on urban expansion in the city of Bom Jesus da Serra – BA, in order to understand the socio-spatial transformations that occurred in the city. The study presented has a significant relevance for Geography, especially in the context of urban geography, as it contributes to the understanding of the metamorphoses that small cities suffer from the demand of the capitalist mode of production. The territorial formation of Bom Jesus da Serra - Ba, which was for a long time a district of the municipality of Poções - Ba, is part of the sertanista occupation that occurred throughout the interior of Bahia. Since the emancipation of Bom Jesus da Serra in 1989, the city began to perform some administrative functions and in sectors such as commerce and services. The process of urban expansion in their neighborhoods, with the construction of new subdivisions, has been increasing since 2010, evidencing that there was an aggregation of value of urban land over the years and that landowners made the conversion of rural land into urban land as a mechanism to sell the lots with a higher value. Thus, it was observed that, increasingly, the urban land was parceled out and sold for higher values. In addition, the municipality is part of the network of Influence of Vitória da Conquista – Ba and depends on other centers, such as Poções, to meet the demands of the population, especially in services and commerce, since the urban core behaves as a local center offering only the basic services to meet the inhabitants of the municipality. Through the bibliographic survey, we studied the theme of urban and small cities, linked to the capitalist mode of production and how it acts in the production of space. In addition, the field research was carried out from questionnaires with the population, interviews with owners of allotments, along with data collection, as well as collection of photos and preparation of maps. Also, we sought to understand the urban, historical and socio-spatial aspects of the city to contemplate the analysis proposal.

Keywords: Urbanization; Space; Small Towns; Land Parceling; Urban Expansion.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Mina de São Félix do Amianto, década de 1960.....	61
Foto 2 - Espacialidade da Mina São Félix do Amianto na década de 1960	61
Foto 3 - Vila operaria da mina São Félix do Amianto -1960	63
Foto 4 - Ruínas da usina – Mina de São Félix do Amianto abandonada pela Sama em 1967	63
Foto 5 - Antiga feira municipal de Bom Jesus da Serra – Ba, 1985	66
Foto 6- Primeira sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra – Ba, 2000..	67
Foto 7 - Reforma e ampliação do Mercado Municipal de bom Jesus da Serra – Ba, 2018	68
Foto 8 - Antiga Praça Vitorino José Alves, Bom Jesus da Serra – Ba, 2005	69
Foto 9 - Centro de Bom Jesus da Serra – BA, 2012	71
Foto 10– Central de Abastecimento de Bom Jesus da Serra – Ba, 2016	72
Foto 11 – Rua principal do Bairro Cruzeiro em Bom Jesus da Serra – Ba, 2022.....	90
Foto 12 - Loteamento Manoel Dalira em Bom Jesus da Serra – BA, 2022	100

LISTA DE CARTA-IMAGEM

Carta-imagem 1- Bairro Oliveiras entre 2014 e 2022.....	85
Carta-imagem 2 – Expansão urbana do bairro Alvorada entre 2014 e 2022.....	87
Carta-imagem 3 – Expansão urbana do bairro Cruzeiro entre 2014 e 2022.....	89
Carta-imagem 4 – Expansão urbana do bairro São Jorge entre 2014 e 2022.....	91
Carta-imagem 5 – Parte do loteamento Vilasboas II, usada para construção de escola, 2023.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos municípios no Brasil entre 1940 e 2015.....	35
Tabela 1 - Número de cidades no Brasil nos Censos Demográficos - 1960/2010	35
Tabela 2 - População das cidades brasileiras nos Censos Demográficos entre 1960 e 2010	36
Tabela 3 - População das cidades brasileiras nos Censos Demográficos entre 1960 e 2010.....	36
Tabela 4 – estabelecimentos em Bom Jesus da Serra por segmento de acordo com o CNAE (2022).....	78
Tabela 5 – Valores dos Loteamentos em Bom Jesus da Serra – Ba, 2022	101

Lista de Quadros

Quadro 01 – Expressão legal e descrição dos conceitos sobre o parcelamento do solo em São Paulo, 2005.....	51
Quadro 2 – Informações sobre os imóveis e terrenos de acordo com a população de Bom Jesus da Serra – Ba, 2022.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Elevação da população urbana de Bom Jesus da Serra – BA, 1991, 2000 e 2010	67
Gráfico 2 - Terrenos adquiridos para edificações em Bom Jesus da Serra – BA, 2022	89
Gráfico 3 - Renda da população por domicílio em Bom Jesus da Serra - BA – 2010	100
Gráfico 4 - Renda por domicílio da população urbana de Bom Jesus da Serra - BA em 2010	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Bom Jesus da Serra no contexto Territorial- Urbano-Regional	16
Mapa 2- Municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes – 2021	38
Mapa 3- Escalas da urbanização segundo regiões de articulação ampliada no Brasil- 2018	39
Mapa 4- Município de Bom Jesus da Serra-Bahia, 2022	55
Mapa 5 - Território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia: estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e 1819	58
Mapa 6 – Localização dos bairros na cidade de Bom Jesus da Serra - BA, 2023	70
Mapa 7 - Rede de influência Regional de Vitória da Conquista - BA - IBGE- 2018...	77
Mapa 8 - Divisão de bairros de Bom Jesus da Serra - BA em 2013	83
Mapa 9 – Loteamentos identificados em Bom Jesus da Serra - BA entre 2010 e 2022	97
Mapa 10 – Loteamentos existentes em Bom Jesus da Serra - BA entre 2010 e 2012	101
Mapa 11 – Loteamentos existentes em Bom Jesus da Serra - BA entre 2013 e 2014	103
Mapa 12 – Loteamentos existentes em Bom Jesus da Serra - BA em 2022	106

LISTA DE SIGLAS

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

SEI (Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia)

SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática)

TISB (Território de Identidade do Sudoeste Baiano)

CNAE (Classificação de Atividades Econômicas)

PIB (Produto Interno Bruto)

MEI (Micro Empreendedor Individual)

COELBA (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A)

EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A)

IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana)

INCA (Instituto Nacional do Câncer)

REURB (Regularização Fundiária Urbana)

SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento)

AS (Instituto Água e Saneamento)

MPF (Ministério Público Federal)

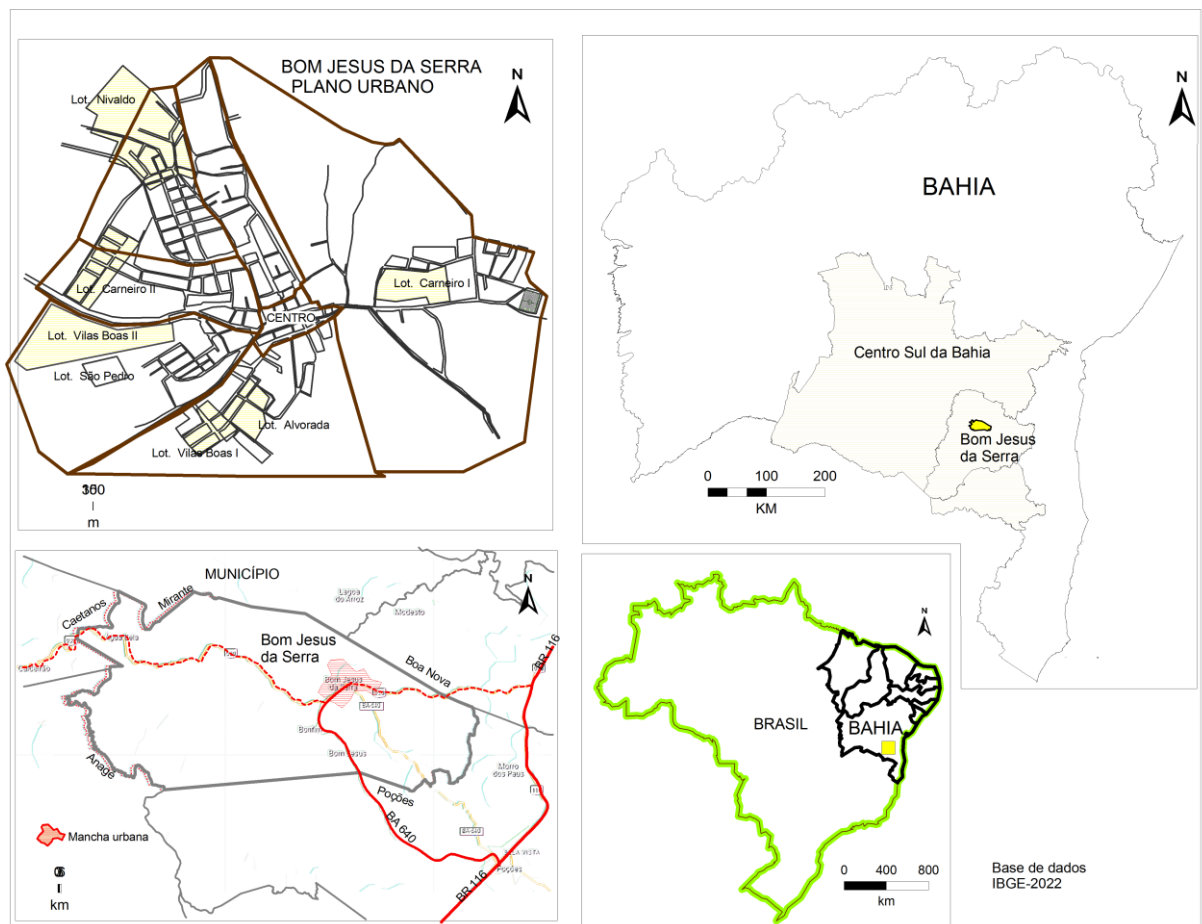
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO NO CONTEXTO URBANO.....	25
2.1 O Espaço como categoria de análise.....	26
2.2 A Formação do espaço urbano no Brasil	31
2.3 A produção de cidades e o parcelamento do solo urbano no Brasil.....	41
3. DA FORMAÇÃO À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA – BA.....	54
3.1- A Formação territorial de Bom Jesus da Serra no contexto baiano	56
3.2 Bom Jesus da Serra: de Distrito produtor de amianto a Município autônomo.....	59
3.3 A Configuração territorial de Bom Jesus da Serra após 1989.....	65
3.4 Bom Jesus da Serra – BA: uma pequena cidade na rede urbana do Centro Sul da Bahia	72
4. O ESPAÇO URBANO E OS NOVOS LOTEAMENTOS URBANOS DA CIDADE DE BOM JESUS DA SERRA	81
4.1 A Expansão do espaço urbano de Bom Jesus da Serra – Ba.....	81
4.2 As áreas de expansão urbana de Bom Jesus da Serra e suas Implicações na lógica da urbanização da cidade	94
4.3 As estratégias de compra e vendas nos loteamentos em Bom Jesus da Serra – Ba	108
5. CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES.....	123
ANEXOS.....	128

INTRODUÇÃO

A cidade de Bom Jesus da Serra está localizada na mesorregião Centro Sul da Bahia, e faz parte do contexto territorial do Semiárido nordestino com uma população urbana estimada, de 2760 pessoas vivendo na cidade e 7008 pessoas morando nas demais áreas do município em 2021, segundo dados do IBGE (2021). O território do município ocupa uma área de 467,9 km² e faz fronteira com os municípios de Anagé, Boa Nova, Caetanos, Mirante e Poções. A malha rodoviária de acesso a cidade se faz pela Rodovia BA 640, importante ligação com os principais centros urbanos da região, sobretudo Poções e Vitória da Conquista (mapa 1)

Mapa 1- Bom Jesus da Serra no contexto Territorial- Urbano-Regional - 2023



Elaborado pela autora (2023)

No âmbito regional, atualmente a cidade de Bom Jesus da Serra é caracterizada como centro local com características singulares desenvolvidas ao longo do seu processo de formação territorial que remonta ao período do Brasil Colônia do final do Século XVIII e início do Século XIX. Nesse período a localidade

que hoje é o centro urbano de Bom Jesus da Serra, funcionava como ponto de apoio das tropas, viajantes e mineradores que transitavam entre a Chapada Diamantina, Sul de Minas Gerais e o litoral da Bahia, permanecendo nesse contexto como ponto de paragem de viajantes ao longo de todo o século XIX e início do Século XX. Contudo, a configuração urbana da cidade de Bom Jesus da Serra somente se materializa-se nos finais do século XX e início do Século XXI, ou seja, a cidade se expande conforme os novos ritmos do desenvolvimento econômico e social da sociedade contemporânea local e regional.

Do ponto de vista da ciência geográfica o estudo das pequenas cidades engloba as questões urbanas, o modo de vida da população e as práticas espaciais que a sociedade produz enquanto unidade materializada no território em uma nucleação urbana singularizada com traços específicos codificados de acordo com sua trajetória ao longo dos tempos nessa condição espacial. De acordo (Carlos, 2007, p. 18) “a Geografia Urbana deve contemplar, em sua análise sobre o fenômeno urbano, uma crítica à formulação do saber sobre a cidade, porque é impossível separar a produção social do espaço da cidade”. Os pequenos centros urbanos devem ser vistos como lugares possíveis para a realização da vida, mesmo vivendo sob a égide das relações contraditórias no capitalismo.

Na atual fase do desenvolvimento urbano no Brasil, evidenciam-se muitas características em comum na maioria das cidades. No entanto essa produção do urbano promove particularidades que ficam mais evidentes nas cidades pequenas. No caso de Bom Jesus da Serra essas particularidades são bem evidentes em todo o perímetro urbano, com destaque para a transição do rural e do urbano que é bem específico na cidade. Por outro lado, reproduz-se na cidade o traçado das ruas, as calçadas, as construções das casas, enfim todas as formas espaciais urbanas universalizadas pelo modo de produção capitalista e pelo urbano contemporâneo universalizado na maioria das cidades brasileiras. Outra característica de Bom Jesus da Serra é a ausência de pavimentação asfáltica na maioria das ruas da cidade, sobretudo nos bairros novos e nos loteamentos que estão sendo implantados a partir de 2010, sendo esse um dos principais itens de análise na dissertação apresentada.

A presente dissertação foi pensada para entender como a população urbana de Bom Jesus da Serra desenvolveu e desenvolve-se no momento atual, foi pensada

também para colaborar com as questões teórico-metodológicas empregadas no estudo de cidades pequenas de modo a contribuir com as discussões teóricas e com resultados de pesquisa de campo sobre cidades pequenas, tendo como recorte espacial a cidade de Bom Jesus da Serra no interior da Bahia.

Ao realizar a pesquisa na cidade de Bom Jesus da Serra foi possível entender que as cidades pequenas fazem parte de uma dinâmica regional em que desempenham algumas funções. Podemos dizer que a cidade de Jesus da Serra é centro local que dialoga com outros centros regionais no interior da Bahia e com polos produtivos em escala nacional. Nessa pesquisa foi possível perceber que as atividades econômicas e de serviços desenvolvidos na cidade de Bom Jesus da Serra são voltadas para atender essa população local, com destaque para o consumo de produtos básicos do dia a dia. Embora o modo de produção capitalista tenha homogeneizado muitas funções socioespaciais, foi constatado em Bom Jesus que muitos dos serviços especializados ainda não são ofertados na cidade, mas é possível afirmar que a cidade está conectada em redes de serviços em escala regional, sobretudo articulando se com as cidades de Poções e Vitória da Conquista - BA.

Bom Jesus da Serra, tem sua história vinculada à ocupação das terras da Capitania da Bahia e Ilhéus pela colonização portuguesa no século XVIII e sua expansão no século XIX pelo sertanista João Gonçalves da Costa e sua família. O território onde é localizada a cidade por muito tempo foi uma fazenda chamada de Bom Jesus de Baixo que aos poucos foi sendo dividida pelos herdeiros do sertanista.

De acordo com Ferreira (1958) ao longo dos séculos XIX e XX, as famílias foram se formando no pequeno núcleo que em 1953 foi elevado à categoria de distrito do município de Poções, e desmembrado em 1989, quando se tornou sede do município de Bom Jesus da Serra. Essa lógica de formação territorial pode ser explicada pelas interações socioespaciais que vão para além dos limites do urbano, de acordo Sposito (1991, p. 64) “O modo de produção não produz cidades de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços”.

A compreensão dessa relação impulsiona a pensar a cidade enquanto reprodução social, mas não apenas do ponto de vista do urbano, mas da concentração das relações existentes para além dos limites da malha urbana. É preciso compreender a complexidade que há na integração desses dois espaços que

historicamente marcam a história da formação do espaço brasileiro.

O processo de expansão na cidade de Bom Jesus da Serra tem acontecido pela criação de loteamentos privados, esses têm valorizado o solo urbano em alguns bairros da cidade, no entanto, não foi implantada a infraestrutura adequada. Durante o estudo, foram analisados oito loteamentos: dois loteamentos que denominamos Vilasboas I e Vilasboas II, Loteamento Alvorada, Loteamento São Pedro, Loteamento Manoel Dalira, Loteamento Carneiro I, Carneiro II e Loteamento de Nivaldo.

A pesquisa empenhou-se em compreender a realidade espacial concreta e contraditória da cidade de Bom Jesus da Serra, buscando associar a observação empírica com o arcabouço teórico metodológico da Geografia para dialogar com a práxis, pois a práxis é um elemento essencial para a pesquisa geográfica. buscou-se também elucidar as contradições desse processo de urbanização recente da cidade de Bom Jesus, apontando questões que merecem uma análise crítica, sobretudo, questões atuais tais como: pobreza e riqueza, mercado e Estado, tempo e espaço. Essas questões vislumbradas em “pares dialéticos mostram que os fenômenos, em sua essência, estão em unidade, integrando uma só dinâmica: no momento, a capitalista” (SALVADOR, 2012, p 103)

A pesquisa se justifica no intuito de compreender como as cidades pequenas configuram sua espacialidade, visto que servem para a produção e a reprodução do capitalismo, de modo a trazer mudanças para o cotidiano da população e para a dinâmica dos espaços.

Sabe-se que dentro da ciência geográfica as cidades são vistas de inúmeras formas e podem ser estudadas por diversos caminhos teóricos-metodológicos dentro de uma prática socioespacial. Para Carlos (2007, p.20) “A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa”

A análise proposta buscou entender o processo de urbanização que é gerado historicamente pelas demandas do capitalismo. Santos (1977, p. 31) afirma que “As condições históricas presentes facilitaram o mecanismo de expansão do capital no espaço através do uso das formas”, fomenta o crescimento econômico das cidades médias e grandes.

Bom Jesus da Serra é uma cidade que passa por um processo de expansão

urbana, percebe-se que se enquadra nessa lógica de produção desigual tanto espacial quanto econômica. Desse modo, questiona-se, a fim de se desenvolver uma pesquisa: como ocorre o processo de produção do espaço urbano da cidade de Bom Jesus da Serra pela lógica da criação de novos loteamentos e das novas espacialidades urbanas da cidade?

Os objetivos da pesquisa foram pensados de forma a compreender a lógica da produção urbana da cidade, com a expansão através dos loteamentos, bem como compreender a estrutura intraurbana da cidade. Como objetivo geral, tem-se: compreender o processo de produção do espaço da cidade de Bom Jesus da Serra - BA pela lógica da criação de novos loteamentos, e das novas espacialidades urbanas. Os objetivos específicos são: identificar os diferentes processos de expansão urbana que ocorreram e avaliar o contexto em que estão inseridos; verificar o surgimento de novos loteamentos pela observação direta em campo dos vetores de expansão em Bom Jesus da Serra; analisar quais bairros de Bom Jesus da Serra tem apresentado maior expansão do número de novas edificações e o tipo dessas edificações; investigar os processos de comercialização e as estratégias de compra e venda dos lotes nesses novos empreendimentos imobiliários da cidade de Bom Jesus da Serra; averiguar se existe uma legislação municipal específica para a questão da construção civil e edificação urbana para a consolidação dessas novas estruturas da cidade; entender a lógica da funcionalidade urbana da cidade de Bom Jesus da Serra, enquanto cidade pequena, na rede urbana regional do sudoeste da Bahia.

Sabe-se que toda pesquisa científica requer planejamento, uma vez que esse é o caminho para trilhar o desenvolvimento de um estudo. Sobre esse percurso, Gil (2002, p. 19) afirma que o “planejamento da pesquisa pode ser definido como o processo sistematizado mediante o qual se pode conferir maior eficiência à investigação para em determinado prazo alcançar o conjunto das metas estabelecidas”. Assim, os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa pautaram-se na busca de fontes primárias e no entrecruzamento destas com dados secundários, sobretudo dos órgãos públicos municipais, dos dados do IBGE e da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia- SEI.

No âmbito da expansão urbana e da necessidade de compreender a lógica do planejamento urbano de Bom Jesus da Serra, privilegiou-se a pesquisa através de fontes primárias. Buscou-se reunir informações sobre o objeto de estudo, tendo em vista o

processo de urbanização no decorrer dos anos na cidade de Bom Jesus da Serra bem como, as variáveis que impulsionaram a crescente abertura de novos loteamentos. Com o levantamento da legislação urbanística municipal e federal, nos interessa compreender não apenas o conteúdo das normas, mas as discussões que as antecedem e sobre as quais se conformam, do mesmo modo, as instituições, os procedimentos administrativos e sujeitos responsáveis pela sua aplicação.

Num primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de espaço urbano, produção do espaço urbano e cidade pequena, com destaque para os autores referenciados Lefebvre (2001, 2006, 2013), Sposito (1991, 2000), Carlos (1981, 2001), Santos (2006). Posteriormente, buscou-se analisar a formação territorial e espacial de Bom Jesus da Serra e sua realidade como cidade pequena e principalmente, sua expansão urbana, foram usados autores como Roma (2008), Santos (2022), Maia (2009), Endlich (2011, 2016), Santos (1959), Abreu (2011), Santos (1993) Corrêa (1989, 2000, 2004, 2012), Rocha (2018), Cambraia (2009), Almeida (2012), Harvey (1980, 2005, 2007, 2013), Lefebvre (2006), Carlos (2007), Santos (1977, 2000, 2008), Sposito (1998), Leão (2010) Villaça (2001), Leonelli (2010).

Além da abordagem teórica necessária para fundamentar o texto, existem outros elementos que permitem ao investigador abarcar um tema. Nessa pesquisa, foi realizada coleta de dados públicos em órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra, também foi recorrido a algumas leis federais e municipais que tratam sobre expansão urbana como Lei nº 6.766 de dezembro de 1979, sobre a tributação Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, sobre o ordenamento urbano Lei nº 13.465, de 2017, Código de Obras Municipal de Bom Jesus da Serra (2014), Código Tributário e de Rendas de Bom Jesus da Serra (2021). A análise da legislação sobre parcelamento do solo e das demais leis complementares juntamente com as bases teóricas da pesquisa nos permitiu debruçar sobre a questão dos equipamentos urbanos públicos tais como iluminação pública, escolas, vias de circulação, rede de escoamento das águas pluviais; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável dentre outros. Também foi possível verificar na legislação as restrições relativas às áreas de preservação ambiental e quais são as recomendações para que o poder público municipal legisle sobre o assunto.

Para compreender a realidade espacial do objeto de estudo em questão, foram aplicados 30 questionários, direcionados à população entre 18 e 59 anos residente nos bairros Cruzeiro, Centro, Oliveiras e Alvorada, para verificar como foram adquiridos os terrenos em que construíram, entender como tem sido o processo de expansão urbana no centro urbano, como se deu o surgimento dos novos loteamentos e como a população tem observado a estrutura desses loteamentos.

Também foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, uma com os donos de loteamentos, para compreender como foi a lógica de criação, implantação dos referidos loteamentos, e também as estratégias utilizadas para a comercialização. Para entender como é feito o processo de compra e venda, foi feita uma entrevista com a dona de um terreno em um dos loteamentos existentes na cidade.

Foi realizada a observação de campo, com o intuito de identificar os novos empreendimentos imobiliários, verificar quais bairros apresentam áreas de expansão, se existem construções nessas áreas, o tipo de imóvel, as características dos loteamentos e da população residente nestes espaços, bem como os equipamentos públicos existentes nesses novos loteamentos, tais como: áreas destinadas a praças e demais espaços de lazer, áreas destinadas a escolas e equipamentos de saúde dentre outros.

Ainda por meio da observação direta em campo, com a utilização de um roteiro de infraestrutura urbana, foi investigado se há aplicação das políticas habitacionais e de serviços públicos, tais como água, saneamento básico, energia elétrica e iluminação pública entre outros equipamentos. Posteriormente com os dados da observação em campo e dos questionários, foi feito um mapeamento temático para identificar os loteamentos que surgiram na cidade desde o ano de 2010 e detalhar o padrão de uso do solo urbano. Também foram coletadas imagens do Google Earth entre os anos de 2014 e 2022 para demonstrar em quais áreas da cidade houve maior expansão. Além disso, foram coletados registros fotográficos para explicar seu processo de formação e áreas de expansão e as condições de uso do solo. Elaborou-se uma sequência de mapas temáticos que buscam elucidar como ocorreram as transformações no espaço urbano de Bom Jesus da Serra, os novos loteamentos e sua influência na lógica da cidade.

A estrutura da escrita da dissertação está organizada em cinco seções, cada uma foi dividida em subseções estruturadas no momento da elaboração do sumário

da pesquisa e iniciada a composição do texto dissertativo.

A primeira seção trata do aporte teórico da temática estudada durante a realização da pesquisa de mestrado, com as questões propostas para análise na elaboração do problema de pesquisa, justificativa, objetivos e a metodologia trilhada em todo o período de escrita da dissertação.

A segunda seção é dedicada a compreender o processo de produção do espaço geográfico, usando a categoria espaço para entender a metamorfose do solo urbano da cidade de Bom Jesus da Serra - BA, de modo a entender que tal categoria abarca infinitas proposições e autores a respeito da construção do espaço. Compreender que a formação do espaço urbano no Brasil não é recente e é marcada por diversos fatores políticos, econômicos e sociais em sua formação urbana foi primordial para que se pudesse desenvolver a formação territorial ao qual o município faz parte e, que posteriormente deu origem a cidade. Analisar o parcelamento do solo urbano no Brasil desde as primeiras cidades, entendendo que produz o espaço urbano, sobretudo no modo de produção capitalista.

A terceira seção desenvolveu-se buscando entender como ocorreu a formação territorial de Bom Jesus da Serra, contextualizando com os processos da ocupação territorial pela colonização portuguesa nos séculos XVIII e XIX, buscando entender quais os processos territoriais que deram origem a nucleação urbana da qual configura hoje a cidade de Bom Jesus da Serra. Nessa seção também, evidencia-se os processos produtivos que se desenvolveram nos territórios que conformam a atual Bom Jesus da Serra, com destaque para a produção extrativista da mineração do amianto pela Sama Sociedade Anônima Francesa que durante 30 trinta anos explorou o amianto nos arredores do então povoado de Bom Jesus da Serra atual núcleo urbano da cidade. Outra questão que foi evidenciada nessa seção é a das representações socioespaciais da cidade de Bom Jesus da Serra em relação aos circuitos produtivos e as redes de influência, ou seja, foi levado em consideração o jogo escalar que o urbano possui no contexto regional com destaque para as atividades locais que se interligam com os demais centros e polos regionais no contexto do centro Sul da Bahia.

Posteriormente, buscou-se compreender o espaço urbano de Bom Jesus da Serra – BA, enfatizando as novas áreas de expansão, demonstrando as que apresentaram as maiores modificações e a criação dos loteamentos, compreendendo

se há a infraestrutura mínima necessária para a abertura de loteamentos, pois se percebe que para isso é necessário o conhecimento sobre o parcelamento do solo, estabelecido pela Lei Federal nº 6.766/79. Foi verificado se há uma legislação municipal para edificações e tributação em áreas urbanas. Assim, o capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada, para identificar os principais loteamentos na cidade, identificando quais são as estratégias criadas pelos proprietários fundiários para a venda de lotes.

A última seção consiste na conclusão de toda a dissertação, fazendo-se um apanhado geral sobre o que foi pesquisado, numa perspectiva crítica sobre a produção do espaço nas cidades pequenas, de maneira a explicar como o modo de produção capitalista atua diante dessas, evidenciando o desenvolvimento desigual dos núcleos urbanos, além de entender a polarização de alguns municípios que dispõem de maior oferta de serviços para a população desses centros menores.

2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO NO CONTEXTO URBANO

O espaço urbano é estudado por várias ciências, pois somente uma não daria conta de analisar as inúmeras demandas percebidas no urbano. Nos dizeres de Gottdiener (1993), além da Geografia existem outras ciências que se debruçam para compreender a sociedade moderna da qual pertencemos afirmando que “conhecimento atual dos ambientes espaciais na sociedade moderna está dividido entre as várias especialidades da ciência urbana, inclusive a sociologia, a economia e a geografia.” (GOTTDIENER, 1993, p. 35).

O urbano, construído historicamente a partir das relações sociais se materializa no espaço; as ações humanas, através do trabalho, da arte, da cultura ou por diversos outros seguimentos expressam a construção do espaço. Compreender como a produção das cidades se dá no espaço geográfico exige uma pesquisa nos fatores históricos que condicionaram a formação do urbano, uma visita ao passado e ao presente dessas cidades, sobre como elas se desenvolveram historicamente e como se configuram na atualidade.

Ademais, a transformação do espaço faz-se necessária, pois as sociedades se transformam. O homem, nesse sentido, é transformado pela (re)produção espacial ao longo da história. Para Carlos (2012),

Portanto, a noção de produção contempla também um duplo caráter ela se refere ao próprio processo constitutivo do humano (enquanto ser genérico) e tem um caráter histórico. Mais do que pensar uma produção específica, o conceito em Marx é globalizante e aponta tendências contraditórias - renovação, conservação, preservação, continuidade e rupturas. (CARLOS, 2012, p. 55)

Tal produção espacial é um encontro contínuo do velho no novo, em que são alicerçadas novas camadas sociais, assim como, as mudanças no espaço se adequam ao tempo regente. Assim, pode-se dizer que as sociedades se materializam nas representações modernas do espaço, mas carregam traços das sociedades mais arcaicas, do prenúncio dos ideais de cidade e sociedade.

O espaço como categoria de análise é cheio de significados, por isso não pode ser visto como vazio. Lefebvre (2013) afirma que:

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser

trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. (LEFEBVRE, 2013, p. 55-56, tradução nossa)

O espaço se traduz nas dinâmicas das cidades, como próprio Lefebvre vai apontar através dos fluxos, das interações sociais, o espaço como produto e produtor das relações. O urbano se traduz cheio de significados e símbolos, transformando-se o tempo todo, reinventando-se constantemente.

Nesta seção, tratar-se-á da produção do espaço geográfico no contexto urbano, compreendendo-se que o espaço se reproduz de diferentes maneiras, na cidade, por meio das relações humanas construídas historicamente através do tempo. Para se compreender o estudo tratado nesta dissertação, este capítulo abordará a construção do território brasileiro, enfatizando os municípios e cidades que surgem após a segunda metade do século XX, bem como a produção das cidades e o parcelamento do solo urbano.

2.1 O Espaço como categoria de análise

A categoria espaço abrange muitos significados e transformações, se tornou uma categoria sólida de estudo da ciência geográfica, uma vez que permite a compreensão das sociedades através do tempo. Autores como Lefebvre (2001), Sposito (2000), Carlos (2001), Santos (2006) se preocuparam em compreender as demandas e interações que acontecem constantemente no espaço, partindo de uma abordagem histórica e crítica, enfatizando a dinâmica espacial através dos movimentos socioespaciais no tempo.

O espaço geográfico está em transformação constantemente. Tal construção se dá por eventos sucessivos, que transformam esse espaço o tempo todo. Santos (2006) afirma que os eventos são os veículos de algumas possibilidades que podem acontecer no mundo, assim como podem ser um vetor de transformação social e histórica. Desse modo, ele afirma que,

Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o

evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, 2006, p. 93).

O espaço geográfico não surge por acaso, mas sim, por meio de processos concomitantes e sucessivos, tendo em vista que os fatores naturais e sociais estabelecem a formação do espaço e vice-versa, pois um depende da condição do outro para manter-se em determinado lugar. Outro fator atrelado a tal produção é o tempo. Ainda, segundo Santos (2006),

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. (SANTOS, 2006, p. 104).

Assim, o tempo é um importante elemento para a construção do espaço geográfico, nele se dão as transformações do espaço. Sobre isso, Santos (2006, p.104) também afirma que “O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.”

Dentro das possibilidades de uso do tempo para as transformações no espaço geográfico, é importante salientar sobre o surgimento das cidades. Como afirma Santos (2006) sobre os eventos serem sucessivos e estarem o tempo inteiro acontecendo, partiu-se da ideia que as cidades surgem numa sucessão de eventos e vão se aperfeiçoando, produzindo e reproduzindo seu espaço através do tempo.

De acordo Sposito (1991), não é possível indicar uma data exata para o surgimento das primeiras cidades, mas, sabe-se que essas surgiram em aproximadamente 3.500 a. C. na Mesopotâmia. Mas, como essas cidades surgem? O que possibilitou esse acontecimento?

As cidades são fruto da fixação do homem, de sua necessidade de produção, isso, antes mesmo da existência do modo de produção capitalista. Esses primeiros

núcleos urbanos se dão sem muito uso da técnica e com localizações próximas onde tinham disponibilidade de água, em lugares planos. Sposito (1991) afirma que

Assim, embora fossem resultado do social e do político enquanto processo, as primeiras cidades tiveram suas localizações determinadas pelas condições naturais, de um momento histórico, em que o desenvolvimento técnico da humanidade ainda não permitia a superação destas imposições. (SPOSITO, 2000, p. 15)

Dessa forma, é possível perceber que as primeiras cidades tinham relações íntimas com a natureza. Nesse período, as condições naturais como rios e áreas ricas em húmus garantiam sua produção e sobrevivência e, apesar de ainda serem arcaicas, as cidades tinham uma organização política, econômica e social.

Outro traço dessas cidades, é que “eram cercadas por muros e algumas tinham fossos, o que individualizava de forma clara o espaço urbano, e facilitava a tarefa dos governantes de defender seus governados de um ataque inimigo” Sposito (1991, p. 20). O que indica uma diferença entre essas cidades pré-capitalistas e as cidades capitalistas.

Lefebvre (2001) fala sobre os diferentes tipos de cidades que precedem as cidades da sociedade moderna. Segundo ele,

Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 11)

O presente está amarrado a fatos que existiram no passado. As sociedades se constituem partindo dessas amarras, ora para preservar uma cultura, um pensamento político ou para mudar a estrutura política, urbana. Conforme Abreu (2012, p. 22), “O passado sempre fez parte do cotidiano de diversas sociedades contemporâneas”. Dessa forma, a sociedade moderna, urbana, vigente nos séculos XX e XXI, traz traços das sociedades anteriores.

Com a existência do modo de produção capitalista, surge a sociedade industrial. Para Lefebvre (2001), esse evento inseriu novos elementos ao espaço

geográfico, visto que o espaço de produção muda do campo para a cidade (não que o campo deixa de existir), porém, as atividades comerciais passam a acontecer majoritariamente nos centros urbanos.

A cidade passou a ser o centro das atividades comerciais, de atividades administrativas, o espaço que impulsionara o desenvolvimento técnico, político, ideológico. Rocha (2012) afirma que é preciso observar a cidade, é papel do geógrafo entender que a cidade pode ter muitas camadas ou aparentemente uma só, sobretudo quando se trata de pequenas cidades. Segundo esse estudioso,

[...] o urbano deve ser encarado na análise geográfica enquanto sistema ilusório de sobreposições infinitas de imagens. Essas sobreposições criam as condições de isolamento e, ao mesmo tempo, mascaram as descontinuidades espaço-tempo que separam as paisagens urbanas. Para o geógrafo, às vezes, um bairro pode esconder várias células espaço-temporais. Por outro lado, uma pequena cidade do interior pode apresentar características homogêneas suficientes para ser caracterizado como um único bloco espaço-tempo (ROCHA, 2012, p. 35)

As cidades pequenas, apesar de parecerem homogêneas, são ricas em símbolos temporais que podem ser visualizados na história, na cultura, na maneira que a população vive.

O espaço é inesgotável de significados, não cabendo a ele a definição de vazio, pois, nenhum espaço de fato é vazio. Ao analisa-lo, é preciso observar todos os traços que o compõem, desde um grande espaço urbano ou até um pequeno terreno solto no entorno de um bairro ou da malha urbana de um município. Os espaços são cheios de símbolos, códigos, são produzidos e produz ao mesmo tempo. Sobre isso, Lefebvre (2013, p. 14) esclarece que “O espaço deve ser considerado, portanto, um produto que se consome, que se usa, mas que não é como os demais objetos produzidos, pois intervém na produção.” - [tradução nossa]. É possível observar nessa afirmação que o espaço se difere dos produtos, não é um produto como objeto, mas um produto com símbolos sociais e materiais.

Além disso, o espaço não se apresenta apenas na esfera urbana, mas na produção das sociedades, nas ações dos sujeitos, independentemente de sua localização geográfica. Para Lefebvre, o espaço é uma construção social, que é produzido constantemente pelos meios de produção e pelas relações sociais. Ainda de acordo com o autor: “o espaço (social) é um produto (social)” (2006, p. 50). Desse

modo, a produção do espaço não pode ser vista apenas pela produção material, pois a produção do espaço está compreendida em todas as produções, sobretudo na reprodução da vida.

Produzir espaço é produzir vida, mais uma vez, não cabe a ideia de estático. Lefebvre (2013, p. 14) continua sua afirmação sobre o espaço: “Organiza a propriedade, o trabalho, as redes de troca, os fluxos de matéria-prima e energias que o configuram e que por sua vez são determinadas por ele.” – [tradução nossa]. Segundo o mesmo autor, o modo de produção capitalista é um elemento chave para a produção do espaço.

O espaço se reproduz socialmente através das relações que se representam espacialmente. Desse modo, Lefebvre (2006) concebe o espaço dividido em três dimensões: o espaço, concebido, o espaço vivido, o percebido. O espaço concebido “as representações do espaço” (2006, p. 66) é o que domina a sociedade e contém o vivido e percebido. Esse espaço é o da ciência, dos intelectuais, formado por signos. É regido pelas normas e pela razão. Já o espaço vivido é o espaço da prática cotidiana, da vida social, por isso, é necessário para que se possa compreender a realidade urbana. Logo, o vivido pode ser visto nas imagens e símbolos nos “habitantes e “usuários”. O espaço percebido está entre o vivido e o concebido e está intrinsecamente ligado ao vivido, pois está nas relações cotidianas, nas emoções, nos valores, na realidade cotidiana.

Nesse sentido, nessa tríade há uma interação dialética que compreende a produção do espaço. Na sociedade contemporânea, essa concepção lefebvriana gera algumas contradições e disputas, pode levar a apropriação do espaço pelos agentes que constantemente estão em conflito.

O espaço está em constante movimento, por ser produto e produtor, tanto das relações sociais como dos objetos. Lefebvre (2001) aponta sobre as múltiplas definições que já foram dadas ao espaço, e Carlos (1981) afirma que o espaço é produto e produtor das relações sociais, visto que, está em constante construção por meio das ações humanas como o trabalho. Para a autora,

O espaço geográfico é o produto das relações que se estabelecem, através do trabalho, entre sociedade e meio circundante. O espaço geográfico é produzido concomitantemente ao processo de produção da existência humana. Portanto, não é estático, nem acabado, mas uma produção humana ininterrupta. (CARLOS, 1981, p. 105)

Nesse sentido, o espaço geográfico, enquanto categoria, funda-se partindo das relações sociais construídas à medida em que a sociedade vai se formando. Evidentemente, o espaço é mutável e está para além das relações de produção de objetos, mas se define também na imaterialidade, na construção do próprio pensamento, da produção imaterial.

Assim, se o espaço é condição da realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, ele se produz como materialidade-como, por exemplo, infraestrutura viária, rede de água, luz e esgoto etc. Todavia, o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência (CARLOS, 2012, p. 56)

Logo, o espaço de realização da vida é também o espaço da construção da moradia, da forma de viver, da vida cotidiana.

2.2 A Formação do espaço urbano no Brasil

Pensar a formação do espaço urbano no Brasil é pensar na construção da sociedade urbano-industrial desde a primeira Revolução, iniciada na Inglaterra no século XVIII. Inicialmente, com o trabalho artesanal, o trabalhador tinha seu trabalho, sua casa, podia dedicar-se em seu tempo livre a atividades no campo, muitas pessoas sequer iam até as cidades. Com a chegada das máquinas, tal realidade se transforma. Engels (2010) aponta que:

Afastados das cidades, nelas praticamente não entravam porque entregavam, mediante o pagamento de seu trabalho, o fio e o tecido a agentes itinerantes – de modo que, velhos moradores das proximidades das cidades, nunca haviam ido a elas, até o momento em que as máquinas os despojaram de seu ganha-pão, obrigando-os a procurar trabalho na cidade. (ENGELS, 2010, p. 46)

Com a inserção da maquinofatura, os trabalhadores mudam massivamente do campo para as cidades em busca de emprego nas fábricas que surgem à época, dando início aos primeiros grandes centros urbanos.

Ao passo que a indústria se desenvolvia, a população também aumentava nessas cidades. Além das dificuldades já enfrentadas no campo, o crescimento urbano também não consegue levar igualdade a essa população recém-chegada às

idades, ao contrário, apresenta-lhes a miséria e a pobreza expressadas nessas sociedades.

A sociedade que migra para as cidades, passa pela mudança nos padrões de moradia, vivências sociais, na forma de trabalho. Tudo isso é possível ser visto nos meandros das cidades ao longo dos séculos. Além disso, as cidades configuram-se pensando em novos modelos de planejamento; no entanto, esse planejamento diz muito além da forma que a cidade deve tomar, ele mostra os espaços que serão ocupados por cada camada social.

A urbanização no Brasil não é recente, no entanto, ao início do século XX com o processo de industrialização, é que começa a se formar de maneira mais intensa no país, influenciando no surgimento dos grandes centros urbanos e a maior parte das cidades pequenas e médias. Entretanto, para se compreender o processo de urbanização do Brasil, é necessário ir até as raízes da colonização por Portugal, para entender como se deu as primeiras cidades em nosso território. Para Santos (1989),

As cidades dos países subdesenvolvidos exibem uma extraordinária mistura de nacionalidade e de etnias. Primeiro por causa da colonização: os europeus criaram cidades na América Latina, na África e na Ásia e nelas se instalaram; desse modo essas cidades foram de início, dominadas por indivíduos de nacionalidade estrangeira. (SANTOS, 1989, p. 44).

O Brasil é um país que fora colonizado por Portugal, iniciando sua produção espacial agrária, com a exploração de riquezas para a Coroa Portuguesa. De acordo Xavier (2012, p. 1849), “A população colonial, inicialmente, foi formada, na sua grande maioria por portugueses degradados, judeus perseguidos, aventureiros ávidos por riquezas e alguns nobres arruinados financeiramente”. Nesse sentido, no primeiro momento de colonização, tinha-se uma sociedade basicamente agrária dentro do território, advindos de outras nações em busca de terras e riquezas.

Entre os séculos XV e XVI, o Brasil vivia um processo de colonização instituída pela Coroa Portuguesa. No período do capitalismo comercial, em que marca a busca das nações europeias por novos territórios e concentração de riquezas para as grandes nações da época, Portugal, Espanha, França e Inglaterra.

Abreu (2011) afirma que ao passo em que a primeira fase do capitalismo é substituída pela segunda, o interesse da Coroa é reordenado. Como forma de controle

e apropriação do território conquistado, as terras começam a ser distribuídas a terceiros em sesmarias, como forma de garantia da colonização.

Por essa razão, todas as terras “descobertas” passaram a ser consideradas como terra virgem sem qualquer senhorio ou cultivo anterior, o que permitiu que a Coroa pudesse traspassá-las a terceiros, visando com isso assegurar a colonização. (ABREU, 2011, p. 543)

As primeiras terras urbanas surgem no Brasil com a municipalização administrativa de controle da Coroa, as cidades e vilas eram instituídas pelo Estado, enquanto os arraiais foram surgindo espontaneamente com agrupamento de famílias em determinados lugares. Assim,

As vilas resultaram da decisão de donatários e governadores, que tinham poder para criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial. A criação de cidades, entretanto, foi sempre um atributo exclusivo da Coroa. (ABREU, 2011, p. 549)

A necessidade de estabelecer uma organização política, econômica e social, elucidou a carência de um ponto central para tomada de decisões, escoamento de mercadorias, estabelecimento de pessoas, culminou o surgimento das primeiras cidades brasileiras situadas no recôncavo baiano e Zona da Mata. Santos (1993) afirma que

O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e, de Salvador pode-se mesmo, dizer, que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada, junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centros de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo. (SANTOS, 1993, p. 17)

Dito isso, Salvador foi uma das primeiras cidades a serem criadas no Brasil. Esse fato não se deu por acaso. Localizava-se na rota do descobrimento as terras hoje são denominadas de Brasil, inicialmente descoberta na costa nordestina, mais especificamente, onde hoje está localizada Porto Seguro.

O território brasileiro começa ser colonizado justamente desse ponto, do litoral,

explorando as riquezas naturais que eram encontradas. Assim, os colonizadores, através da exploração inicialmente de indígenas, começam a adentrar o território para se fixarem expropriarem as terras dos povos nativos, bem como para adquirir riquezas.

Santos (1993) aponta três etapas no processo de formação do espaço urbano brasileiro, iniciada em 1530, destacando Salvador como uma importante cidade das América Latina, a primeira capital do país em seguida, refuta as principais vilas e cidades criadas no período colonial

Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a de Filípéia da Paraíba em 1585, há um intervalo em que apenas acontece a instalação de Iguape. O segundo período fica "entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade: os anos entre 1610 e 1620, com a fundação de uma vila e três cidades e entre 1630 e 1640, com a fundação de nove vilas [...] com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte [...] Num terceiro momento, "entre 1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. (SANTOS, 1993, p. 18)

No século XVIII, de acordo Santos (1993), a cidade já é o lugar de morada dos fazendeiros, que voltam para as fazendas apenas no período de moenda da cana-de-açúcar, principal atividade econômica do país nesse período. No entanto, a rede urbana ainda era fragmentada diante de um território tão extenso, fato que começa a mudar em meados do século XIX, com a produção de café em o estado de São Paulo, que se tornou um "polo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais" (SANTOS, 1993, p. 26).

Durante o século XX, o país passa por mudanças profundas. A indústria chega ao Brasil não somente como uma produção, mas como uma forma acentuada de articulação entre as cidades dentro do território, o que influenciara diretamente na vida e aumento da população urbana. Santos (1993) aponta que entre 1940 e 1980 as pessoas mudam o local de moradia, partindo do campo para as cidades.

No século XX, com a inserção da indústria no Brasil, as cidades tiveram um crescimento significativo e, a partir dos anos de 1970, as cidades começaram a encher, sobretudo, na região Sudeste, destino mais procurado inicialmente para

conseguir trabalho.

Santos (1993, p. 118) assevera que não se pode falar dos processos de formação espacial por meio da empiria, mas sim do método. Nesse sentido, ele afirma que não se podem prever as formas de ordenamento urbano, tendo em vista que esse período de urbanização não é recorrente somente no Brasil, mas, sim, parte de um processo que ele chama de meio técnico-científico.

Sendo assim, observa-se que o século XX foi um século de transformações no Brasil, evidenciando-se o processo de urbanização pela inserção da indústria, o êxodo rural e a divisão político administrativa das cinco regiões. Essas mudanças se juntam à emancipação de vários municípios, principalmente após 1940. De acordo com o IBGE (2017), entre 1940 e 2015, o número de municípios no Brasil dobrou como é possível observar na tabela 01:

Tabela 1 – Evolução dos municípios no Brasil entre 1940 e 2015.

Ano	Quantidade de municípios
1940	1574
1980	3991
2000	5507
2015	5570

Fonte: IBGE, 2017. (acesso em 08 de fevereiro de 2023)

Essa evolução na divisão político-administrativa mostra a dispersão territorial e o crescimento do número de cidades ao longo das décadas, dado principalmente através das atividades econômicas de cada uma das regiões. As regiões com maiores números de municípios são a região Sudeste com 1668 e Nordeste com 1793.

Na tabela 2, de acordo com o Censo Demográfico (2010) é possível observar o aumento das cidades entre os anos de 1960 e 2010, indicando que o século XX, trouxe muitas transformações na formação territorial do país.

Tabela 2 - Número de cidades no Brasil nos Censos Demográficos - 1960/2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total	2 766	3 952	3 991	4 491	5 507	5 565
Até 500 hab.	93	174	65	34	93	50

De 501 a 1 000 hab.	370	620	330	205	292	234
De 1 001 a 2 000 hab.	705	940	789	678	791	663
De 2 001 a 5 000 hab.	867	1 111	1 203	1 385	1 617	1 579
De 5 001 a 10000 hab.	358	516	692	904	1 095	1 160
De 10 001 a 20000 hab.	199	288	416	600	755	863
De 20 001 a 50 000 hab.	104	189	295	394	476	583
Mais de 50 000 hab.	68	114	201	291	388	433

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em relação ao número de pessoas vivendo nas cidades, o Censo Demográfico (2010) também dividiu a população urbana entre até 500 e mais 50 000 como podemos observar na tabela 3, o que indica que a partir de 1960, a população passa dos centros urbanos.

Tabela 3 - População das cidades brasileiras nos Censos Demográficos entre 1960 e 2010.

Pop. por cidades	1960	1970	1980	1991	2000	2010
De até 500 hab.	33 698	63 427	25 391	14 351	34 587	18 956
De 501 a 1000 hab.	287 230	466 408	257 520	164 063	221 178	181 891
De 1001 a 2000 hab.	1 035 053	1 367 571	1 168 089	1 029 209	1 185 752	1 004 739
De 2001 a 5000 hab.	2 719 088	3 523 555	3 920 417	4 612 129	5 301 052	5 250 699
De 5001 a 10000 hab.	2 489 955	3 603 974	4 883 706	6 399 411	7 793 458	8 233 278

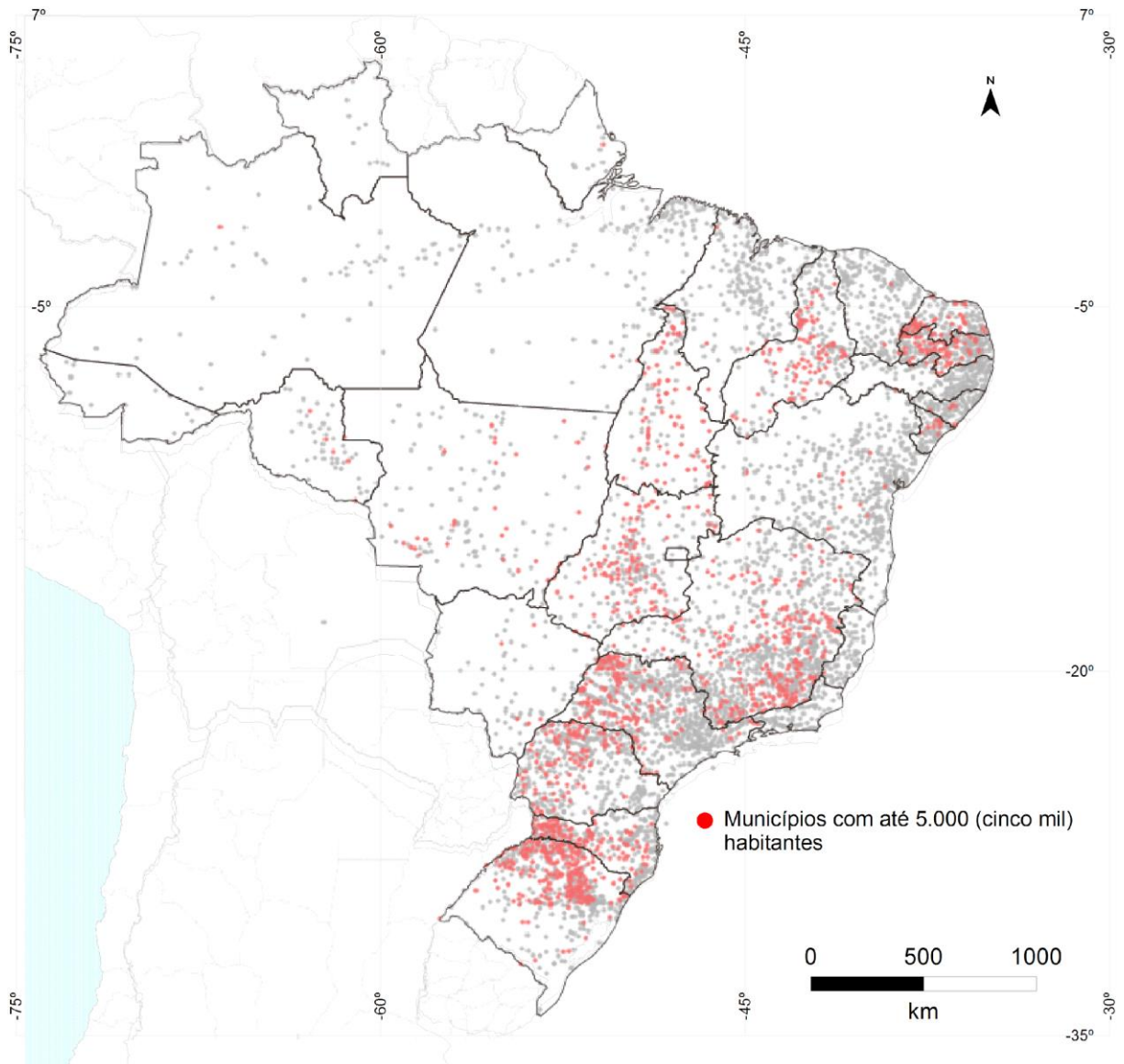
De 1001 a 20000 hab.	2 780 212	4 061 827	5 734 546	8 461 872	10 562 575	12 144 161
De 20001 a 50000 hab.	3 283 835	5 818 078	9 123 565	12 541 645	14 575 035	18 150 079
Mais de 50000 hab.	15 911 681	28 636 151	46 953 099	65 295 758	83 78 304	98 808 842
Total	28 540 752	47 540 991	72 066 333	98 518 438	123 460 941	143 792 645

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Na região Nordeste, das 1794 cidades contabilizadas pelo Censo Demográfico (2010), 520 apresentavam uma população entre 2000 e 5000 habitantes, o que representava 28,9 % dos centros urbanos.

Com relação ao quantitativo populacional, o IBGE (2021) destaca-se que cerca de 22% dos municípios brasileiros possuem menos de 5.000 (cinco mil) habitantes, 1251 do total de 5.570 municípios brasileiros estão nessa faixa, se formos levar em consideração apenas as cidades e vilas, ou seja, apenas a população urbana. Esse quantitativo é ainda maior por que muitos municípios com até 20.000 habitantes são formadas por pequenas cidades com menos de 5.000 habitantes.

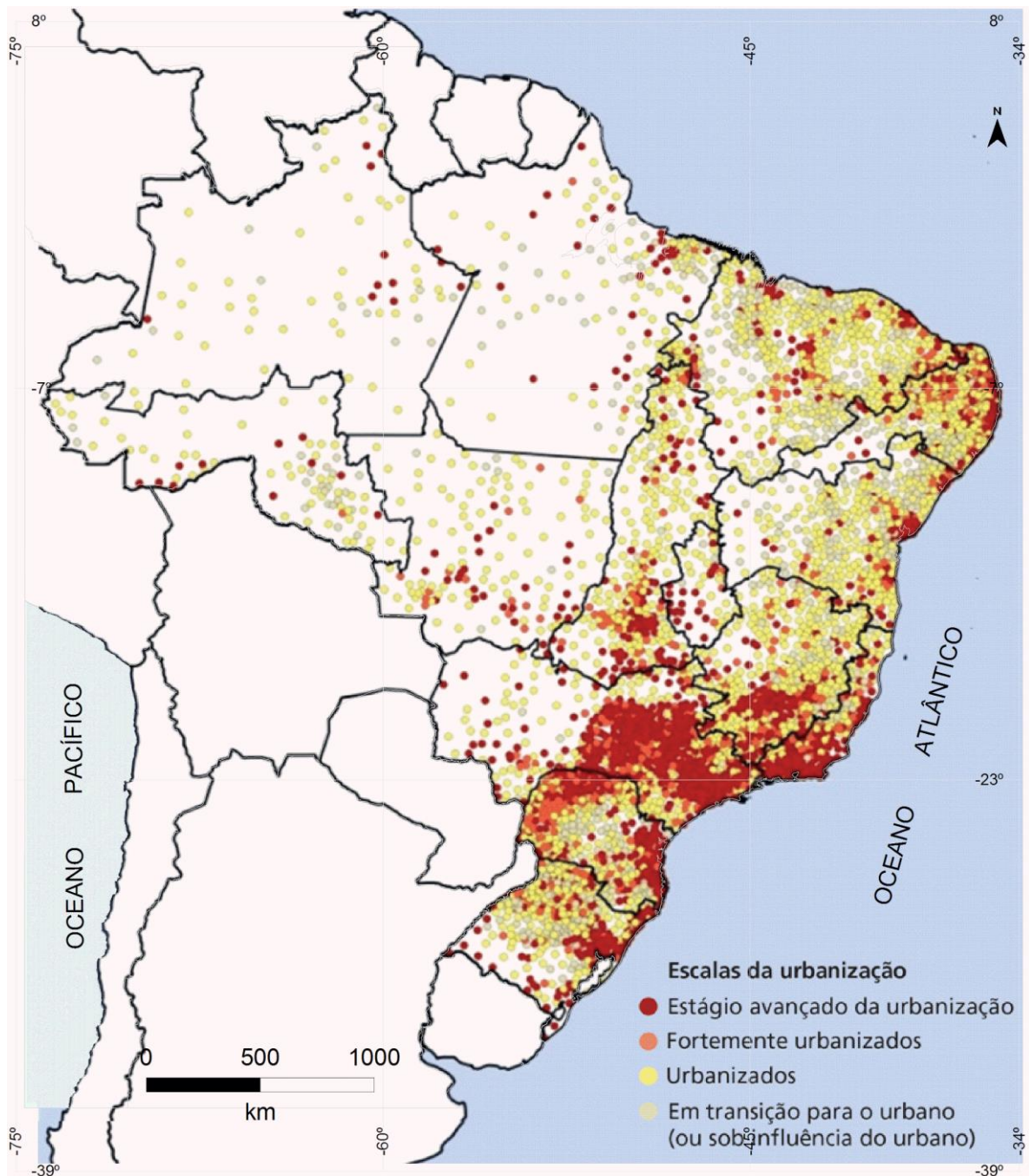
Mapa 2- Municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes – 2021



Fonte: Censo (2010) e estimativas populacionais IBGE (2021)

Em relação ao processo de urbanização mais recente, pode-se dizer que houve o adensamento populacional urbano no entorno das metrópoles brasileiras e, sobretudo das metrópoles do estado de São Paulo onde é possível visualizar o maior quantitativo de cidades com maior percentual de população urbana (mapa 3)

Mapa 3- Escalas da urbanização segundo regiões de articulação ampliada no Brasil-2018



Fonte: Adaptado do IPEA (2019) com base nos dados do IBGE (2013)

No mapa 3 é possível observar ainda que a transição para o urbano está em forte ascensão em todo o território brasileiro, sobretudo na faixa litorânea de norte a sul do Brasil. Outra questão é que a influência do urbano chegou em praticamente todos os cantos do país, sendo que a região Norte é a que apresenta o menor número de densidade territorial da população urbana, por conta da grande extensão territorial, mas também pelo menor número de municípios nos seus respectivos estados, embora o mapa seja elaborado com base nas regiões de influência e articulação ampliadas

das cidades com maior número populacional.

Esse processo de urbanização engendra-se ao espaço e ao tempo. Corrêa (2000) aponta o tempo como um determinante nas transformações espaciais. segundo o autor:

O tempo, impregnado de processos, funções e formas, assim como das contradições delas derivadas, é um determinante fundamental que fixa, ao menos temporariamente, os elementos combinados da rede urbana. Encarrega-se de transformar esses elementos e suas combinações, ainda que nessa transformação a inércia das formas espaciais esteja em ação. (CORRÊA, 2000, p. 122)

Santos (2001, p. 82) enfatiza que até o século XIX, o mundo vivia o tempo da lentidão, por muito tempo a técnica não era separada do agente, das relações, havia um certo controle da velocidade, diferentemente do período pós guerra em que as cidades ganham novos significados e funções. Corrêa (2000) aponta que

A cidade, e por extensão a rede urbana, por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma relativamente grande capacidade de refuncionalização. Por meio desta e da continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas - próprio das formações espaciais capitalistas - a cidade e a rede urbana reatualizam-se, possibilitando a coexistência de formas e funções novas e velhas. (CORRÊA, 2000, p. 125).

Hoje, existem cidades pequenas que desenvolvem atividades econômicas relevantes para a economia local e até mesmo no âmbito nacional. Porém, existem outras que se veem em situação de vulnerabilidade econômica e não conseguem se destacar economicamente e socialmente. Roma afirma que

[...] os centros locais, por apresentarem um nível funcional no limite inferior da complexidade urbana, não desempenham centralidade em relação a outras cidades, atendendo apenas as demandas de seus espaços rurais e agrícolas. Ou seja, o centro local é a pequena localidade que depende de outras aglomerações. (ROMA, 2008, p. 16).

As cidades, em sua essência, são o lugar das vivências cotidianas, das trocas de experiência, da agregação de valores comerciais ou não, da mão de obra qualificada, da contradição. A cidade é o espaço macro das realidades sociais, como

afirma Cambraia (2009):

As cidades são o espaço de proteção e união, de produção e desenvolvimento, da troca e do mercado, da conexão e oportunidade, da vida e da festa, mas são também o espaço da disputa, da segregação, da desigualdade, da poluição, da exclusão e restrição, da fealdade. As cidades resultam do encontro entre seus moradores, que vão, assim, construindo sua história comum: é o espaço do diálogo, do convívio e do conflito entre iguais e diferentes. (CAMBRAIA, 2009, p. 44-45)

Assim, a produção das cidades por todo o território nacional deixa evidente a formação das redes urbanas, em que uma cidade apresenta melhores condições de crescimento econômico em relação às outras, são cidades que se reconfiguram estruturalmente e socialmente, conseguem se remodelar, estão entre o passado e o presente.

2.3 A produção de cidades e o parcelamento do solo urbano no Brasil

A produção dos centros urbanos no Brasil se dá por uma dinâmica estabelecida mundialmente pela necessidade de parcelar o solo em várias partes. Agrega-se um valor imposto pelo mercado imobiliário que atende às necessidades impostas pelo modo de produção capitalista. O capitalismo, nesse sentido, se apropria da terra para criar seu espaço. Sobre isso, Lefebvre (1974) afirma que,

Não somente o capitalismo se apoderou do espaço pré-existente, da Terra, mas ele tende a produzir o espaço, o seu. Como? Através e pela urbanização, sob a pressão do mercado mundial. Sob a lei do reprodutível e do repetitivo, anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais. (LEFEBVRE, 1974, p. 442).

Com a criação da Lei de Terras, de 1850 e a inserção da República, em 1889, o Estado passa a controlar a comercialização de terras no Brasil, definindo as regras para os espaços públicos e também sobre os espaços privados. O Estado, nesse sentido, passou a ser um agente que define a produção das cidades. Corrêa (2004, p. 25) aponta que “O Estado atua também na organização espacial da cidade”, atua junto aos proprietários fundiários, aos promotores imobiliários, assim como atua também com os proprietários dos meios de produção. Mas, quem são esses agentes?

Onde eles atuam? Quais suas funções em relação à terra urbana?

É válido apresentar uma abordagem para responder esses questionamentos. Cada um desses agentes tem uma função específica e, conforme Corrêa (2004), cada um desses agentes tem sua regulamentação, ou seja, age de acordo com proposições legais. Assim, é possível perceber a atuação desses em várias esferas das cidades, tanto grandes quanto pequenas.

Sendo assim, no que diz respeito às cidades pequenas, a especulação imobiliária, sobretudo, em áreas de expansão loteadas nos últimos tempos, tem permitido observar a atuação desses agentes sobre o solo urbano. Sobre isso, Ribeiro (1996, p. 49) assevera que “[...] se o solo urbano adquire preço é porque os vários agentes capitalistas estabelecem uma concorrência para controlar as condições urbanas que permitem o surgimento de lucros extraordinários”. Desse modo, os proprietários fundiários, por exemplo, têm cada vez mais loteado terras urbanas com o objetivo de obterem maior renda e tem sido feito o valor de troca sobre a terra urbana. De acordo Ribeiro (1996, p. 52), a propriedade fundiária é uma herança histórica amparada no modo de produção capitalista:

[...] os proprietários fundiários são uma categoria social herdada de fases anteriores do capitalismo no momento em que a produção capitalista torna-se dominante, e que sobrevivem em razão do papel dúbio da terra na constituição mesmo deste modo de produção.

No mesmo viés, Corrêa (2004) evidencia que:

Os proprietários das terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isso significa que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no seu *valor de uso*.(CORRÊA, 2004, p. 16)

Para Lefebvre (2001), as cidades se reproduzem para o dinheiro, comércio, trocas, em que o valor de uso é a obra e o valor de troca são os produtos consumidos na produção do espaço urbano. Para o autor:

[...] a obra é valor de uso e produto é valor de troca. O uso principal da

cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio enormes riquezas em objetos e em dinheiro (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Dessa maneira, além de seu interesse particular com a renda que a terra urbana oferece, tais proprietários definem junto ao poder municipal especialmente as leis que irão definir o zoneamento urbano. Chaves (2018, p. 75) considera que são: “Os proprietários fundiários se consolidam como classe fundamentados na extração da renda, de uma produção do trabalho social, determinada pela propriedade privada do solo”, logo, adquirem uma renda da terra, explorando socialmente a partir da propriedade privada. Harvey (2012, p, 74) assegura que: “a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”. Os proprietários fundiários nesse sentido, atrelados a urbanização das cidades, acumulam os valores obtidos pela venda dos lotes. Carlos (2004) traz a ideia de como a propriedade se revela nas cidades e elucida que:

Na cidade a propriedade revela os usos do espaço e as articulações entre os momentos do lazer, do trabalho e da vida privada em lugares estabelecidos com funções rígidas, e como consequência, todos os lugares da prática sócio-espacial, apontando uma contradição fundamental para o entendimento do processo de reprodução espacial: a contradição entre o valor de uso e o valor de troca, isto é a submissão quase total do primeiro ao segundo. (CARLOS, 2004, p.09)

Ademais, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso e a terra urbana é uma mercadoria em constante agregação de valor. Segundo Vilaça (2001), antes, as terras eram usadas para aluguel para inúmeros fins; hoje, ela é vendida em diversos equipamentos ou somente a terra bruta para a obtenção de alguma estrutura. Nessa perspectiva, Vilaça (2001) explica que:

Outrora, vendia-se, alugava-se a terra. Hoje, compra-se e vende-se (mais do que se aluga) um volume: apartamento, habitações, peças, andares, terraços, equipamentos diversos (piscinas, quadras de tênis, estacionamento). Cada lugar permutável figura assim no encadeamento das operações mercantis - *oferta e demanda* [grifo nosso] formação de um preço (os preços guardando aliás um vínculo elástico com os 'custos de produção', isto é, com o tempo de trabalho social médio necessário para a produção). (VILAÇA, 2001, p. 71)

Assim como os loteadores, os promotores imobiliários agem de acordo com os interesses capitalistas, visando o lucro sobre a venda da terra, mesmo que de maneira indireta. Corrêa (2004) afirma que os promotores imobiliários tratam-se de incorporadoras, de bancos e até mesmo o Estado. Esses agentes são os responsáveis pelo planejamento e execução de obras, compra e venda de lotes, viabilizam a monetarização, além de financiarem os valores para cada uma das camadas sociais. De acordo com Harvey (2013, p. 498). “A propriedade privada na terra, na prática em geral registrada mediante levantamento cadastral e mapeamento, estabelece claramente a porção da superfície da terra sobre a qual indivíduos privados têm poderes monopolistas exclusivos”.

Corrêa (2004, p. 13) também deixa evidente a função dos proprietários dos meios de produção e como esses usam a terra urbana e aponta que “Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço.” Isso se dá, principalmente, em razão de sua demanda de espaço urbano para se fixar, seja uma fábrica, um grande mercado, uma construtora, entre os tantos setores que fazem parte dessa dimensão do capital.

Não necessariamente esses agentes são grandes especuladores, mas geram demanda para os loteadores. Esses se interessam pela supervalorização da terra urbana em razão da procura. Nesse sentido, a terra “assume o papel de mecanismo de distribuição espacial das atividades enquanto um reflexo da concorrência entre os agentes capitalistas pela urbanização privada da cidade.” (RIBEIRO, 1996, p. 49-50).

Além disso, as cidades são reproduzidas por diversos agentes, na implantação de leis, de regras, na regulamentação da terra, no valor de troca, entre outros. Ademais, os agentes que atuam nas cidades também produzem a sociedade de determinado espaço e quais espaços cada camada social ocupará.

Corrêa (2004) apresenta o Estado como um dos principais agentes que atua no espaço urbano, visto que tem relação com todos os outros agentes, direta ou indiretamente. O Estado atua na organização do espaço, de inúmeras formas, com os proprietários dos meios de produção, com a criação de leis e institucionalização de sistemas, com a implantação de obras de infraestrutura e até mesmo como um promotor imobiliário ou proprietário fundiário.

No que se refere aos loteamentos, esses são criados a partir de leis

estabelecidas em códigos de obras, leis de parcelamento do solo, como uma forma de regulamentar o uso do solo urbano, e, nesse caso, o Estado capitalista aqui exerce várias funções sobre a terra. Segundo (Corrêa, 2004, p. 25), o Estado pode apropriar ou desapropriar, limitar os preços, estabelecer impostos de acordo com a localização ou dimensão do imóvel, realizar investimentos públicos como os destinados a moradia, por exemplo, e exercer outras funções.

As ações promovidas pelo Estado vão de acordo com os interesses do modo de produção capitalista. Esse, desde sua origem, preza pelos conflitos e interesses próprios e se sobrepõe sobre os menos favorecidos, e o Estado, geralmente, atua em favor do interesse capitalista.

A expansão urbana é resultado dessa ação do Estado junto aos outros agentes. A necessidade da moradia cria a especulação imobiliária e ocupa áreas nos arredores das cidades. As classes sociais se dividem entre esses espaços, uma vez que nem todas as áreas de expansão são habitadas por pessoas da mesma classe social. As classes sociais desfavorecidas, em geral, ocupam espaços pequenos e sem infraestrutura, geralmente em áreas mais periféricas, onde as desigualdades estão para além da moradia, excluídos de inúmeros direitos. Segundo Corrêa (2004, p. 29) “correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego, e mesmo o emprego mal-remunerado”.

Sobre a questão da moradia e dos problemas urbanos, sobretudo aqueles derivados da ausência de planejamento ou do planejamento mal elaborado. Villaça evidencia que há:

Uma séria dificuldade que se apresenta para a construção da história do planejamento urbano no Brasil é que nele, comumente, discurso e prática se mesclam de tal forma que é difícil separá-los. É comum entre nós, por exemplo, considerar como sendo política pública urbana o discurso do Estado acerca de sua ação sobre o urbano. (VILLAÇA, 1999, p. 173)

Villaça (1999) assevera que o Estado tem atuado no planejamento das cidades de diversas maneiras:

Tem instalado redes de abastecimento de água e de coleta de esgotos; tem construído avenidas, parques e casas populares; tem regulamentado a delimitação de zonas urbanas, a abertura de loteamentos e a construção de edifícios pela iniciativa privada; tem oferecido ou regulado a oferta de transporte urbano etc. (VILLAÇA,

1999, p. 171-172).

O autor aponta que esse planejamento realizado pelo Estado não contribuiu para a organização do espaço urbano, muitos dos projetos criados para áreas destinadas à população não saíram do papel.

Dentro do espaço, inúmeras realidades são atuantes nas camadas sociais. Os grupos sociais excluídos são a resistência, mediante o modo de produção em que se vive, que os expulsa para cada vez mais longe das áreas centrais em direção às periferias. Para Sposito (2012),

Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual. (SPOSITO, 2012, p. 129)

Entender as diferentes formas de vivência da sociedade dentro do espaço urbano não indica apenas o tamanho de uma cidade ou as desigualdades socioeconômicas, exige que sejam interpretadas as diferentes formas de viver a cidade pelos diferentes grupos de a produzem.

O espaço urbano é produzido e consumido por um mesmo e único processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda. (VILAÇA, 2001, p. 329)

Assim, o espaço urbano evidencia a dicotomia entre as camadas sociais, deixando evidente a exclusão das classes mais pobres em detrimento das dominantes, de modo a observar uma contradição, pois a cidade é produzida por todos os sujeitos que a compõem, mas as áreas com melhores infraestruturas são destinadas as classes mais elitizadas.

Sposito (1993) revela a cidade como o lugar de inúmeras realizações pelos diferentes agentes que a produzem e afirma que:

A cidade é o lugar do trabalho (da máquina sendo operada, da caixa registradora funcionando, da rua sendo varrida), mas também do lazer (a praça do interior, o clube, o espaço dos esportes [...]). A cidade é o

lugar da produção (a fábrica, a chaminé e mais poluição), e do consumo (o shopping, o calçadão, e imagens de outdoors que nos informam, nos estimulam, nos invadem). A cidade é o lugar do ir e vir (ruas, avenidas, viadutos, ônibus cheio, trânsito parado), e do estar (prédios, casas, barracões, e até parece que não há lugar para todo mundo...). É o lugar da ordem (horários para sair e para chegar, filas, normas, policiamento) e da contraordem (o supermercado saqueado, o trem depredado ou o piquete para a greve). (SPOSITO, 1993, p. 63)

Nesse sentido, a cidade é o espaço de maior consumo, concentração da população. Logo, é onde o capitalismo se impõe e se expande cada vez mais, ao passo que controla e articula em conjunto com os agentes que produzem o espaço.

O capitalismo age diretamente na produção do espaço urbano, materializando-se nos mais diferentes setores, desde a escala macro com as grandes corporações, haja vista que essas se disseminam por todos os espaços, ou pelas pequenas empresas, comércios locais, serviços, pelo uso da terra. Sobre isso, Corrêa (2012) afirma que

Essas empresas são via de regra, pequenas e anônimas, como é o caso dos milhares de indivíduos que fazem parte dos grupos sociais excluídos e que produzem espaço social em terras públicas e privadas. É o caso ainda de pequenos promotores imobiliários que, na favela, produzem e vendem prédios de dois ou três andares. (CORRÊA, 2012, p. 44)

Ademais, Harvey (2005) aponta que no modo de produção capitalista são criadas novas necessidades, desejos e, por isso, tem-se uma produção frenética de produtos e serviços, sugerindo que:

2) A criação de novos desejos e novas necessidade, desenvolvendo novas linhas de produtos (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do século XX), e a organização do consumo, para que se torne “racional” em relação ao processo de acumulação (por exemplo, a demanda da classe trabalhadora por boa moradia talvez seja cooptada por um programa público de habitação, que serve para estabilizar a economia e para aumentar a demanda por materiais de construção de determinado tipo) (HARVEY, 2005, p. 48)

A da moradia é uma necessidade primária do homem desde sua existência. Na produção capitalista, sobretudo no século XX e nessas primeiras décadas do século XXI, a especulação imobiliária para a moradia se torna cada vez maior, o zoneamento urbano parcela cada vez mais partes do solo, em contrapartida os preços sobem cada vez mais. A questão da moradia não é mais somente a edificação em si, mas um

conjunto de elementos capitalistas impostos para que haja uma diferenciação do espaço. Desse modo,

A importância destes elementos locacionais na diferenciação de valores de uso da moradia cresce em razão direta da diferenciação do espaço, em termos objetivos – desigualdades quantitativas, qualitativas e locacionais do sistema de objetos imobiliários -, e em termos subjetivos diferentes conteúdos sociais e simbólicos dos vários pontos do espaço urbano. (RIBEIRO, 1996, p 81)

Além disso, o capitalismo age nas grandes cidades de forma expansiva e exclusiva, visto que se tem um cenário de dominação de poder nas áreas centrais, expulsando a população mais pobre para as periferias, mesmo isso não acontecendo por completo. Essas periferias sociais mantêm-se com o básico, sendo a população mais carente:

A existência dessa capacidade produtiva de riqueza, por fazer parte de um processo de reprodução capitalista desigual, contraditório e combinado do espaço, tem gerado também imensas áreas de marginalização e pobreza, fazendo com que boa parte da população viva em situação precária (em áreas de risco, moradias irregulares) e sem acesso a parte dos serviços públicos existentes. Ainda que mais visível nas periferias, essa situação também se encontra nas áreas centrais. (ALVES, 2011, p. 35).

O estudo das cidades agrega diversos fatores, como economia, política, sociedades, relações de poder, entre outros, de modo a compreender como ocorrem os processos e a configuração das pequenas cidades.

No modo de produção em que vivemos, a cidade se articula de diferentes formas em seu entorno, seja de modo que as atividades econômicas se desenvolvam ao ponto de atrair novos centros ou somente ser suporte para seu local.

O surgimento das cidades desperta o parcelamento do solo urbano e a propriedade privada da terra. De acordo Leonelli (2010, p. 47-48)

A ação de lotear está relacionada a um objetivo básico: a produção de porções de terras menores para serem comercializadas e atenderem a diversos usos que compõem a vida urbana... Desta forma, o parcelamento do solo urbano no Brasil se inicia por dois aspectos que se relacionam. O primeiro, a partir da necessidade de se produzir lotes, gerada com a possibilidade de venda de terra. O segundo, vinculado à demanda de se comprar lote urbano, que está relacionada ao processo de urbanização

A mesma autora complementa que a especulação sobre o valor da terra urbana vem de tempos coloniais e sugere que, desde a primeira Lei de Terras, de 1850, surgem os loteamentos e, junto a eles, os loteadores. Além da demarcação, os lotes em terras urbanas desenvolvem algumas questões:

A primeira questão colocada diz respeito a forma do lote. Esta deveria ser a mais interessante economicamente para o proprietário tirar a maior lucratividade na sua venda e no aproveitamento de sua área, sendo o lote geralmente retangular. O segundo aspecto refere-se ao lugar que o lote ocupa, com valorização da sua frente e testada do lote. A terceira questão é a relação do lote individual com o seu conjunto. (LEONELLI, 2010, p. 51)

Os primeiros loteamentos a surgirem no Brasil, mostram a preocupação municipal em propor formas de ordenamento urbano, como o arruamento das vias; e outra preocupação da época estava na cobrança de impostos desses lotes. A criação de loteamentos urbanos mostra as mudanças na paisagem, haja vista que áreas naturais passam a dar lugar a áreas urbanizadas.

Desse modo, o loteamento de terras marca o processo de urbanização brasileiro, sobretudo os loteamentos privados, com o intuito de parcelar o solo, gerando a especulação, bem como um valor maior para a terra.

Na década de 1930, o Brasil começou a passar por grandes mudanças em sua produção econômica, o fato afetou diretamente na produção do espaço urbano. De acordo Leonelli (2010), com a inserção industrial no país, a questão da moradia nas cidades intensificou. Atrelado a isso, surgiu a necessidade abrir novos lotes para acomodar a população que se deslocava em direção aos centros urbanos.

Nota-se que a abertura de loteamentos em cidades pequenas tem sido muito recorrente na última década. Nesse sentido, Rigatti (2002, p. 37) afirma que “O crescimento acelerado da população urbana produz nas cidades uma enorme demanda por terra urbanizada, seja para sediar as atividades econômicas, seja para, e principalmente, atender às necessidades de moradia”

Para Honda, et al (2015, p. 64) “O processo de planejamento urbano tem como propósito ordenar, articular e equipar o espaço, de maneira racional, direcionando a malha urbana, assim como suas áreas ou zonas, a determinados usos e funções.”

Assim, as cidades, sobretudo com áreas ainda não ocupadas dentro do perímetro urbano, são loteadas com a finalidade de agregar valor ao solo urbano. Em

benefício disso, os proprietários fundiários vendem os lotes com o valor de terra urbana, maior que de áreas rurais.

Os loteamentos, sendo um fator de crescimento das cidades, é um problema em relação à sua legalização, forma e ordenamento. Um dos maiores problemas encontrados está relacionado à infraestrutura implantada, que nem sempre é adequada, como a falta de espaços de lazer, vias de circulação adequadas com asfaltamento, padronização do tamanho dessas vias. Todavia, ainda assim é criado um ordenamento urbano mínimo com a criação de vias de circulação, implantação de sistema de água, luz, o tamanho dos lotes é padronizado. Desse modo,

§ 5o A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. (BRASIL, 1979, p. 43).

Nesse sentido, é possível observar que as cidades pequenas têm tido um crescimento acelerado de seu entorno em razão das áreas loteadas que têm surgido nas últimas décadas. Os loteamentos são cada vez mais especulados pelo mercado imobiliário, não sendo necessariamente grandes empresas, mas pelos proprietários fundiários com a conversão de terras rurais em urbanas.

Para entendermos a dinâmica dos loteamentos privados, principalmente em cidades pequenas, é preciso compreender o que são loteamentos e desde quando eles existem no Brasil, como uma forma de obter renda a partir das estratégias de compra e venda no modo de produção capitalista.

De acordo com a Lei Federal nº 6.766/79 é estabelecido que os loteamentos poderão ser divididos em glebas que sejam destinadas para construção, aberturas de vias de circulação, ampliar vias que já existam. De acordo com a Lei:

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. (BRASIL, 1979)

Para Vieira (2005), o parcelamento do solo está subdividido em gleba, quadra, lote, logradouro público, desmembramento, loteamento e loteamento para fins de núcleo residencial de Recreio. Vieira (2005) ainda conceitua cada parcelamento do solo.

Quadro 01 – Expressão legal e descrição dos conceitos sobre o parcelamento do solo em São Paulo, 2005.

Expressão legal	Descrição
Gleba	É a área de terra que ainda não foi objeto de Loteamento ou Desmembramento
Quadra	É a área resultante de loteamento, delimitada por vias de circulação de veículos, e podendo, quando proveniente de Loteamento aprovado, ter como limites, as divisas desse mesmo Loteamento
Lote	É a parcela de terreno contida em uma quadra, resultante de loteamento, desdobramento ou desdobro, e com pelo menos uma divisa lindeira à via de circulação.
Logradouro público	É a expressão que designa, entre outros: Rua, Avenida, Travessa, Passagem, Via de Pedestre, Viela, Viela Sanitária, Balão de Retorno, Passarela, Praça, Parque, Alameda, Largo, Beco, Ladeira, Viaduto, Ponte, Túnel, Rodovia, Estrada ou Caminho de Uso Público.
Desmembramento	É a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
Loteamento	É a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes.
Loteamento para fins de núcleo residencial de Recreio	É o plano de parcelamento do solo destinado à implantação de habitações unifamiliares sob certas condições nas zonas de uso.

Fonte: (Vieira, 2005, p. 11-12)

De acordo Carlos (2007), as cidades são produtos do modo de produção que vivemos. A necessidade de moradia é gerada partindo das demandas populacionais de cada lugar. Junto aos meios de produção, a comercialização do solo urbano tem se tornado cada vez mais rentável para quem trabalha no mercado imobiliário, seja

com venda de imóveis prontos ou terrenos loteados.

Na maioria das cidades pequenas, é enfatizada a venda de lotes de terras para a população residente ou de outros lugares que comprem essas áreas com fins tanto para moradia, quanto para edificação novos equipamentos urbanos. Desse modo:

Esse tipo de empreendimento geralmente é apresentado por seus idealizadores com a proposta de ser um lugar novo para se construir e fixar moradia ou como um meio para realizar um investimento financeiro. Assim, poderá ser entendido como uma alternativa de reprodução do capital, principalmente por que os loteamentos surgem com o objetivo de realizar a renda da terra. (MOURA, COSTA, 2016, p. 512).

Assim sendo, os loteamentos são uma mercadoria ideal para que seja realizada a reprodução do capital, pois essas áreas proporcionam especulação imobiliária. Harvey (2013, p 492) reitera essa declaração, ao afirmar que "Como a terra é monopolizável e alienável, ela pode ser arrendada ou vendida como uma mercadoria."

Ademais, um fator que precisa ser pensado quando se trata da questão do solo urbano é a sua localização e os elementos que a ele são inseridos ao longo do tempo. Esse fato revela as mudanças em relação a renda que a terra pode obter:

A apropriação de renda tendo por base a localização torna-se uma questão muito mais complicada assim que permitimos que as vantagens relativas, embora uma característica permanente de qualquer cenário esteja eternamente mudando com respeito a determinados lotes de terra. (HARVEY, 2013, p. 499)

Além disso, a terra por si só não é uma mercadoria, porém o capital cria valores para sua utilização. Os loteamentos são uma forma de dá valor a terra, que, quando se torna urbana, aumenta seu preço vigorosamente, o que a torna uma mercadoria disputada pelas classes sociais. Carlos (2007) infere que:

O uso do solo será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. (CARLOS, 2007, p. 46-47)

Portanto, é possível afirmar que o uso do solo urbano precificado será visto

como propriedade de alguém para executar determinada função, seja ela da moradia, ou pela simples valorização daquele espaço ao longo do tempo.

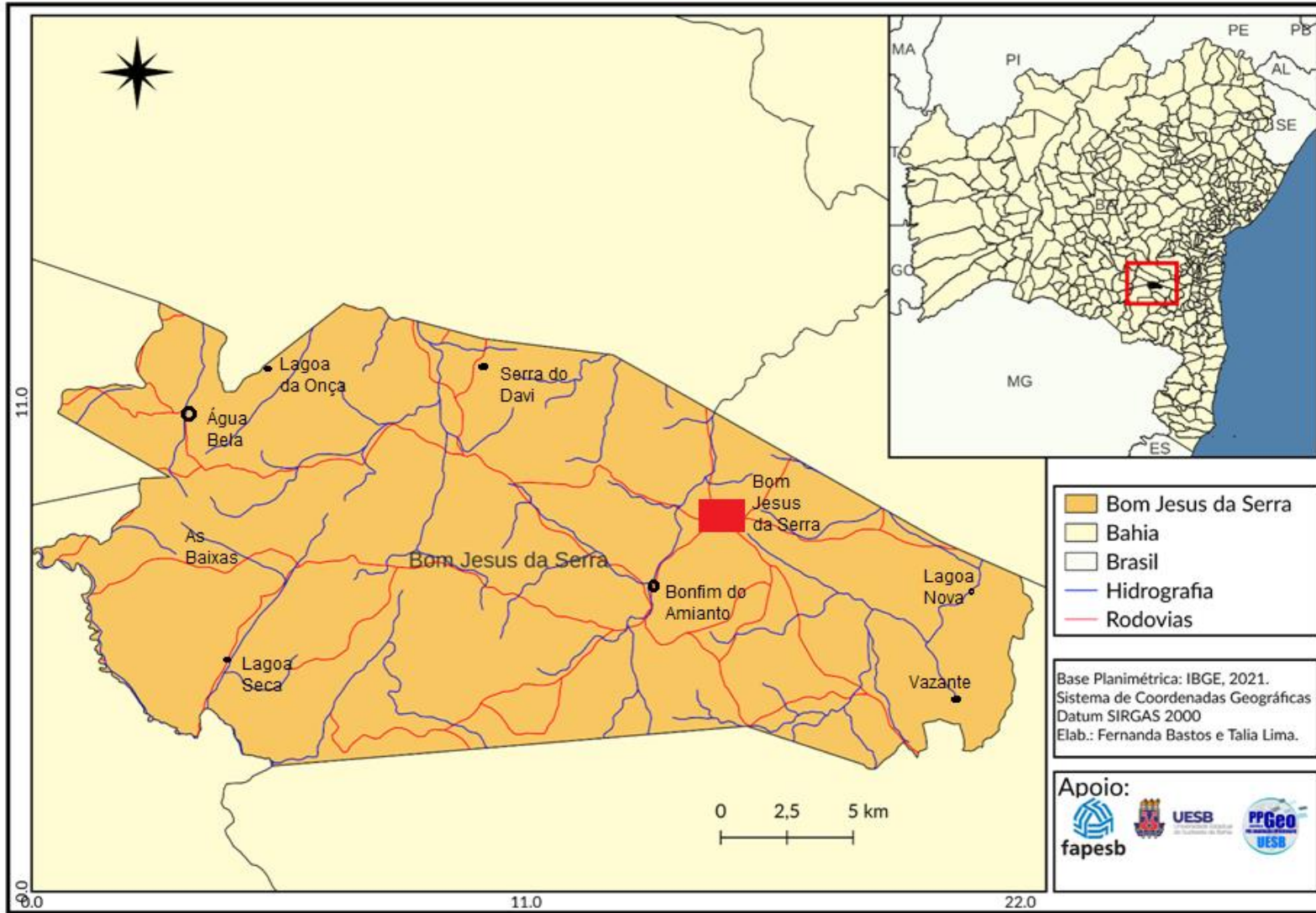
3 DA FORMAÇÃO À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA – BA

Bom Jesus da Serra tem sua história iniciada muito antes de se tornar uma cidade. Pensando em entender seu processo de formação espacial até se tornar um centro urbano, nesta seção, será feita uma análise da formação territorial de Bom Jesus da Serra, compreendendo seu processo de emancipação política e os desdobramentos acontecidos posteriores a 1989. Compreendendo a cidade como um centro local que faz parte de uma rede urbana, buscou-se analisar como a cidade foi se configurando, os espaços que foram surgindo, o aumento da população e as atividades comerciais que a cidade começou desenvolver.

O município de Bom Jesus da Serra, está localizado no Centro Sul da Bahia, apresenta uma população estimada de 9768 habitantes de acordo com o IBGE (2021). A configuração territorial do município (mapa 4), inclui a sede (cidade de Bom Jesus da Serra); os povoados de Água Bela; Bonfim do Amianto, além das comunidades rurais tais como: Baixão, Lagoa da Onça, As Baixas, Lagoa Seca e Tapioca na região de Água Bela, porção Oeste do Município. Na porção Norte destacam-se a comunidade de Serra do Davi e Lagoa da Anta; próximo a Bonfim do Amianto, destacam-se as comunidades de Lagoa do Boi, Lagoa dos Patos, Lagoa do Jurema e Olho D'água, próximo à divisa com o município de Poções, na porção leste destacam-se as comunidades da Lagoa Nova, Vazante, Lagoa do Espinhão e Lagoa do Mato.

A rodovia BA 640 é a principal via de escoamento de mercadorias e transportes de pessoas do município para a cidade de Poções e demais cidades do Centro Sul da Bahia e do Brasil, pois a partir dessa rodovia a população de Bom Jesus da Serra tem acesso à BR 116, principal ligação entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil. Por muito tempo essa também foi a via de acesso para o transporte de cargas e mercadorias do Sertão da Diamantina ao litoral e vice-versa. Também durante muito tempo foi o corredor de escoamento da produção de amianto da Mina São Félix, do então distrito de Bom Jesus da Serra pertencente a Poções-Bahia.

Mapa 4 - Município de Bom Jesus da Serra-Bahia, 2022



Fonte: IBGE, 2021. Elaboração cartográfica: Fernanda Bastos e Talia Lima.

3.1- A Formação territorial de Bom Jesus da Serra no contexto baiano

A formação territorial de Bom Jesus da Serra é resultante da ocupação de terras realizada pelos sertanistas portugueses, que fizeram várias incursões para o Centro-Sul baiano, com o objetivo de colonizar as terras e os povos nativos, além de ter poder sobre as terras pertencentes à Coroa portuguesa.

O controle sobre o território era de extrema importância para os portugueses, pois, com o controle das terras brasileiras, poderiam explorar as riquezas naturais e os povos que aqui habitavam. Dentre as inúmeras incursões realizadas pelos colonizadores, é importante destacar a do Centro-Sul baiano, tendo em vista que deu origem a vários municípios da região, como Vitória da Conquista, Poções, Planalto, Jequié e Rio de Contas que, posteriormente, deram origem a novos municípios que, até então, eram distritos. Na análise de Rocha (2018), sobre as incursões dos colonizadores sertanistas, é possível perceber os territórios de interesse de João Gonçalves da Costa no século XVIII.

Foram realizadas várias incursões no território de Vitória da Conquista e dos demais municípios da região para detectar os traços que marcam os processos e transformações socioespaciais derivados da ocupação portuguesa, sobretudo as ocupações iniciadas por João Gonçalves da Costa no Século XVIII, bem como um levantamento de dados sobre os primórdios da ocupação territorial que culminou no núcleo urbano ao qual passou a ser a atual cidade de Vitória da Conquista e as demais cidades. O resultado disso foi uma análise detalhada do processo de produção espacial elencando, os traços que marcam a configuração territorial do antigo Sertão da Ressaca atual território de Vitória da Conquista e dos demais municípios da região. (ROCHA, 2018, p. 85)

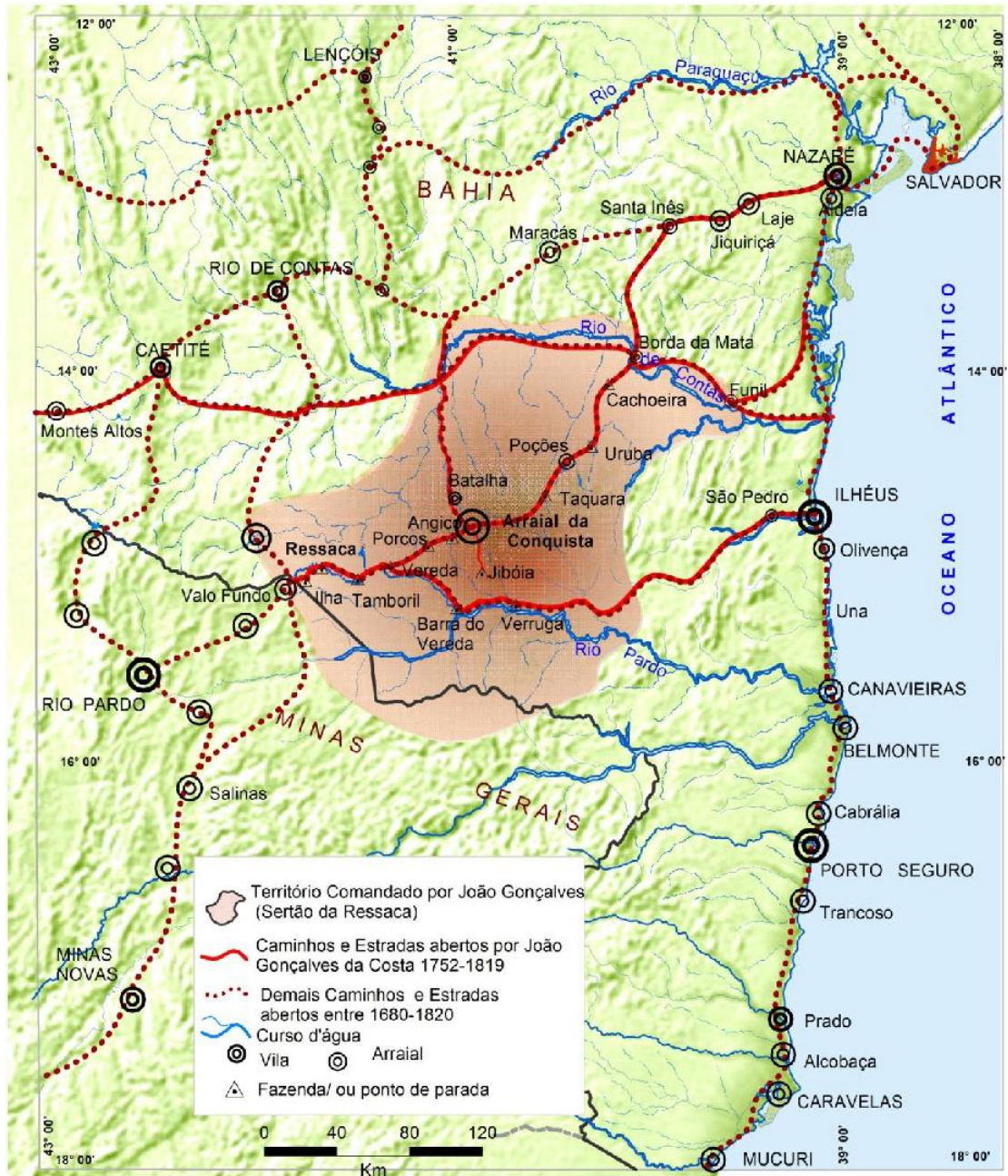
Nesse período, o Centro Sul baiano era ocupado por vários povos indígenas, como os Tupinambás, Botocudos, Camacans, Pataxós, Mongoyós e Imborés. Esses povos foram perdendo sua autonomia sobre o território, além de terem perdido maior parte da população das tribos em todo o território baiano.

O mapa 5, mostra os territórios do Sertão da Ressaca entre os séculos XVIII e XIX, atual Centro Sul da Bahia, contata-se que muitas das cidades atuais dessa região foram arraiais e vilas ocupadas e denominadas pelos sertanistas bandeirantes daquele período. Muitas delas são sedes de algumas das cidades médias e pequenas da região nos dias de hoje. Tais como: Arraial da Conquista atual Vitória da Conquista,

Poções, que manteve o nome originário do início da ocupação portuguesa, e muitos outros.

De acordo Ferreira (1958), as terras nas quais hoje é localizado o município de Poções e Bom Jesus da Serra foram distribuídas para os membros da família Gonçalves da Costa entre os séculos XVIII e XIX, haja vistas que todo esse território já pertenceu a Vitória da Conquista. Bom Jesus da Serra faz parte do processo de colonização que ocorreu por todo o Sudoeste Baiano. A cidade está situada em terras que pertenciam a Timóteo Gonçalves da Costa, em seguida a Raimundo Pereira de Magalhães, sendo uma fazenda denominada Bom Jesus de Baixo. Entre os séculos XVIII e XIX, fazia parte da rota das estradas de rodagem, ligando o litoral até a altura do Rio de Contas. Até então, território ao qual o município faz parte era uma fazenda chamada: Bom Jesus de Baixo, que, aos poucos foi sendo dividida e vendida pelos herdeiros de João Gonçalves da Costa.

Mapa 5 - Território do Sertão da Ressaca - Centro Sul da Bahia: estradas e aldeamentos criados por João Gonçalves da Costa entre 1750 e 1819.



Fonte: Elaborado com base em informações documentais do Arquivo Histórico ultramarino –Biblioteca Nacional – Brasil (2013) e do livro Viagem ao Brasil de Maximiliano – 1817 (1940), e do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015)

De acordo Ferreira (1958), em 1938 Água Bela era distrito do município de Poções, tendo permanecido nessa condição até o ano de 1953, quando passou a ser povoado do distrito de Bom Jesus da Serra.

Bom Jesus da Serra foi elevado à categoria de distrito de Poções no ano de 1953. No entanto, havia muitas carências em razão da distância e falta de recursos para auxiliar a população, dentre eles o transporte que, por muito tempo, foi feito em lombo de animais, o que possibilitou o pedido de emancipação política da cidade de

Poções, realizado em 1989. Em 2021, Poções tem uma população estimada de 46.881, de acordo com o IBGE (2021), e se tornou um subcentro com atividades no setor atacadista, bancário, serviços que atendem aos municípios de Planalto, Caetanos, Mirante, Boa Nova, Bom Jesus da Serra e Nova Canaã. Os moradores desses municípios se direcionam para a cidade de Poções em busca de serviços ainda escassos em seus municípios, a exemplo das redes bancárias, pois a cidade sedia agências da Caixa, Banco do Brasil e Bradesco, enquanto parte dessas cidades, como é o caso de Bom Jesus da Serra contam apenas com correspondentes bancários. Além disso, é comum nessas cidades, os correspondentes não terem recursos financeiros suficientemente capazes de realizar saques por parte da população.

A formação socioespacial das cidades pequenas no interior da Bahia faz parte de um processo de emancipação política, vinculados à independência de distritos de municípios maiores, que, por sua vez, viviam em duas vias: ser independente, autônomo, com economia, serviços públicos, política, administração ou viver dependendo de outro município e aceitar a condição de distrito, como explica Almeida (2014). Segundo a autora,

No processo de emancipação de um distrito é preciso compreender os dois lados. De um lado, a busca de municípios que integram, por exemplo, um distrito, que são a favor de sua emancipação para que seja alcançada autonomia política, administrativa e financeira para prover a oferta dos serviços públicos. De outro lado, o gozo do prestígio político e os benefícios da ascensão de uma elite que era mantida abafada numa estrutura anterior (ALMEIDA, 2014, p. 62).

Dessa forma, Bom Jesus da Serra se emancipar era um desafio, tendo em vista todo o processo e todas as problemáticas e responsabilidades adquiridas após isso. Com alianças políticas a exemplo do deputado Coriolano Sales, favoreceu-se a tramitação, sendo possível a emancipação político-administrativa, conforme esclarece Almeida (2014, p. 83) “Na Assembleia Legislativa da Bahia, um deputado à época, Coriolano Sales, com interesse político na localidade, pois tinha base eleitoral na região, se empenhou no processo de emancipação do distrito”.

3.2 Bom Jesus da Serra: de Distrito produtor de amianto a município autônomo

Por muito tempo, Bom Jesus da Serra foi considerado a capital do Amianto no Brasil. A exploração iniciou-se em 1939, com a instalação da Mina de São Félix (foto 01) localizada no povoado do Bonfim do Amianto, explorado pela Sociedade Anônima Mineração de Amianto (Sama), iniciada em 1939 e encerrando seus trabalhos em 1967, extraindo o minério para ser levado até a França, onde era transformado em outros materiais.

O então povoado de Bom Jesus da Serra, em 1939 pertencia ao município de Poções e sua jurisdição político administrativa estava ligada ao distrito de Água Bela, também pertencente a Poções, na época. Segundo o IBGE (1957), Água Bela possuía 129 habitantes e o povoado de Bom Jesus da Serra cerca de 100 pessoas com a expansão da atividade mineradora do Amianto. Em 1953 Bom Jesus da Serra passa a ter mais de 400 habitantes enquanto que em Água Bela residiam apenas 59 pessoas. Sendo assim, em 30 de dezembro de 1953, com a lei 638/53, a sede distrital passa para Bom Jesus da Serra, mas continua pertencente ao município de Poções, sendo que sua emancipação só ocorre em 1989.

Entre 1938 e 1967, o distrito de Bom Jesus da Serra passa por grandes transformações econômicas e territoriais, tendo como carro chefe o início da exploração da mina de São Félix do Amianto, distante 3 (três) quilômetros da sede. Nesse período, a mina São Félix comandava toda a economia local e movimentava a região. (foto 1)

Percebe-se que nos arredores da área onde se localizava a mina havia muitas residências construídas pela Sama. Também é possível observar a poeira exposta durante a extração do amianto, o que contaminou muitas pessoas que moravam perto. A empresa Mineradora Sama Sociedade Anônima, construiu ao lado da Mina São Félix do Amianto uma vila operária com cerca de 40 casas, quadra poliesportiva, campo de futebol, e uma pista de pouso para aviões de médio porte.

Foto 1 - Mina de São Félix do Amianto em funcionamento: década de 1960.



Fonte: acervo de Orônio Nunes de Oliveira, fevereiro de 2023.

Conforme D'arede (2009), a vila consistia em alojamentos para os trabalhadores solteiros, um barracão para a venda de mantimentos, quadra poliesportiva, escola, cinema, restaurante, cemitério, chamado “cruzeiro” e uma igreja.

A autora aponta ainda que havia uma marcenaria para a construção de móveis, utensílios, portas e janelas, uma oficina mecânica para conserto de carros e máquinas. Havia também um motor que gerava energia para toda a vila, funcionava 24 horas por dia.

Foto 2- Vila operaria da mina São Félix do Amianto -1960



Fonte: Fonte: acervo da PMC- Poções (2009) Disponível em:
https://sat.ufba.br/sites/sat.ufba.br/files/dissertacao_ppgsat_claudia_darede.pdf

Boa parte dos trabalhadores da mina residiam na vila operária, mas a mineradora contratava moradores que viviam na região para explorar as rochas que afloravam no entorno da mina e em todo o contexto produtivo do amianto. Segundo D'Arede (2009, p. 67),

As crianças, adolescentes e mulheres exerciam a função de extrair a mão, o amianto das rochas que a usina descartava, também levava água para os funcionários no corte. Estes não eram fichados, eram pagos a partir da quantidade de amianto que extraíam das pedras. Muitas crianças trabalhavam nestas atividades, até adquirirem maior idade, para serem incorporadas como funcionários da empresa.

Constata-se que nesse período entre 1938 e 1967 a exploração da mão de obra adulta, bem como da mão de obra infantil, era feita sem nenhuma fiscalização dos órgãos responsáveis pela questão trabalhista no Brasil. A vida nessa comunidade era ditada no ritmo da produção do amianto. Segundo a autora, as crianças estudavam na escola mantida pela empresa, e na maioria das vezes, estudavam até a antiga 4ª série, pois logo tinham que trabalhar para ajudar as famílias. Os adolescentes na sua maioria não continuavam os estudos para ajudar os pais no trabalho da roça, que era mantida pelas famílias e quando adquiriam maioridade, seguiam as tarefas dos pais na mina. (D'AREDE, 2009, p. 58),

Com a desativação da mina de São Félix do Amianto em 1967, o distrito passou por um período de estagnação e decadência, já que a maioria dos moradores vivia da exploração do amianto, ou seja, quebrando pedras no entorno da mina ou mesmo trabalhando diretamente no beneficiamento do mineral. Com o passar do tempo houve o abandono da área restaram apenas as ruínas de processo produtivo e muito material estéril consolidado no entorno da mina (fotos 3 e 4).

Foto 3– Ruínas da usina – Mina de São Félix do Amianto abandonada pela Sama em 2022



Fonte: Blog do Matuto, 2022.

Foto 4- Ruínas da Vila de São Félix do Amianto abandonada pela Sama em 2017



Fonte: Humberto Filho, 2017

Com a desativação da mina São Félix do Amianto, a mineradora Sama deixou uma área de aproximadamente 200 (duzentas) hectares contaminados próximo ao povoado de Bonfim do Amianto e distante 3 (três) quilômetros da sede de Bom Jesus da Serra (fotos 1 e 2) com materiais de rejeito da mina expostos a céu aberto, rocha solta e exposta nas margens da rodovia BA 640 e em todo o terreno próximo a mina.

Tais condições ambientais possibilitam o desprendimento da fibra de amianto das rochas e dos materiais inconsolidados, pondo tais fibras facilmente em contato com o ar livre, chegando nos locais habitados, atingindo a respiração das pessoas e a água ainda consumida por partes dos residentes que habitam as proximidades, especialmente as comunidades de Bonfim do Amianto, Boca da Onça e residentes nas Margens da Rodovia BA 640, na entrada da cidade de Bom Jesus da Serra.

Segundo Castro et al (2003) o amianto ou asbesto são nomes de uma família de minérios encontrados amplamente na natureza e muito utilizado pelo setor industrial no último século. Foi intensivamente utilizado na indústria brasileira e exportado ao longo de décadas, principalmente o amianto de Bom Jesus da Serra que possui uma área abundante e foi explorado com baixo custo pela Sama (Minerações Associadas).

O amianto foi considerado, por muito tempo, matéria-prima essencial por suas propriedades físico-químicas (grande resistência mecânica e às altas temperaturas, ao ataque ácido, alcalino e de bactérias). É incombustível, durável, flexível, indestrutível, resistente, sedoso, facilmente tecido e tem boa qualidade isolante (CASTRO *et al.*, 2003).

Em Bom Jesus da Serra, após o fechamento da mina a população local por muitos anos, utilizou os rejeitos deixados a céu aberto pela mineradora para fazer aterro de casas, aterro de estradas e preenchimento de paredes em várias construções de obras públicas da cidade. No Brasil e no mundo, segundo o Inca (2021), por anos o amianto foi denominado de "mineral mágico", foi utilizado principalmente na indústria da construção civil (pisos vinílicos, telhas, caixas d'água, divisórias, forros falsos, tubulações, vasos de decoração e para plantio e outros artefatos de cimento-amianto) e para isolamento acústico ou térmico.

Somente em 2009, após 42 anos do encerramento das atividades da mineradora, foi detectado em Bom Jesus da Serra que boa parte dos trabalhadores remanescentes da exploração na Mina de São Félix do Amianto estava com abestose, mesotelioma e câncer de pulmão. Diante dessa descoberta foi feito um levantamento na cidade para saber qual o nível de contaminação da população local e quais providências deveriam ser tomadas.

Numa ação conjunta dos Ministérios público Federal e Estadual, resultou na condenação da mineradora Sama a pagar indenização de R\$ 500.000.000

(quinhentos milhões) por danos coletivos. De acordo com o G1, Bahia (2017), segundo o MPF, a decisão da Justiça, tomada após ação conjunta do MPF e do Ministério Público da Bahia (MP-BA), aponta que o valor deve ser destinado aos municípios de Bom Jesus da Serra, Poções, Caetanos e Vitória da Conquista, e deve ser utilizado para aquisição de equipamentos e construção de unidades para tratamento de doenças associadas à exposição do amianto. A empresa informou que vai recorrer da decisão.

Foi constatado pelo levantamento do ministério público que após o fim da exploração do amianto na Mina São Félix a Sama não adotou nenhuma das medidas satisfatórias para mitigação dos efeitos do mineral nos habitantes da região, sobretudo os moradores de Bom Jesus da Serra, deixando resíduos que teriam contaminado um número indeterminado de pessoas – entre trabalhadores da mina, seus familiares, transeuntes e moradores do entorno.

3.3 A Configuração territorial de Bom Jesus da Serra após 1989

Após o processo emancipatório pela lei complementar Lei nº 7841 de 18 de maio de 1989, o então município e a cidade de Bom Jesus da Serra passaram a desempenhar inúmeras funções administrativas e econômicas que antes estavam sendo efetivadas pela Prefeitura Municipal de Poções e todos os seus demais órgãos públicos municipais. No tocante ao processo de expansão econômica, pode-se dizer que a cidade de Bom Jesus da Serra não teve tantos ganhos na sua fase inicial da emancipação política e administrativa. Antoine, (1963 p. 581) aponta que “Econômica e historicamente, a cidade nasceu em razão de uma ou várias funções elementares: o comércio, a indústria, a administração e a defesa”. De modo semelhante, Corrêa (2011) sugere que

Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. Associada a essa função político-administrativa, seja de forma causal ou em consequência, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços. (CORRÊA, 2011, p. 06)

Considerando isso, é relevante afirmar que, antes de sua emancipação, o distrito já desempenhava algumas atividades econômicas como a feira foto 6,

localizada no centro do distrito e posteriormente, cidade, onde se fixaram os primeiros habitantes do distrito e alguns comerciantes locais. Também havia uma praça onde ficava localizada a Igreja Católica, mesmo local onde ela se localiza atualmente. No entanto, segundo Almeida (2014), havia uma carência em educação, pois contava apenas com escolas de fundamental I e em saúde, pois não possuía hospital.

Foto 5 - Antiga feira municipal de Bom Jesus da Serra – Ba, funcionamento entre os anos de 1980 a 2000



(Fonte: acervo Orônio Nunes Oliveira, fevereiro de 2023)

A partir do ano de 1989, a cidade passa a desempenhar funções administrativas, como criação de leis municipais e de secretarias nos setores como da saúde, educação. Nesse processo, a sede do município ainda não dispunha de uma prefeitura para o desenvolvimento e organização destes setores. Nesse momento, de acordo com Almeida (2014), é cedida pela família Amaral um espaço para ser a sede provisória desses serviços, até que se construísse a prefeitura municipal. A foto 7 mostra o espaço em que por mais de 15 anos foi a primeira sede da prefeitura do município

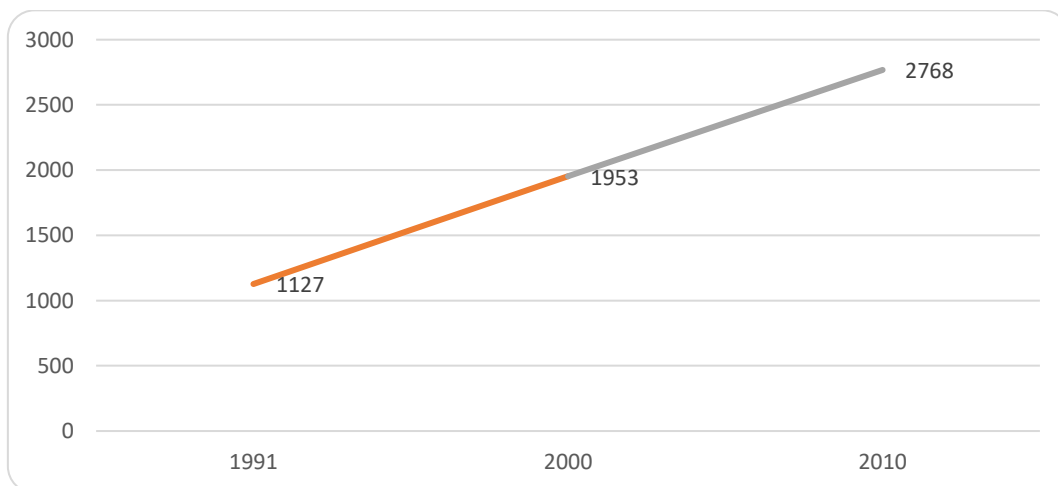
Foto 6 – Primeira sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra – Ba, 2000



Fonte: Prefeitura municipal de Bom Jesus da Serra (Acesso em: 26 de fevereiro de 2023)

Com a emancipação, ocorreu o aumento da verba do Fundo de Participação de Municípios (FPM), com repasses do Governo Federal. Esses recursos, de início, contribuíram para atender a necessidade de alguns serviços na cidade, tais como a construção de escolas, postos de saúde, calçamento da rua principal, dentre outros serviços que passaram a ser administrados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra como o aumento do comércio local, os serviços voltados para a saúde e educação, além de ter contribuído com o crescimento dos limites da cidade e a chegada de pessoas para residirem no perímetro urbano e o consequente aumento da população urbana (gráfico 1)

Gráfico 1 - Elevação da população urbana de Bom Jesus da Serra – Ba, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, 2020.

No gráfico 1 foi traçada a elevação da população urbana após a emancipação política de Bom Jesus da Serra. Com base nos dados dos censos demográficos de 1990, 2000 e 2010, é possível observar o aumento populacional na população urbana.

Outra questão que merece um destaque é a do aumento do comércio local e dos serviços voltados para a saúde e educação. Com a fixação da população na cidade de Bom Jesus a partir de 1990, foram detectadas transformações na espacialidade urbana, com o acréscimo de novos equipamentos e reconfiguração do centro, seja pela construção de praças, seja pela construção de centros administrativos, tais como Câmara Municipal, secretarias da administração pública, dentre outros equipamentos que, aos poucos foram sendo edificadas no centro da cidade. (foto 8)

Foto 7 - Reforma e ampliação do Mercado Municipal de Bom Jesus da Serra -2018



Fonte Meira, (2018)

Na parte central da cidade, ficava localizada maior parte dos serviços e comércio além da moradia de parte da população urbana que até os dias atuais vive nas casas mais antigas, construídas antes de se tornar cidade.

Nas imagens das fotos 9 e 10 é possível observar as alterações ocorridas na primeira praça da cidade, em que fica prefeitura municipal e as casas mais antigas do núcleo urbano, comparando também com a foto 6, percebe-se que houve alteração na função, se antes havia a feira livre no local, com o reordenamento da rua em formado de canteiros centrais e espaços de lazer.

Foto 8 - Antiga Praça Vitorino José Alves, Bom Jesus da Serra – Ba, 2005



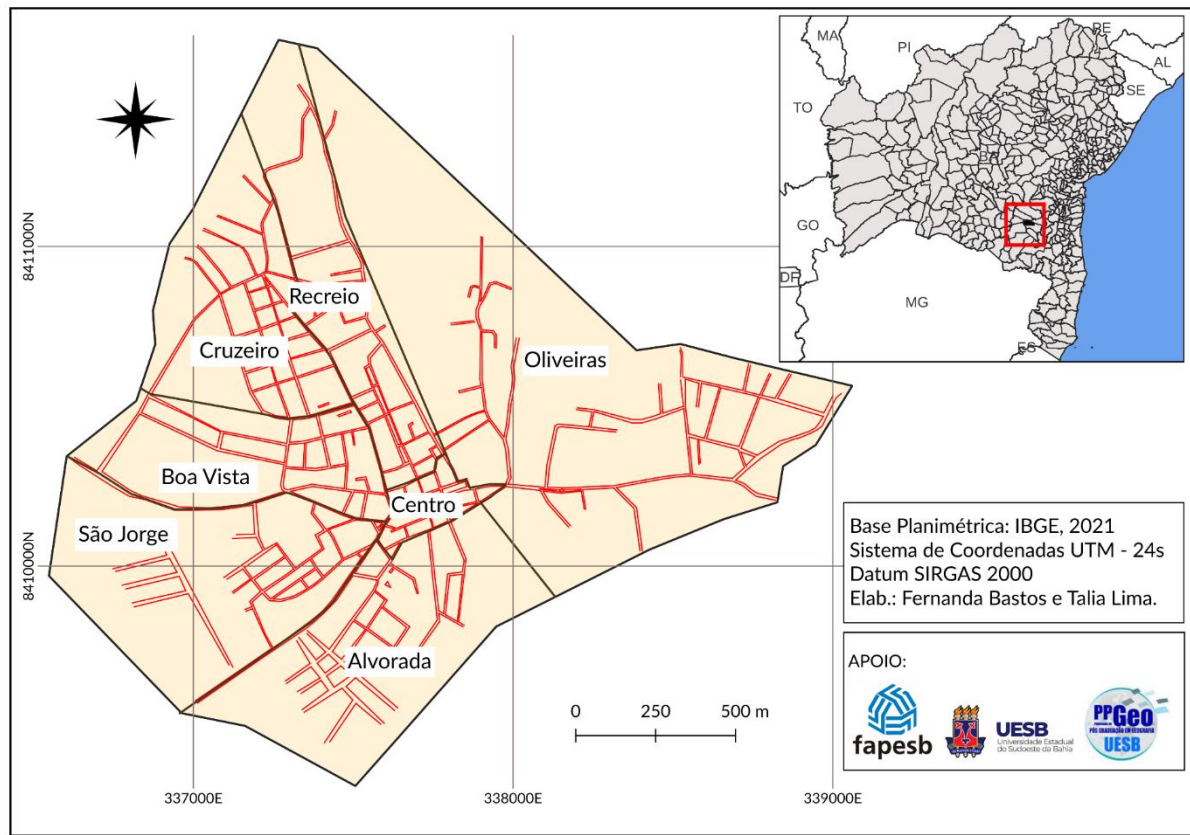
Fonte: Acervo Orônio Nunes de Oliveira. Fevereiro de 2023.

. Na foto 10 (p. 70) é possível verificar também o perfil das edificações. Percebe-se que a maioria são de casas térreo, a porta da frente voltada totalmente para a rua, sem recuo, refletindo um padrão de moradia que remonta aos modelos urbanos do século XIX e que perdurou na maioria das pequenas cidades brasileiras até o início dos anos de 1980.

Mesmo com um crescente populacional, não necessariamente indica que a cidade se desenvolveu em níveis de serviços capazes de atender todas as necessidades da população. Tanto a cidade como o município como um todo é carente de atividades especializadas em diversos segmentos, saúde, educação, comércio em geral, lazer, indo para outros centros consumir esses serviços. De acordo com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra (2012, p. 05), “neste município as edificações projetadas com a finalidade de lazer são, praticamente, inexistentes”. Isso leva a população a criar seus próprios meios para praticar atividades relacionadas ao lazer, com o uso das praças públicas e calçadas.

Ademais, a cidade é formada por sete bairros, Alvorada, Boa Vista, Centro, Cruzeiro, Oliveiras Recreio e São Jorge (mapa 6). Dos sete bairros existentes, seis fazem divisa com o Centro e cada um dos bairros foi se configurando ao longo tempo com as edificações, equipamentos públicos e loteamentos privados.

Mapa 6 – Bairros na cidade de Bom Jesus da Serra – Ba, 2023



Fonte: elaborado por Moraes com base nos dados do IBGE, (2022)

Os primeiros bairros da cidade a se configurar como área urbana consolidada são Centro e logo depois o Recreio. Esses espaços são remanescentes do período em que Bom Jesus pertencia a Poções.

O Centro possuía na época a maior parte das edificações do período em que Bom Jesus ainda era distrito. O atual Bairro Recreio foi se expandindo com a chegada novos moradores desde a época da exploração do Amianto, mas teve seu adensamento urbano somente no início dos anos 2000. No Centro, (foto 10), estão concentradas a maior parte das atividades do comércio e algumas edificações públicas como Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra, Câmara de Municipal de Bom Jesus da Serra, Igreja Católica Senhor Bom Jesus e a Praça Vitorino José Alves.

Foto 9 - Centro de Bom Jesus da Serra – BA, 2012.



Fonte: Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra, 2019.

O bairro Recreio, assim como o Centro, também concentra parte das atividades do comércio, centro de abastecimento e a feira municipal, localizada na Praça Vitorino (foto11) que acontece todos os sábados.

A feira livre destaca-se como uma importante atividade econômica na cidade, com uma média de 40 barracas ao todo, de acordo com a prefeitura, incluindo as de frutas e verduras, cereais, eletrônicos, roupas e calçados e açougue. A foto 7 mostra a divisão na organização dos produtos comercializados na feira. Além disso, existe uma área coberta e outra ainda sem cobrir.

Em conversa com alguns feirantes, foi constatado que a maior parte dos produtos, sobretudo alimentícios, são adquiridos em outras cidades e trazidos para Bom Jesus da Serra para serem comercializados. A produção de alimentos local só é vendida no período da colheita, entre fevereiro e abril como o milho, feijão, abóbora, melancia, maxixe e algumas frutas da época.

Por ser a única feira do município é um suporte para as demandas locais, visto que tanto a população rural quanto a urbana se deslocam para comprar os produtos ofertados semanalmente.

Foto 10– Feira Livre de Bom Jesus da Serra – BA, 2016.



Fonte: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100048812452143>. Acesso em fevereiro de 2023.

Por ser a única feira do município é um suporte para as demandas locais, visto que tanto a população rural quanto a urbana se deslocam para comprar os produtos ofertados semanalmente.

Nota-se que posterior ao processo de emancipação, muitas mudanças aconteceram no núcleo urbano, principalmente com a criação de equipamentos urbanos e revitalização. Além disso, a formação dos bairros, evidencia o processo de expansão urbana.

3.3 Bom Jesus da Serra – BA: uma pequena cidade na rede urbana do Centro Sul da Bahia

A ciência geográfica tem sido campo de vários estudos observados, sobretudo na rede urbana, e a compreensão da produção do espaço tem esclarecido muitas lacunas de ordem política, econômica e social. Não menos importante, os estudos sobre a condição da reprodução social nas cidades grandes, médias e pequenas têm se mostrado mais abrangentes, posterior aos anos 2000, como aponta Moreira Junior (2013). De modo semelhante, Harvey (1980, p. 14) aponta que: “Qualquer teoria geral da cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma que ela

assume.” Desse modo, a cidade, de maneira geral, não se trata somente da sua forma, mas da sua realização enquanto um espaço de relações sociais que se entrelaçam nos diversos espaços construídos pela sociedade.

Os centros urbanos são espaços dinâmicos que não podem ser vistos de maneira unilateral, tendo em vista que estão interligados num determinado território através de relações que podem ser sociais, econômicas, culturais, políticas entre outras. Para Lefebvre (2001),

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. (LEFEBVRE, 2001, p. 51)

Assim, para se compreender Bom Jesus da Serra – BA enquanto um centro local, é preciso entender seu papel e suas características dentro da rede urbana a qual faz parte e as atividades desenvolvidas dentro do núcleo.

Nos últimos dois séculos, a urbanização se tornou uma das principais mudanças no modo de vida das sociedades, seja por meio da produção industrial posterior a Primeira Revolução ou pela migração campo-cidade. Alves e Silva (2015) apontam que

Tais processos resultaram na concentração de mais da metade da população mundial em cidades, tiveram início na Europa e América do Norte e têm destaque, no momento atual, nos países do hemisfério sul, principalmente África e América do Sul, e na Ásia. Onde torna-se comum a formação das cidades com mais de 1 milhão de habitantes, das megacidades -com mais de 10 milhões de habitantes e, até mesmo, de metacidades - com de mais de 20 milhões de pessoas², a ritmos mais intensos que outrora, em contextos em que não há o acompanhamento do provimento de recursos infraestruturais e o suprimento das demandas, o que, por vezes, implica em crises, que se manifestam sob diversas facetas, com complexidade e dimensões, relativamente, proporcionais à dimensão destas cidades. No Brasil, entre 1956 e 2010 as cidades milionárias, ou seja, as cidades que concentram mais de 1 milhão de habitantes, passaram de 2 para 15 (ALVES, SILVA, 2015, p. 09).

Tal perspectiva indica a mudança no contexto das atividades da população que passou a se concentrar nas cidades. No Brasil, as pequenas cidades compõem cerca de 40% da população. De acordo com o IBGE (2010), esses dados evidenciam que

dos 5.565 municípios identificados em 2010, aproximadamente 4.927 tinham uma população entre 2.000 até 50.000 habitantes.

Assim, a conceituação de cidade pequena tem sido muito discutida, mas não se tem um conceito único sobre a mesma. Para a definição de uma cidade como pequena são observadas algumas características quantitativas e qualitativas. Vieira, Roma e Miyazaki (2020, p. 138) afirmam que, de acordo com o IBGE, uma cidade para se considerada pequena deve ter até 50 mil habitantes. Ainda, de acordo os autores, “Nesta perspectiva, 5.037 dos municípios têm um contingente populacional de até cinquenta mil habitantes, representando 36,78% da população total do país.”

Em contrapartida, Fernandes (2018) afirma que ainda há uma dificuldade para a conceituação de cidades pequenas, pois existe uma relação próxima entre o rural e o urbano. Segundo Fernandes (2018):

O urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades e os estudos acadêmicos não devem contemplar apenas elas e as áreas metropolitanas. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. (FERNANDES, 2018, p. 14)

Para Roma (2008, p. 13), “Conceituar não é somente classificar as cidades hierarquicamente, mas compreender, além das relações do tipo hierárquicas, as funções urbanas que uma localidade desempenha”. Santos (2022) considera que é necessário ter um certo cuidado ao tratar de cidades pequenas na hierarquia urbana, pois não podem ser generalizadas a uma mesma lógica de produção. Em suas palavras,

cidades pequenas podem estabelecer relações diretas de consumo e/ou serviços com grandes centros mundiais, sem necessariamente depender dos centros cuja ordem hierárquica é imediatamente superior; da mesma forma, uma cidade média pode atrair consumidores de uma metrópole regional ou nacional (SANTOS, 2022, p. 08)

Partindo dessa lógica, é preciso compreender que as cidades pequenas fazem parte da dinâmica urbana muito maior de forma que não estão isoladas. Além disso, podem desempenhar funções políticas, econômicas e sociais para além de seus limites, assim como desempenham suas próprias funções dentro do seu espaço.

É necessário que haja interesse acadêmico para estudar esses pequenos centros urbanos, pois apresentam características próprias. Alguns desses centros se desenvolvem melhor economicamente nas atividades relacionadas ao meio rural, sobretudo as que se localizam em áreas de grande produção agrícola. Outras se desenvolvem em razão do comércio local, da indústria, e ainda existem aquelas que, apesar de não apresentar um expressivo crescimento econômico, são usadas para exportar mão de obra para outros centros. Maia (2009) aponta que as cidades pequenas não devem ser vistas apenas do ponto de vista populacional, ressalta que:

Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadre, dentro de uma mesma faixa de número de habitantes há ainda muita discrepância entre estes espaços. (MAIA, 2009, p. 07)

Nem todas as cidades vão ter o mesmo papel econômico e social. As cidades pequenas dependem de muitos fatores, entre eles os locais para desenvolver suas potencialidades. Endlich (2011, p. 150), aponta que, “Especialmente em espaços não-metropolitanos, ou seu entorno, muitas localidades passam por declínio demográfico, perda de centralidade, rarefação de equipamentos e serviços, entre outros.” Essa mesma autora enfatiza que as cidades grandes são pontos de partida das contradições sociais, reforça a necessidade de ver as cidades pequenas como lugar possível para a vida urbana, ressaltando a importância da retomada dos lugares como valor de uso.

Para Rocheford (1961), as pequenas cidades também podem se desenvolver enquanto centro local. Esses centros oferecem serviços menos especializados e buscam de outros lugares para suprir as necessidades da população. Nesse mesmo viés, Roma (2008) afirma que:

Essas aglomerações, para conseguirem suprir as demandas consideradas básicas, recorrem à mão-de-obra de outras cidades, demonstrando que o nível de suas funções está no limite inferior da complexidade urbana. O acesso a serviços e equipamentos mais especializados é obtido, necessariamente, em cidades que apresentam funções urbanas mais elevadas. (ROMA, 2008, p. 16)

Nesse sentido, os pequenos centros como Bom Jesus da Serra, inserem-se

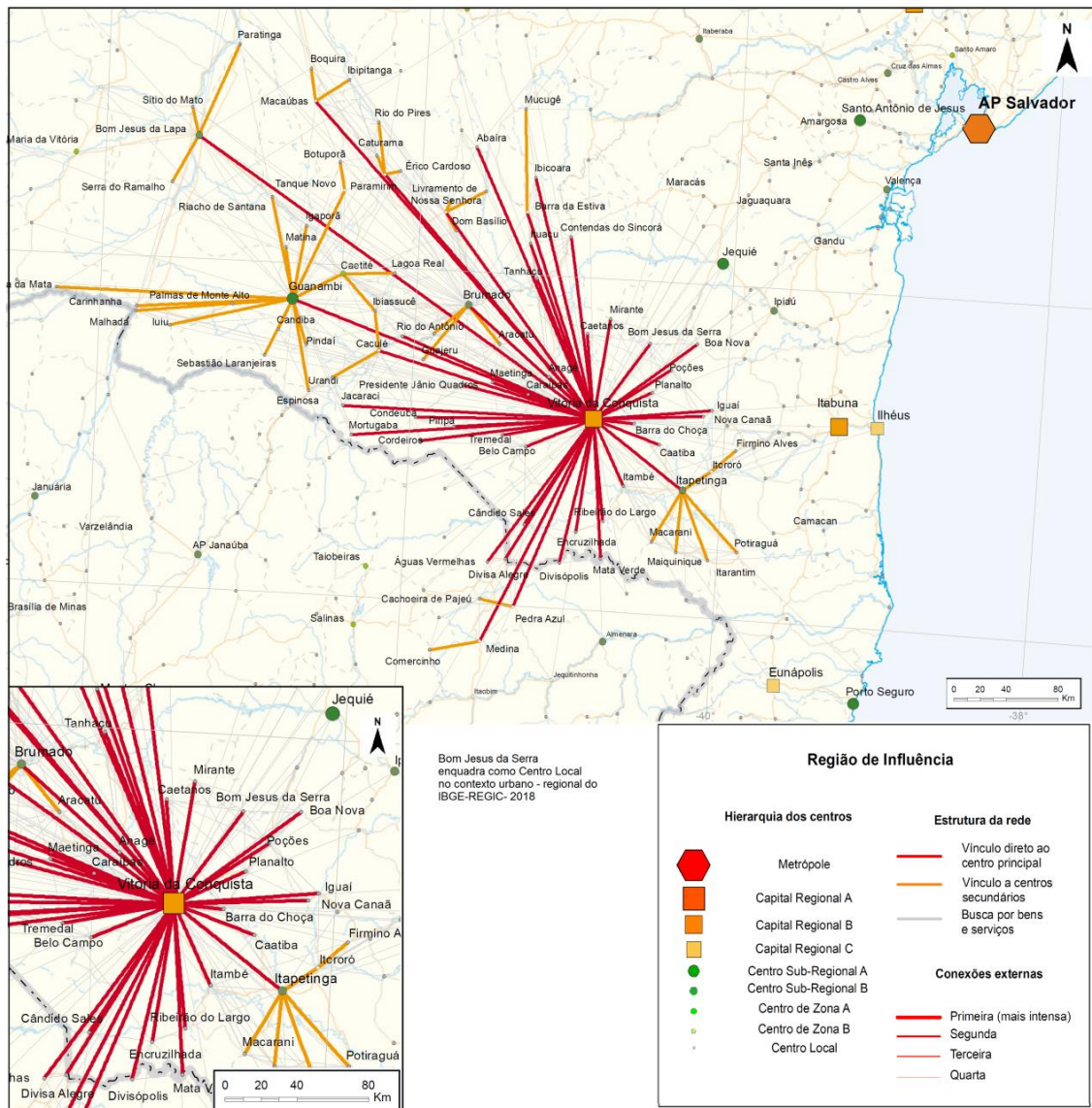
numa rede urbana maior, para onde tende a deslocar sua renda por meio dos serviços que esta oferece. Sobre isso, Santos (1959) considera que

Cada aglomeração tem o seu raio de influência, que é um dado instável, em virtude da competição que sofre, necessariamente, de outras unidades do mesmo nível. Mas, acima de cada um desses núcleos, outros se colocam na hierarquia urbana, presidindo a um espaço maior, que compreende vários núcleos de importância menor. A hierarquia urbana é um resultado, mais ou menos vigoroso, do papel de centro representado pelos diversos núcleos. (SANTOS, 1959, p. 08)

Vitória da Conquista, localizada no Centro Sul da Bahia, se tornou uma referência por ser uma cidade média com aproximadamente 274 739 habitantes, de acordo com o IBGE (2010). Esse centro fornece serviços como de saúde, educação, mercadorias seja no ramo alimentício ou de bens de consumo e forma uma rede urbana que atrai as cidades circunvizinhas.

A influência da cidade sobre outros municípios, incluindo Bom Jesus da Serra, é uma das principais características da polarização de Vitória da Conquista no Centro Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais. (mapa 7)

Mapa 7 - Rede de influência Regional de Vitória da Conquista - BA (2018)



Fonte: IBGE (2018)

Em boa parte da região Centro Sul no Estado da Bahia, há um número grande municípios que apresentam cidades pequenas, em função de Vitória da Conquista ser a única cidade que configura o processo de polarização e heterogeneidade da região, como afirma Ferraz (2020):

O município de Vitória da Conquista se destaca no conjunto do território, abarcando 44,1% da população total, ou seja, 306.866 pessoas, em 2010. O segundo maior município em número de habitantes, é Poções, com 44.701, seguido de Barra do Choça, com 34.788 moradores. Quatro municípios têm entre 23.766 e 27.918 habitantes, quatorze possui de 10.113 a 17.029 e três de 7.038 a 8.602. (FERRAZ, 2020, p. 36)

Assim, Vitória da Conquista funciona como um polo, de modo que a maioria das cidades em seu entorno, são atraídas pelo comércio. Muitas estão localizadas em regiões de difícil escoamento de mercadorias, outras não têm estrutura para dispor de um comércio local mais expressivo, mas oferecem uma importância de centro local, conceituadas pelo Regic, como:

O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. (REGIC, 2020, p.13)

Dessa maneira, Bom Jesus da Serra enquanto centro local, exerce um papel dentro de seu próprio limite, não desempenhando um papel central na rede urbana da qual faz parte. As atividades voltadas para a agropecuária, de acordo com a prefeitura, são voltadas para uma produção em pequena escala

Feijão, milho, mandioca, algodão, mamona, sisal e fumo, em pequena escala, são os principais produtos cultivados, embora todos de caráter temporário. A maior parte dessa produção se destina aos mercados de Vitória da Conquista e Poções. O município produz também melancia, palma forrageira e cana-de-açúcar em pequena escala. (BOM JESUS DA SERRA, 2012, p. 4)

Ademais, em Bom Jesus da Serra o comércio local também é voltado para outros seguimentos comerciais nos ramos varejistas, alimentícios, vestuário, calçados, bebidas, hortifrutigranjeiros. O quadro 01, mostra a quantidade de estabelecimentos por setor, existentes no município, sobretudo, na cidade.

Tabela 4 – Estabelecimentos em Bom Jesus da Serra por segmento de acordo com o CNAE (2022)

Tipo de estabelecimento (setor)	Quant.	% por estabelecimento
Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios - minimercados mercearias e armazéns	25	7%
Serviços domésticos	24	7%

Transporte escolar	20	6%
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	18	5%
Comércio varejista de materiais de construção em geral	13	4%
Atividades de organizações políticas	10	3%
Atividades associativas não especificadas anteriormente	9	3%
Obras de alvenaria	6	2%
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	6	2%
Comércio varejista de bebidas	6	2%
Padaria e confeitaria com predominância de revenda	6	2%
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	5	1%
Comercio varejista de artigos de armarinho	5	1%
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4	1%
Comércio varejista de móveis	4	1%
Cabeleireiros manicure e pedicure	4	1%
Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças municipal	4	1%
Administração pública em geral	4	1%
Comércio varejista de ferragens e ferramentas	4	1%
Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	3	1%
Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	30	9%

Fonte: CNAE (2022) acesso em: 26/09/2022

De acordo com a Classificação de Atividades Econômicas (CNAE, 2022), o município conta com 275 micro empresas, dessas, 221 são Micro Empreendedor Individual (MEI), 57 empresas de médio/grande porte e 4 consideradas de pequeno porte. Ainda, de acordo com o órgão, em 2022 foram abertas 20 novas empresas nos mais variados segmentos, como transporte, comércio alimentício, construção civil, bebidas, entre outros que se concentram principalmente no centro urbano.

Com relação aos serviços básicos a cidade possui o fornecimento de água que é feito pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) com sede na cidade de Poções, que atende a população de Bom Jesus da Serra e os povoados de Água

Bela e Bonfim do Amianto, correspondendo a 27,38% da população, de acordo com o SNIS (2021), publicado pelo Instituto Água e Saneamento (AS).

Ao tratar de saneamento, a cidade de Bom Jesus da Serra não tem um sistema adequado. De acordo com o IBGE (2017), os dejetos são descartados ao céu aberto, enterrados ou em fossas de fundo de quintal. Segundo a Prefeitura Municipal, foi criada a Lei N° 246/2021 que instituiu o Plano Municipal de Saneamento Básico, que ainda está em fase de elaboração.

O abastecimento de energia é realizado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), que atende a todo o município com o fornecimento e manutenção de energia elétrica.

De acordo com o IBGE (2020), o PIB Per capita do município foi de 7.091,07. Em relação aos demais municípios no estado, ocupa a posição 379°, em relação aos setores da agropecuária 386° e da indústria 400°. No Brasil, ocupa a posição municipal de 4905°, em relação as atividades econômicas.

Nesse capítulo, foi realizada uma análise da formação territorial de Bom Jesus da Serra, tendo em vista, que seu processo de configuração espacial se deu desde a chegada dos sertanistas ao Sertão da Ressaca. O núcleo urbano se tornou distrito em 1953 e, em 1989 se emancipou, tornando sede do município. Desde que esse fato aconteceu, o espaço urbano passou por inúmeras transformações, como o aumento populacional e criação de infraestrutura urbana para auxiliar a população local.

4.0 O ESPAÇO URBANO E OS NOVOS LOTEAMENTOS DA CIDADE DE BOM JESUS DA SERRA

O espaço urbano é um receptor e produtor de relações sociais. Sabe-se que tais relações são responsáveis por dinamizar o espaço, fazê-lo configurar novas formas e agregar novas funções como um todo. Corrêa (2004) aponta que

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço [...] A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 1989, p. 11)

É consenso entre muitos autores que a cidade é o lugar mais apropriado para o capital se reproduzir. De modo semelhante a Corrêa (2004), Sposito (1991) já havia afirmado bem antes que é no urbano que as relações se engendram de maneiras mais densas: “a cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo.” (SPOSITO, 1991, p. 64). Carlos (1992) reitera que a cidade se faz ininterruptamente, pois é um produto da realização humana. Nesse sentido, as relações sociais fazem com que as cidades se configurem cada uma à sua forma.

4.1 A Expansão do espaço urbano de Bom Jesus da Serra – BA

De acordo Sposito (2019), as cidades pequenas se desenvolvem cada uma com um aspecto em particular, seja por expansão da malha urbana ou por sua economia que atrai um comércio variado, e, conseqüentemente, leva ao crescimento urbano. O desenvolvimento da cidade está intimamente ligado à sua formação, aos fatores históricos, o povoamento e à economia local.

A expansão urbana é uma indicação que cidades têm recebido cada vez mais novas funcionalidades, que podem ser relacionados à moradia, comércio ou a outras atividades que irão desenvolver alguma função, seja o centro urbano formado por uma metrópole, uma cidade média ou até mesmo nos pequenos centros.

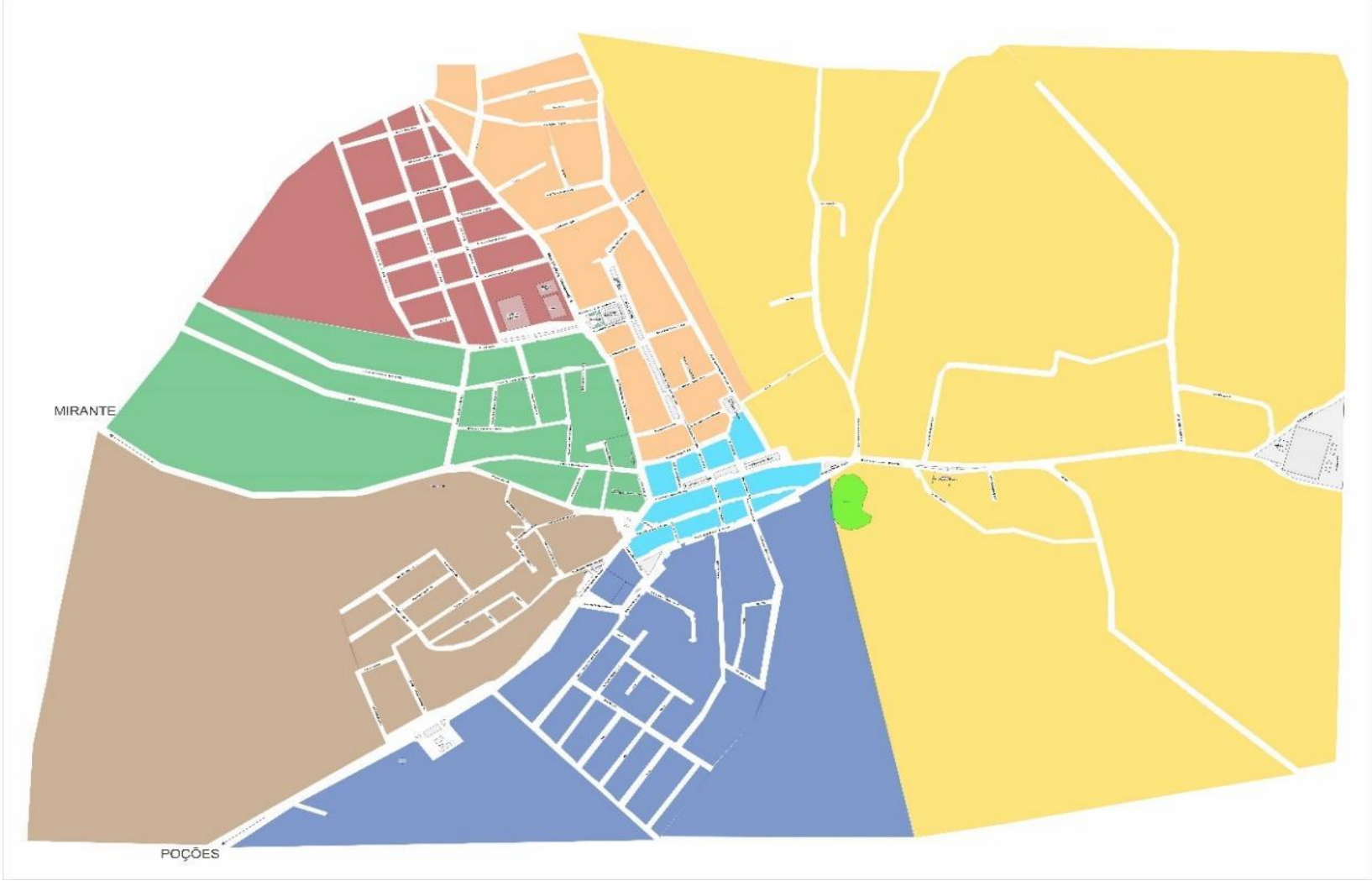
As cidades se desenvolvem por meio das condições sociais e capitalistas

impostas em determinado lugar, são fruto dos processos de formação, no caso de Bom Jesus da Serra, expande seus limites em direção aos espaços que antes eram tidos como rurais, no entanto, com a lógica da especulação imobiliária, as terras convertidas em urbanas agregam maior valorização. Com isso, podem ser vendidas para diversas finalidades entre elas para a população que deseja morar nos centros locais.

No início dos anos 2000, doze anos após a sua emancipação política, Bom Jesus da Serra verifica-se o indício de uma primeira expansão urbana para além do seu núcleo inicial com a abertura de ruas e sete novos bairros: Alvorada, Boa Vista, Centro, Cruzeiro, Oliveiras, Recreio e São Jorge. Por volta de 2010 a prefeitura municipal elaborou uma planta urbana onde apresenta a divisão de bairros feita pelo setor de obras e infraestrutura urbana com a delimitação de cada bairro, como pode-se observar no mapa 8.

Entretanto, de acordo com informações obtidas na própria prefeitura, o mapa está desatualizado, pois falta inserir várias ruas que foram abertas e loteamentos, sendo necessário realizar uma nova Regularização Fundiária Urbana (REURB), prevista na Lei nº 13.465, de 2017, que é “o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes” (BRASIL, 2017), a fim de regularizar as novas áreas que surgiram na cidade desde 2013.

Mapa 8 - Divisão de bairros de Bom Jesus da Serra – Ba em 2013.



Fonte: Bom Jesus da Serra – Ba, 2023.

Entre os anos de 2014 e 2022, foi possível observar áreas de expansão em vários bairros da cidade, entre eles o bairro Oliveiras, Alvorada, São Jorge e Cruzeiro. Nesse processo, verificou-se que uma das principais formas de expansão está voltada para edificações de moradias.

Na Carta-imagem 1, coletada por imagens de satélite, é possível observar a expansão do bairro Oliveiras entre os anos de 2014 e 2022, evidenciando as áreas em que houve novas construções, bem como a abertura de novas ruas.

Mesmo com essa expansão, o bairro ainda apresenta pouca infraestrutura, como a falta de calçamento, ruas irregulares, sem as medidas adequadas. As casas são construídas sem ordenamento urbano, desobedecendo às normas do Artigo 5º do Código de Obras Municipal, o qual regulamenta que “toda obra realizada no município precisa ter um projeto arquitetônico” (Código de Obras Municipal, 2014, p. 03). Quanto ao alinhamento da construção, é mencionado nesse mesmo código de obras, no artigo 56º que as edificações não devem ser feitas sem obedecer ao alinhamento fornecido pelo órgão competente do município. Nos incisos, orienta-se que:

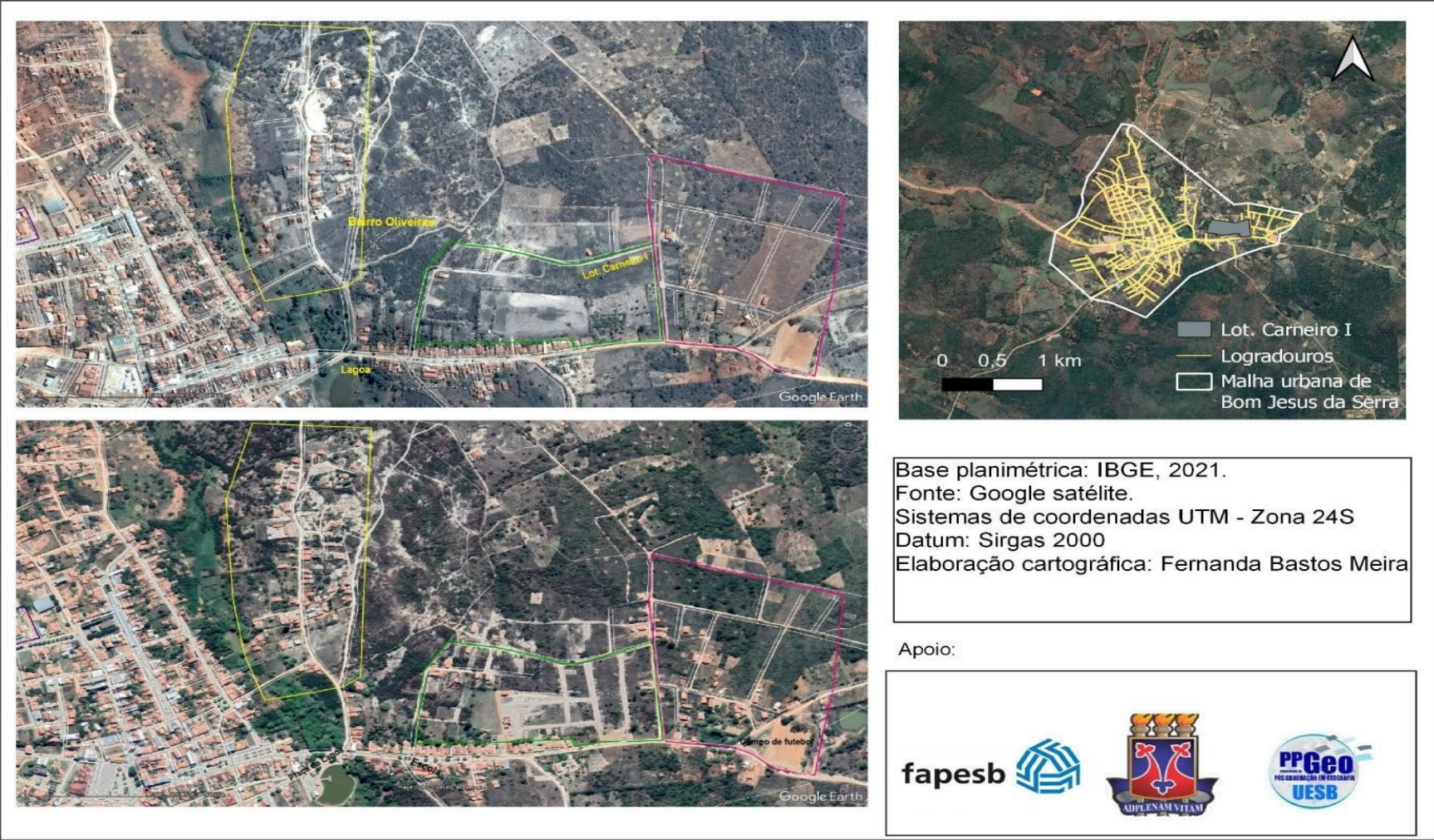
II - Para os logradouros que não tiverem ainda projeto do alinhamento será exigido o recuo mínimo de 3,00m (três metros) mediante estudo elaborado pela seção competente.

III - O alinhamento da edificação será expressamente mencionado no verso do alvará de construção, facultada à Prefeitura, no curso das obras, a verificação de sua observância. (BOM JESUS DA SERRA, 2014, p. 03-04).

Assim, é possível observar que a expansão urbana em Bom Jesus da Serra não está de acordo com as regras impostas pelo Código de Obras e, conforme informações coletadas junto à prefeitura, também não há fiscalização para o registro de obras, como alvará ou visita de um profissional da área para regulamentar as edificações na cidade. ¹

¹ Informações Coletadas na Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal em janeiro de 2023.

Carta-imagem 1- bairro Oliveiras, Bom Jesus da Serra, entre 2014 2022.



Fonte: Google satélite, CNES/Airbus. Maxar Technologies. (Elaborado pela autora, 2023)

Algumas áreas de expansão em Bom Jesus da Serra se dão pelo desmembramento de terras, estabelecido pela Lei 6.766 de (1979), no “Artigo 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.” (BRASIL,1979)

A conversão de terras rurais em urbanas agrega valor as propriedades que passam a ser valorizados dentro do espaço urbano. Essa estratégia é usada pelos agentes imobiliários para articular e acumular valores sobre a comercialização. Assim,

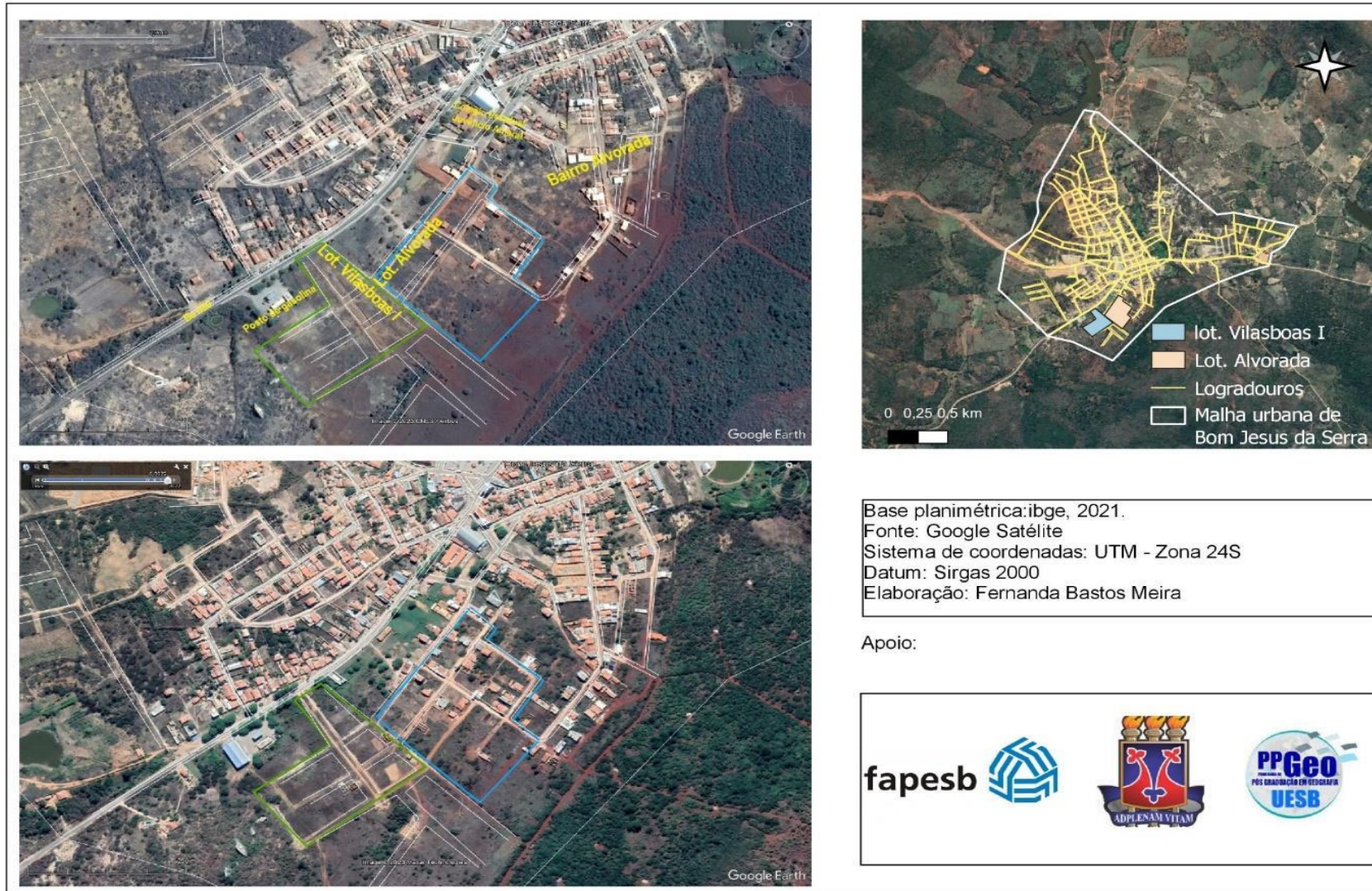
Os agentes envolvidos na produção imobiliária têm, cada vez mais, se utilizado de elementos estratégicos para aumentar a demanda pelos seus produtos, assim como têm desenvolvido novas possibilidades de acumulação. (MAIA, MARTINS, 2020, p. 256)

O Bairro Alvorada, é um dos mais antigos e foi sendo formado junto ao crescimento do centro da cidade ao longo dos anos. Na carta-imagem 2, foi possível observar que o bairro tem expandido seus limites, principalmente pela conversão de terras rurais em urbanas.

Entre 2014 e 2022, observou-se novas edificações com um padrão de loteamentos, ou seja, o tamanho das edificações, sobretudo residenciais com medidas de 10 x 25 m e a abertura de novas ruas. Também foi averiguado que neste processo, houve a criação de novos estabelecimentos comerciais, como borracharias voltadas para o setor automotivo, distribuidora de bebidas, além de uma fábrica de uniformes.

As áreas de expansão atendem a uma demanda por moradia e a necessidade de residir, configura o espaço urbano, de modo que amplia o interesse capitalista em lucrar. Assim sendo, a terra urbana é um terreno fértil para o excedente, e Harvey (2012) afirma que o excedente de produção molda o capitalismo. Nesse sentido, as áreas de valorização da terra urbana são definidas pela infraestrutura que existe nas proximidades, a exemplo de equipamentos urbanos como praças, escolas, hospitais e vias asfaltadas; todos esses elementos contribuem para que haja maior renda do solo urbano.

Carta-imagem 02 – Expansão urbana no bairro Alvorada entre 2014 e 2022



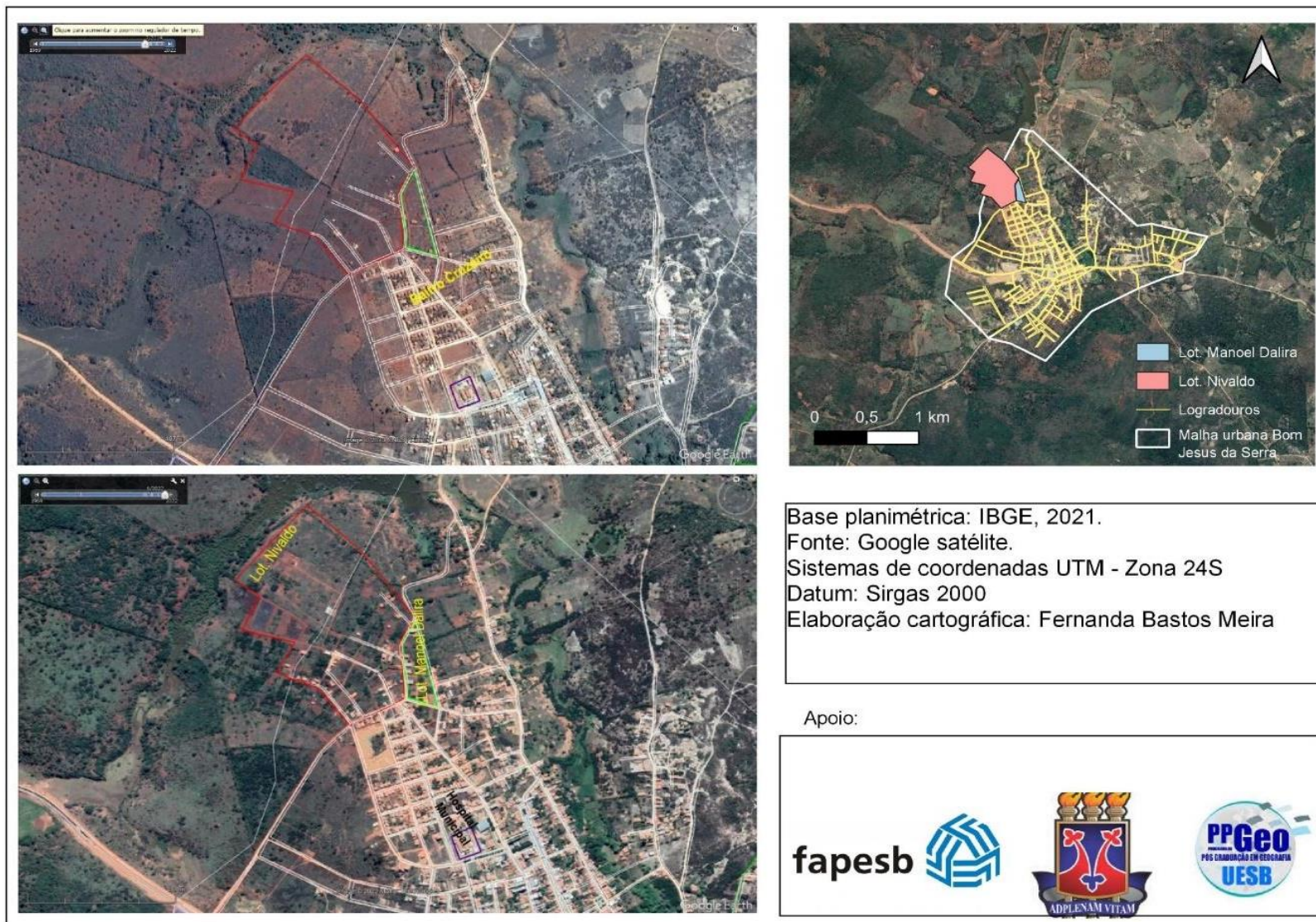
Fonte: Google satélite, CNES/Airbus. Maxar Technologies. (Elaborado pela autora, 2023)

No bairro Cruzeiro existe alguns importantes equipamentos urbanos, como o Hospital Municipal, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Secretaria de Educação do município. Porém, é considerado um bairro periférico na cidade. Um dos fatores está relacionado a sua localização, por ser mais distante do centro da cidade, entretanto, em termos de infraestrutura urbana, apresenta alguns dos equipamentos mais importantes do município.

O bairro Cruzeiro tem uma expansão de seus limites com a inserção de loteamentos privados que ficaram conhecidos na cidade, com o de Nivaldo e de Manoel Dalira, que foram criados em 2012, e o Carneiro II, em 2013, que se localiza metade no bairro, que tem contribuído para a especulação imobiliária, além da construção de novas edificações para a população, que não consegue comprar terras nos espaços mais próximos do Centro e que apresentam um maior valor. Na carta-imagem 3 observa-se na evolução do espaço do bairro Cruzeiro, entre 2014 e 2022, o surgimento de novas edificações, e algumas concentradas em ruas irregulares.

Ainda é possível observar que o bairro apresentou um aumento significativo nas edificações para a finalidade da moradia

Carta-imagem 3 – Expansão urbana do bairro Cruzeiro entre 2014 e 2022.



Fonte: Google satélite, CNES/Airbus. Maxar Technologies. (Elaborado pela autora, 2023)

Na foto 12 percebe-se que mesmo com a expansão do espaço do bairro, em relação ao padrão das edificações ainda é possível perceber que as casas mais antigas ainda são construídas de adobe. As novas ruas também não apresentam calçamento adequado e as ruas são irregulares.

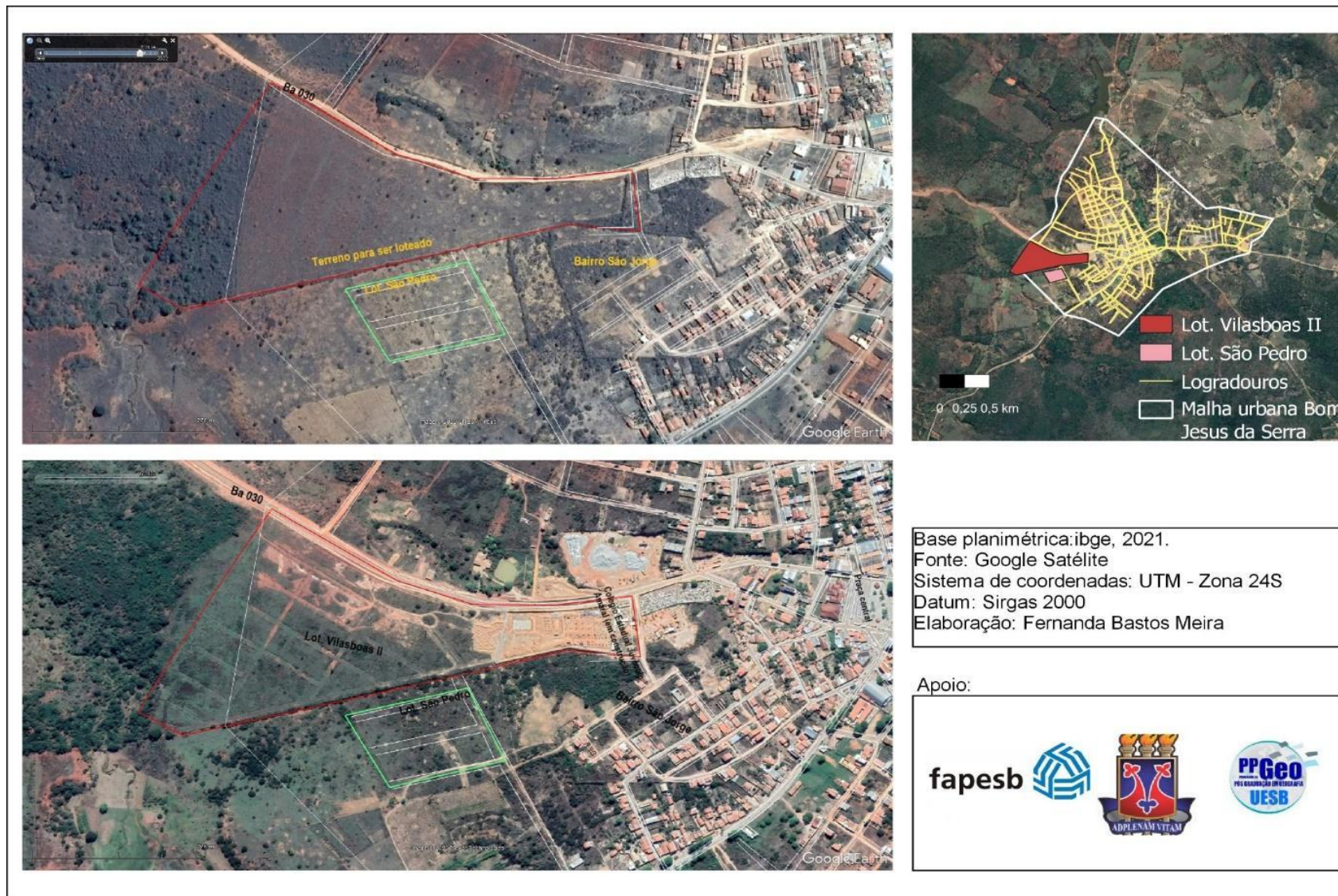
Foto 11 – Rua principal do Bairro Cruzeiro em Bom Jesus da Serra – Ba, 2022.



Fonte: Meira, 2022.

O bairro São Jorge, assim como bairro Alvorada foi crescendo seus limites ao redor do centro da cidade. As transformações no espaço urbano se deram com as áreas construídas voltadas para o comércio e a moradia. Na carta-imagem 4 podemos observar a abertura de ruas e criação de novos espaços, uma das principais mudanças entre 2014 e 2022 que influenciaram na expansão do bairro como a abertura de novos loteamentos, construção de uma nova escola e o surgimento de novas edificações.

Carta-imagem 4 – Expansão urbana no bairro São Jorge entre 2014 e 2022.



Fonte: Google satélite, CNES/Airbus. Maxar Technologies. (Elaborado pela autora, 2023).

Nesses quatro bairros anteriormente citados, explanados e apresentados por meio de carta-imagem, observa-se que a expansão se deu principalmente pela criação dos loteamentos.

Pensando em compreender a infraestrutura, as novas áreas de expansão e algumas informações sobre a cidade, foram aplicados 30 questionários em quatro bairros da cidade: Alvorada, Centro, Cruzeiro e Oliveiras. As informações coletadas estão expostas no Quadro 4.

Quadro 2 – Informações sobre os imóveis e terrenos de acordo com a população de Bom Jesus da Serra – Ba, 2022.

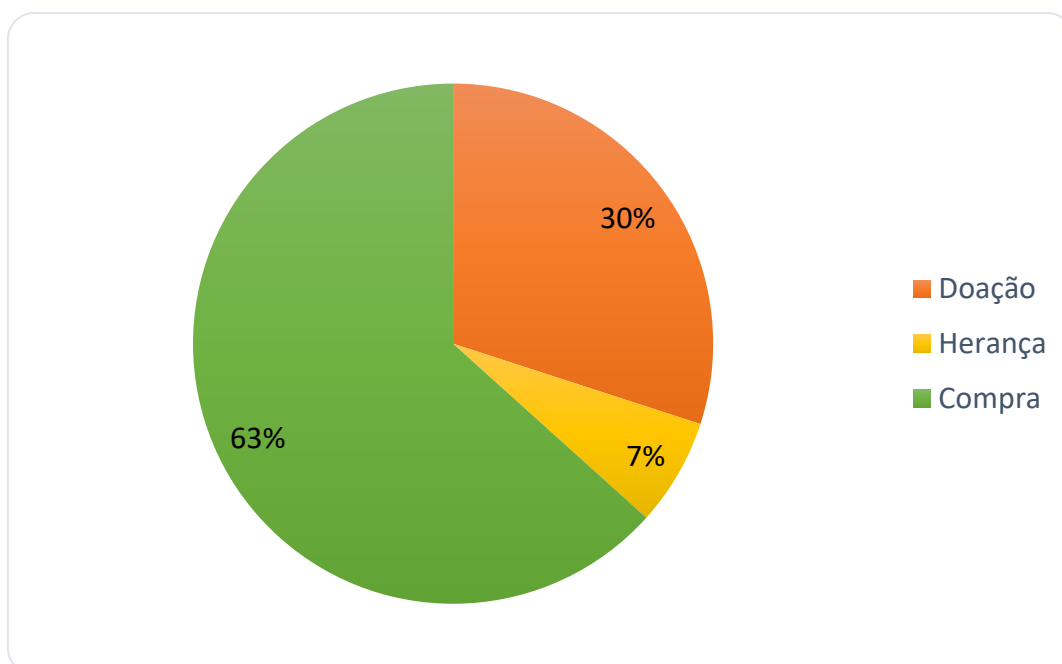
Em relação à habitação	Dos 30 questionários, 28 participantes moram em casas e apenas 2 residem em prédios
A escritura do imóvel ou terreno que reside ou comprou em loteamentos	Os participantes da pesquisa relataram que ter a escritura do terreno é um serviço caro e que por isso, na cidade a maioria dos terrenos tem apenas o recibo de compra e venda. Das 30 pessoas que responderam ao questionário, apenas seis tem a escritura do imóvel, disseram ter conseguido porque a família já tinha ou procuraram uma imobiliária em outra cidade para fazer
Taxa de Imposto Predial e Territorial Anual	Os participantes recebem a cobrança do IPTU, porém nem todos pagam, alguns por não ter condição financeira, outros dizem que não tem conhecimento da taxa.
Sobre a estrutura e oferta de compra dos loteamentos	Os participantes disseram que as ofertas para compra e venda de loteamentos ou até mesmo terrenos soltos pela cidade depende muito da localização, em bairros como o Cruzeiro há lotes de até 15 mil reais, no Centro existem terrenos de até 150 mil e nos loteamentos do Alvorada, Oliveira e São Jorge tem lotes de até 35 mil reais. Também afirmam que a estrutura dos loteamentos é irregular, pois falta infraestrutura adequada, a maioria tem apenas as ruas abertas, outros nem mesmo a limpeza das vias tem sido realizada, além de não dispor de iluminação adequada.
Sobre a fiscalização de obras por meio da prefeitura	Dos 30 participantes para responder o questionário, 70% relataram haver a fiscalização por parte da prefeitura, um fiscal da secretaria de obras vai até o local e averigua as condições para a construção, os outros 30% disseram que

	não teve fiscalização municipal, visto que pagaram um engenheiro para licenciar a obra
Se as residências tem água encanada, luz elétrica, rede de esgoto, banheiros	Todas as residências dos participantes disseram ter água encanada, luz elétrica, banheiros, no entanto, a cidade não dispõe de rede de esgoto, a população constrói fossas, outros ainda descartam os dejetos a céu aberto.

Fonte: pesquisa de campo em junho de 2022.

Nos questionários aplicados, a maior parte dos entrevistados afirmou ter adquirido seus terrenos e imóveis por meio de compra, conforme aponta o Gráfico 02. Os moradores do bairro Centro afirmaram que adquiriram o imóvel por herança ou compra. Alguns dos entrevistados do bairro Cruzeiro disseram que adquiriram seu imóvel por meio de doação do governo. Os outros participantes da pesquisa afirmaram que seus terrenos foram comprados em loteamentos existentes na cidade e ainda relataram ter outros terrenos nas áreas de expansão, porém ainda não têm a pretensão de construir, pois acreditam que as terras vão adquirir um maior valor e que poderão vender depois.

Gráfico 2 – Terrenos adquiridos para edificações em Bom Jesus da Serra nos bairros Alvorada, Centro Cruzeiro e Oliveiras 2022.



Fonte: Fernanda Bastos Meira. Pesquisa de campo, 2022.

Conhecer o processo de expansão urbana em Bom Jesus da Serra – Ba permite compreender a dinâmica urbana de outros espaços, pois a expansão não se dá de maneira isolada, mas num conjunto de produção associado a vários fatores, como a especulação imobiliária, a alta valorização da terra urbana e a necessidade constante que o ser humano tem de ter uma moradia.

4.2 As áreas de expansão urbana de Bom Jesus da Serra e Implicações na lógica da urbanização da cidade

A criação de áreas de expansão do espaço nas cidades brasileiras tem se relacionado diretamente com a maneira como o modo de produção capitalista age na comercialização de terras urbanas, uma vez que isso se aplica tanto nos centros grandes com a aplicação das técnicas mais modernas de arquitetura e padrões sofisticados das edificações, quanto em áreas em que ainda não se percebe tal sofisticação. Segundo Rocha (2019):

Essa expansão recente da comercialização de terras urbanas pelo mercado imobiliário converteu a urbanização em um processo de mercantilização do espaço urbano e acelerou a acumulação do capital privado derivado desse segmento, inclusive com a negociação direta em bolsas de valores de ações e fundos de participação em negócios imobiliários. (ROCHA, 2019, p. 103).

Em algumas cidades, como em Bom Jesus da Serra, ainda se percebe a presença de edificações sem grande planejamento. No entanto, têm sido observadas novas áreas que desempenham funções voltadas para moradia, atreladas à valorização do solo urbano. O mercado imobiliário tem atuado de maneira crescente na cidade, com a criação de loteamentos, e esse fator tem sido uma das principais causas da expansão do espaço. A partir da pesquisa realizada, nota-se que a criação de loteamentos na cidade de Bom Jesus da Serra segue a mesma lógica da produção capitalista em relação ao valor dado à terra urbana. A especulação imobiliária se apresenta na cidade como forma de valorizar novos espaços com a venda de lotes.

Observa-se também que os loteamentos analisados em Bom Jesus da Serra foram criados de forma irregular. A norma regula que, para a criação do projeto de loteamento, o interessado deve procurar a prefeitura do município e solicitar as leis de

uso do solo, além apresentar uma planta com alguns elementos:

- I - as divisas da gleba a ser loteada;
- II - as curvas de nível à distância adequada, quando exigidas por lei estadual ou municipal;
- III - a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;
- IV - a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
- V - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
- VI - as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas. (BRASIL, 1979)

De acordo com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra, não existem projetos para a abertura de loteamentos na cidade. É feita a abertura de ruas de maneira ilegal, sem que tenha um ordenamento urbano. No entanto, consta-se no Código de Obras Municipal (2014), Artigo dezesseis, que os loteamentos só poderão ser abertos com a aprovação da prefeitura, desde que o espaço esteja de acordo com a legislação municipal.

Nesse sentido, é preciso pensar o processo de produção do espaço de maneira que não seja deixada de lado a questão da cidade como um todo. De maneira nenhuma, o fato de ser um centro local pode ser motivo para pensar o lugar como atraso ou sem crescimento. Entretanto, a própria estrutura dos loteamentos faz-se pensar como tal cidade tem se expandido no modo de produção capitalista. Nesse sentido,

É impossível pensar a cidade sem mencionar o papel que o capital teve e tem em sua estruturação. Sob a égide do capitalismo, a cidade tem demonstrado grande capacidade de inventar e se reinventar, sempre se adequando e se moldando às necessidades impostas por e a partir do desejo de expansão do próprio capital. (MOURA, COSTA, 2016, p. 508)

Harvey (2005) elucida que nenhum lugar na atualidade cresce em larga escala sem que haja o incentivo do governo local. É preciso pensar a cidade não apenas como espaço físico, pois isso seria negligenciar as esferas socioeconômicas que a cidade desempenha. Assim sendo, Rocha (2019, p. 163) assegura que “A produção do espaço é um fator primordial para a compreensão da complexidade da sociedade urbana.”.

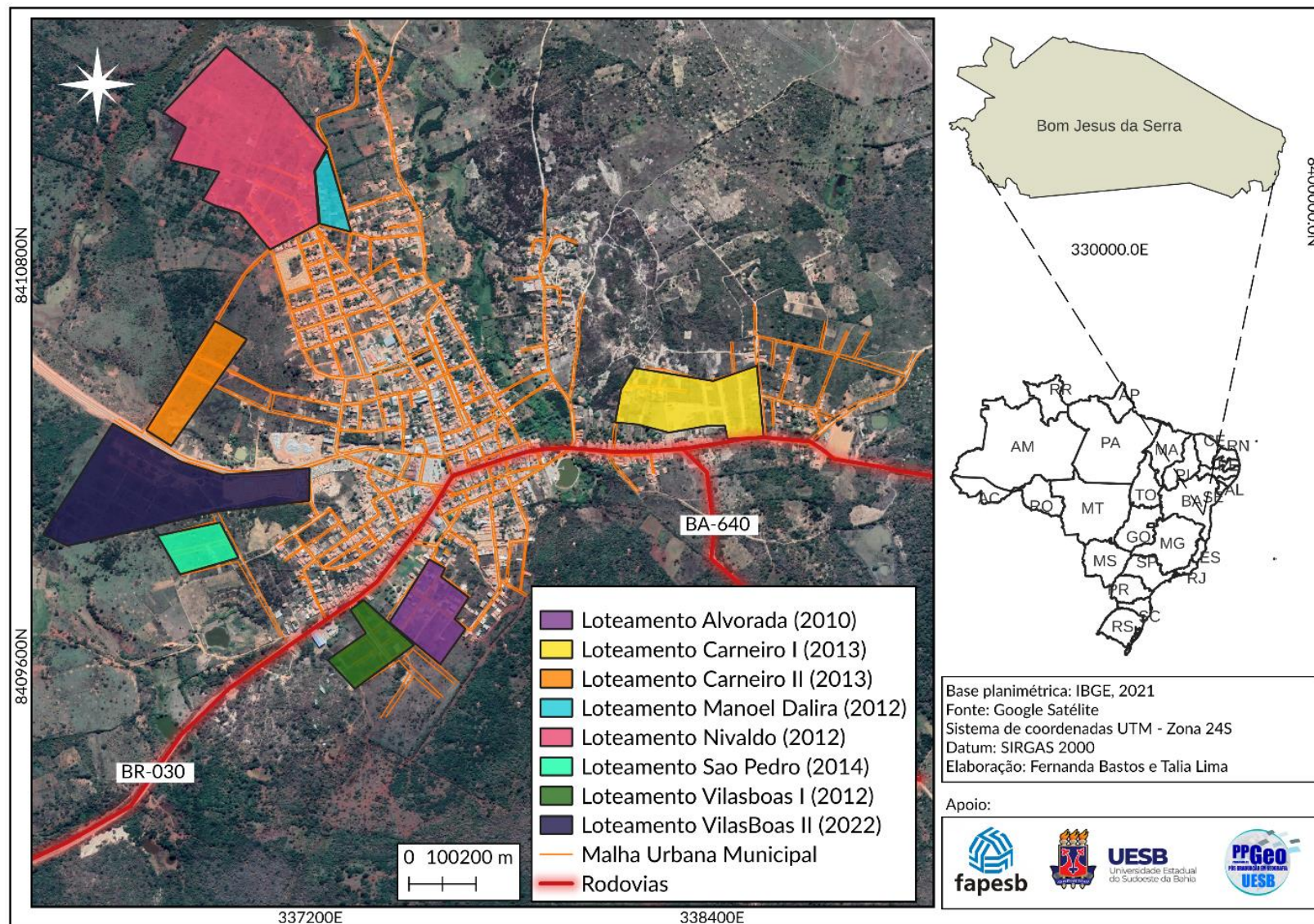
Para entendermos a criação dos loteamentos, um primeiro ponto é

compreender quem são os donos de loteamentos, quais são os loteamentos em Bom Jesus da Serra, para então sabermos quem compra os lotes e para quais finalidades são.

Os donos de loteamentos na cidade são os proprietários fundiários oriundos do próprio município. As terras destinadas aos loteamentos se formaram a partir de terras rurais convertidas em urbanas. Esses proprietários tinham a posse por herança e alguns foram vendendo porções maiores para a abertura de lotes.

No início da pesquisa, havia conhecimento de apenas cinco loteamentos na cidade, porém, durante a pesquisa de campo, surgiram mais três, totalizando oito: Loteamento Carneiro I, Carneiro II, Loteamento Alvorada, Loteamento de Nivaldo, Loteamento Manoel Dalira, Loteamento Vilasboas I e Vilasboas II e Loteamento São Pedro, como aparecem destacados no mapa 9.

Mapa 9 – Loteamentos identificados em Bom Jesus da Serra - Ba entre 2010 e 2022



Fonte: Imagem Google Earth-Maxar Technologies (2021), Carta elaborada por Bastos e Moraes (2023)

Tais loteamentos foram idealizados como forma de expandir o espaço urbano, bem como para adquirir renda a partir das porções de terras. Sem um planejamento adequado, os proprietários loteiam a partir da necessidade estabelecida pela dinâmica da população em ter um bem para residir ou valorizar para vender com o tempo. Um dos maiores problemas é a forma de venda desses lotes, visto que são comercializados sem implantar uma infraestrutura adequada, cabendo ao poder público municipal fiscalizar e registrar com base nos requisitos exigidos pelo Código de Obras Municipal, no entanto, tal fiscalização não é realizada.

Ademais, a inserção de loteamentos em cidades pequenas, como é o caso de Bom Jesus da Serra, apreende uma série de fatores para reflexão, e alguns deles dizem respeito à importância que esses lotes têm abrangido na cidade. Quanto à esfera ambiental, é importante salientar quais áreas foram abertas para a expansão e quais impactos naturais isso pode gerar para a cidade. Todas essas questões precisam ser tomadas como base para compreender a implantação desses loteamentos. Rigatti (2002) aborda sobre essas questões, observando que:

Os municípios tendem a ter um comportamento extremamente passivo em relação a determinados aspectos do parcelamento do solo. Se, por um lado, costumam impor uma série de requisitos e normas no que diz respeito aos aspectos internos dos parcelamentos, muito pouco ou quase nada é tratado quando se analisa o impacto do surgimento de novas áreas urbanizadas, seja para o funcionamento da cidade, seja do ponto de vista dos aspectos ambientais, econômicos e das relações sociais envolvidas. Implantação dos parcelamentos em desacordo com os projetos aprovados; não-implantação de uma série de itens exigidos, principalmente no que tange à infra-estrutura urbana; desconsideração das áreas públicas necessárias; custos de infraestrutura; implantação de parcelamentos em áreas inadequadas; localização dos parcelamentos de forma descontínua ou com pouca relação com o tecido urbano existente geram, na maior parte das vezes, uma reação por parte dos adquirentes de lotes que passam a reivindicar melhorias diretamente ao poder público. (RAFITTI, 2002, p. 38)

É evidente que a implantação desses espaços, de fato, não cumpre regras implícitas tanto pela lei de parcelamento dos solos quanto para as próprias leis do Código de Obras Municipal. Os proprietários dos lotes não se preocupam em construir a infraestrutura pensando nos possíveis danos ambientais que isso poderá causar ao longo do tempo.

O caso de Bom Jesus da Serra procede junto à ilegalidade. Nos loteamentos

analisados, foi constatado junto à Secretaria de Tributos que não há alvará para abertura ou venda dos lotes e não há procura de auxílio técnico junto aos engenheiros municipais para ordenar como deveria ser feita a divisão e implantação dos lotes na cidade.

Esses loteamentos localizam-se em quatro bairros específicos: os loteamentos Alvorada e o loteamento Vilasboas I estão localizados no bairro Alvorada; o Carneiro I, no bairro Oliveiras; O Carneiro II, o Loteamento de Nivaldo e Manoel Dalira, no bairro Cruzeiro; o São Pedro e o loteamento Vilasboas II, no bairro São Jorge.

Os loteamentos estudados na cidade compreendem uma ordem temporal em relação à sua criação. Para compreendê-los e explicá-los, foi feita uma série temporal de existência de cada um deles. Assim, evidencia-se esses loteamentos entre 2010 2022 .

Nesse recorte temporal, o primeiro loteamento identificado foi o Loteamento Alvorada, que se localiza no Bairro Alvorada. De acordo com um dos herdeiros do terreno loteado, foi criado em 2010 e pertencia a família Amaral que residem em Bom Jesus da Serra desde quando ainda era distrito. Nesse loteamento, os terrenos são padronizados quanto ao tamanho 10 x 25 metros, as seis ruas existentes, apesar de não serem calçadas, têm uma padronização em relação à largura. Até o ano de 2014, quase não havia construções, sendo intensificadas após esse período.

O Loteamento de Nivaldo, localizado no Bairro Cruzeiro, foi um dos primeiros a existir na cidade de Bom Jesus e existe desde 2012. Surgiu em um período em que a cidade tinha poucos recursos e a terra ainda não tinha um valor de troca tão expressivo, como nos dias atuais. Na época, os terrenos avaliados entre 1.200 e 3.000 reais pareciam ser baratos. No entanto, se parar para se pensar no salário da época e na renda média da população, os valores eram considerados altos. Atualmente, o loteamento tem valores acima de 12.000 mil reais.

A infraestrutura do loteamento é considerada precária, visto que as ruas não têm um padrão, não são asfaltadas e nem mesmo têm o arruamento ordenado. Conta com água encanada, assim como com abastecimento de luz elétrica. As casas possuem fossas particulares ou descartam a céu aberto, tendo em vista que a cidade não dispõe de saneamento básico. A população que reside no loteamento comprou os terrenos para a construção de casas e pontos comerciais, como salões de beleza, mercadinhos, botecos, entre outros.

O primeiro loteamento, o Vilasboas I, encontra-se em um tamanho maior que o Carneiro, e foram feitas as aberturas das ruas. No entanto, não apresenta infraestrutura adequada como água, luz e saneamento. Esse loteamento existe há aproximadamente seis anos, existem poucas construções. O tamanho padrão dos terrenos é de 10 x 25, assim como o Loteamento Carneiro.

O loteamento Manoel Dalira surgiu em 2012, conta com uma infraestrutura mínima, com apenas rede elétrica e de abastecimento de água. Dividido em cinco ruas e 12 terrenos, não tem calçamento nem há ruas regulares. Na foto 13 observa-se a rua principal do loteamento, nela é possível perceber que não há pavimentação asfáltica, nem meio fio com tamanho adequado, além disso, há buracos e falta a limpeza, as casas também foram construídas sem que houvesse um padrão em relação ao espaço para calçada.

Foto 12 - Loteamento Manoel Dalira em Bom Jesus da Serra – BA, 2022

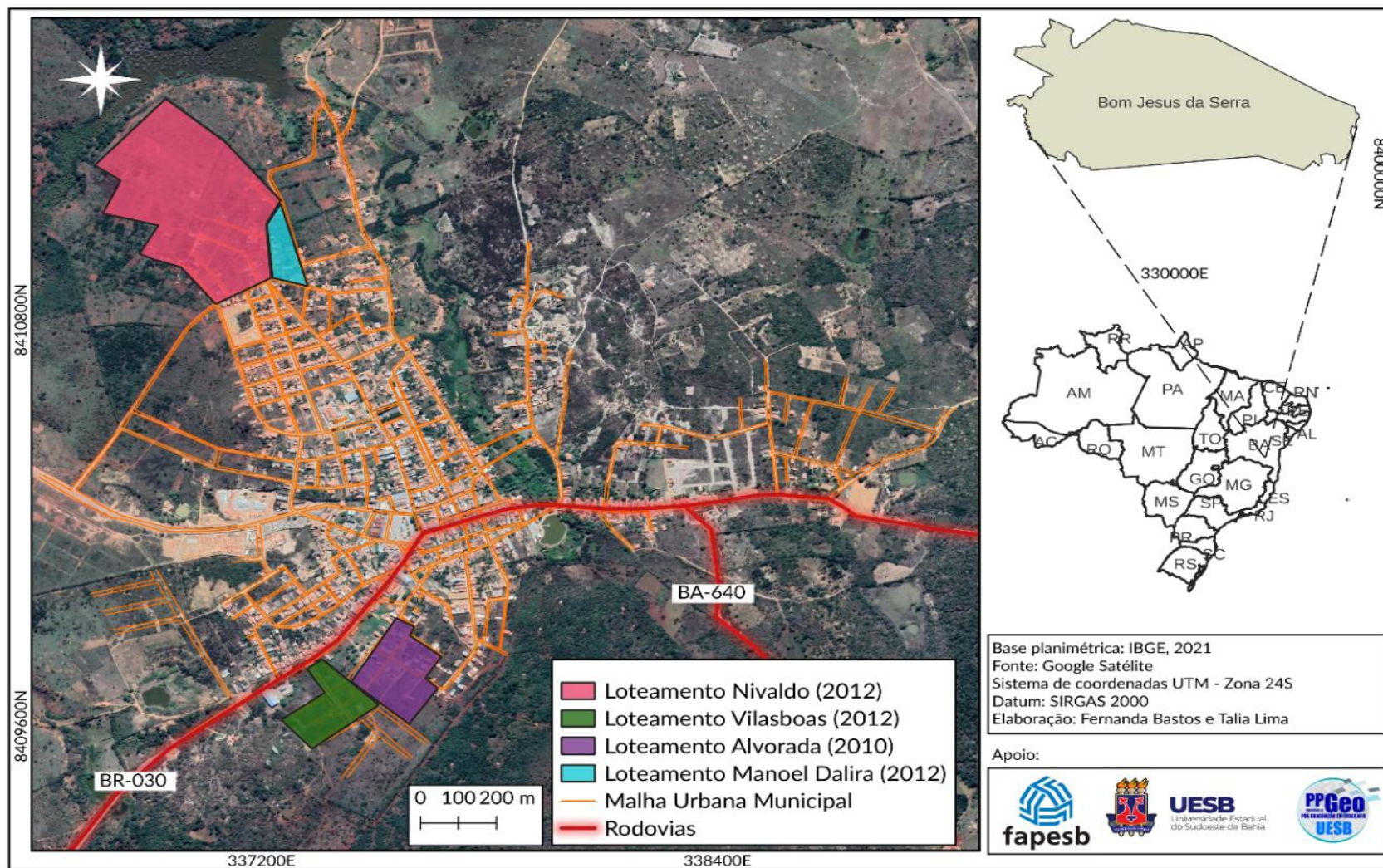


Fonte: Meira, 2022.

De acordo com o relato do dono do Loteamento Manoel Dalira (informação verbal)², os loteamentos que existem na cidade não apresentam infraestrutura adequada aos compradores, visto que não dispõem de sistema de saneamento básico, com esgotamento e o padrão das vias de circulação não é feito de maneira padronizada, bem como calçadas irregulares.

¹ Entrevista 1 – José Antônio Feitosa da Silva, proprietário do Loteamento Manoel Dalira. Entrevista realizada por Fernanda Bastos Meira em 25-05-2022, gravador digital: aparelho Motorola g09 play.

Mapa 10 – Loteamentos existentes em Bom Jesus da Serra - BA entre 2010 e 2012.



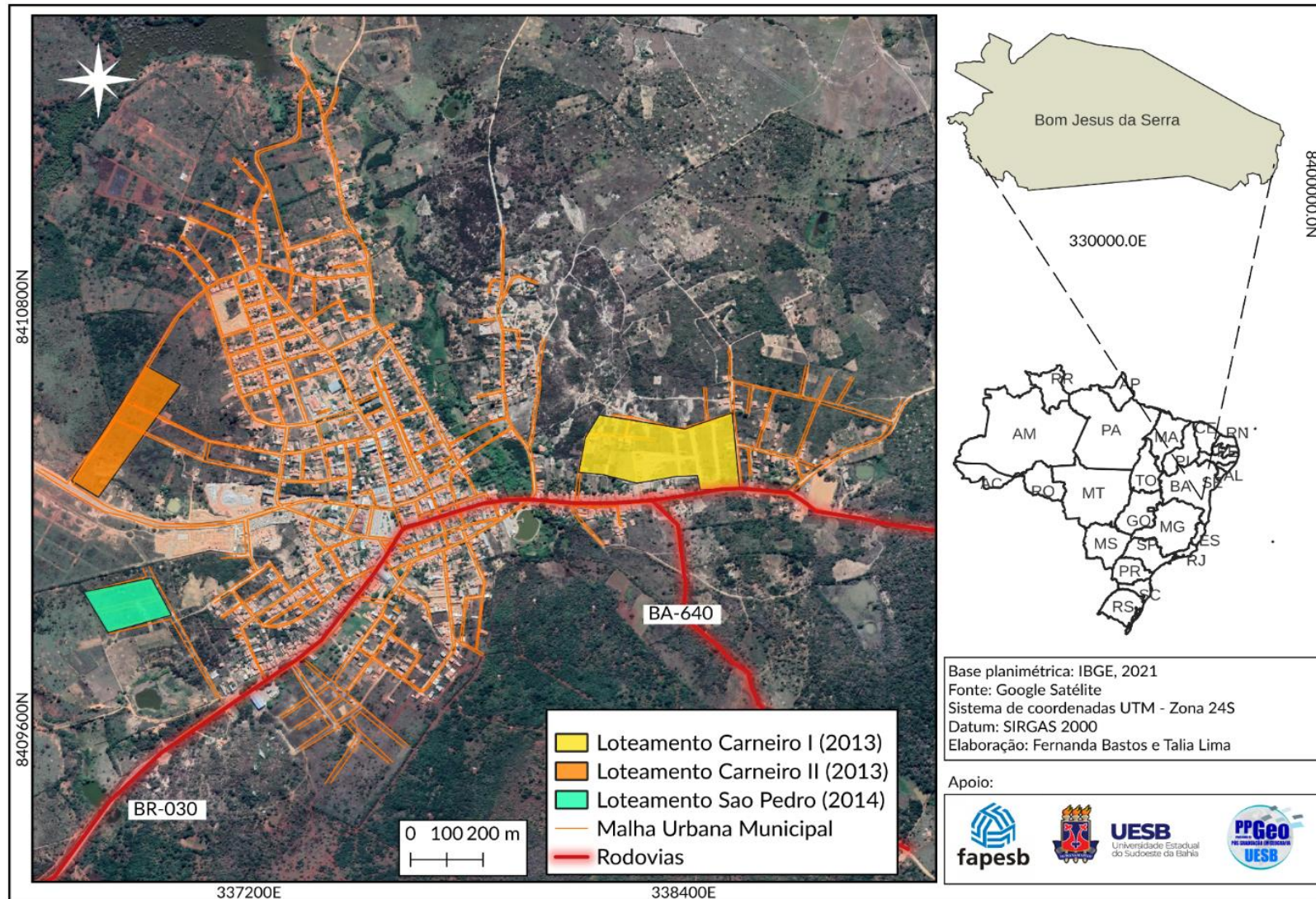
Fonte: Google satélite, Maxar Technologies, (elaborado por Bastos e Moraes 2023)

O Carneiro I, situado no Bairro Oliveiras, existe desde 2013 e conta com sistema de água e luz. Diferentemente do Loteamento Nivaldo, as construções ainda são poucas. Os lotes ainda não foram todos vendidos e, com a abertura de outros loteamentos na cidade, a concorrência aumentou, diminuindo a venda. Outro fator citado pelo dono é que o loteamento tem a infraestrutura mínima para o funcionamento, foram abertas novas ruas e feita a divisão dos terrenos de 10 x 25 metros.

O Loteamento Carneiro II, também aberto em 2013, fica localizado no Bairro Boa Vista e pertence ao mesmo proprietário do Carneiro I. Não dispõe de construção, contando com quatro ruas abertas que dão acesso ao centro da cidade.

O Loteamento São Pedro existe desde o ano de 2014, assim como os outros loteamentos, também conta com uma infraestrutura mínima para sua abertura. Constitui-se de 12 lotes e foram abertas três ruas.

Mapa 11 – Loteamentos existentes em Bom Jesus da Serra - Ba entre 2013 e 2014.

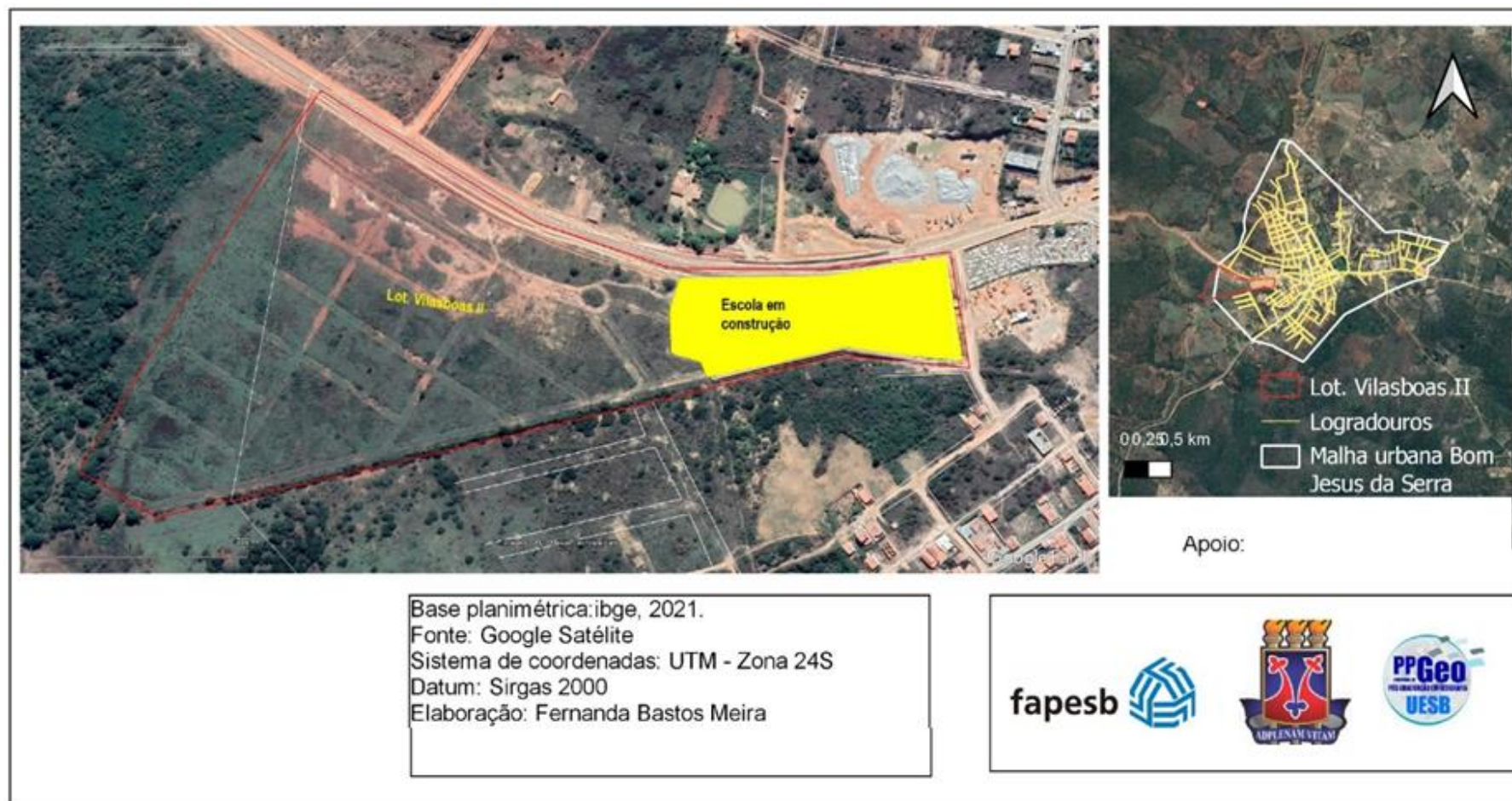


Fonte: Google satélite, Maxar Technologies, (elaborado por Bastos e Moraes 2023).

O último loteamento identificado na cidade fica localizado no Bairro São Jorge, próximo ao centro da cidade e às margens da Ba 640, em direção ao município de Mirante. O loteamento tem uma localização estratégica, pois fica em uma área em que há um tráfego intenso de pessoas que chegam na cidade, vindo de outros municípios. Em relação à infraestrutura implantada, existe apenas abertura de ruas, porém não tem asfaltamento, nem sistema de água e postes para a iluminação pública e as quadras foram divididas em um mesmo padrão.

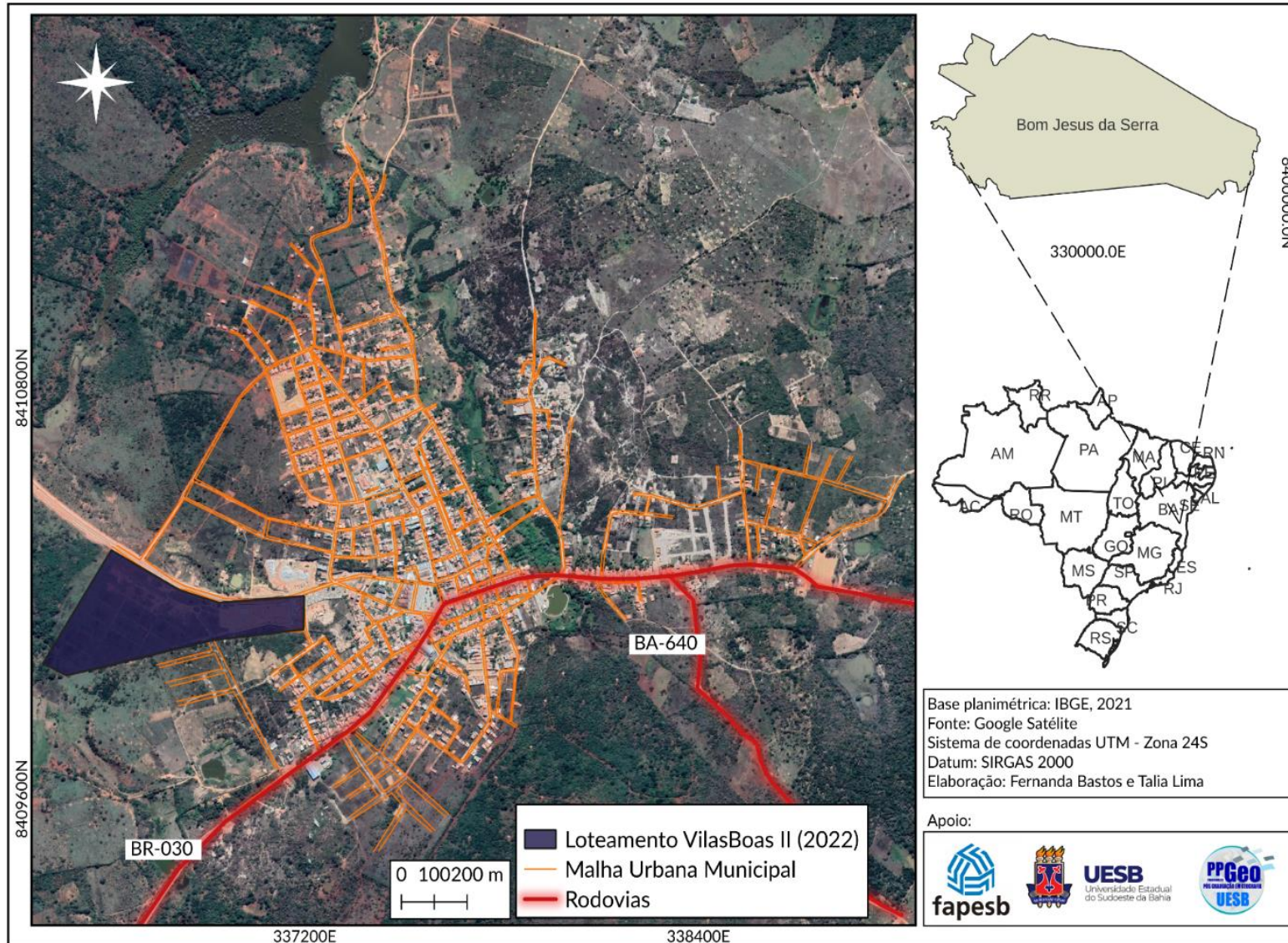
Na carta imagem 5 é possível observar que parte do terreno loteado foi destinada para venda e a outra foi destinada para a construção de uma unidade escolar que vai sediar o Colégio Estadual Juvêncio Amaral.

Carta-imagem 5 – Parte do loteamento Vilasboas II usada para construção de escola, 2023.



Fonte: Google satélite, Maxar Technologies, (elaborado pela autora, 2023)

Mapa 12 – Loteamento existente em Bom Jesus da Serra - Ba em 2022.



Fonte: Google satélite, Maxar Technologies, (elaborado pela autora 2023)

Conforme já foi comentado, em nenhum dos outros loteamentos estudados foi observada a implantação de algum equipamento visto como de lazer, praças, lagos ou equipamentos públicos. Em maior parte deles, as ruas se apresentam irregulares e sem um ordenamento urbano. Ademais, a ocupação dos terrenos que já existem edificações, são usadas principalmente para moradia.

Dessa forma, as condições dos loteamentos identificados estão inadequadas para a sua existência, pois foram feitos e vendidos como parcelamento do solo, sem oferecer infraestrutura adequada aos compradores.

A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que rege o Código Tributário de Estados e Municípios, estabelece alguns tributos a serem cobrados. Entre eles, nas cidades, é cobrado o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que é definido em lei municipal sobre a tributação e quem deve pagar. Em Bom Jesus da Serra, o Código Tributário e de Rendas, criado pela lei complementar nº 015, de 30 de dezembro de 2021, estabelece, assim como a lei federal, alguns critérios para a cobrança do IPTU. Nos Artigos 124 e 125 do Código de Tributos Municipal, consta-se quais edificações pagam o imposto. No Artigo 125 nos incisos I e III é definido que:

- I – quaisquer imóveis localizados na zona urbana do Município, independente de sua forma, estrutura, superfície, destinação ou utilização, ainda que destinados ou utilizados em exploração econômica de qualquer tipo ou natureza;
 - III – os terrenos arruados ou não, sem edificação ou em que houver edificação interdita, paralisada, condenada, em ruínas ou em demolição, ou que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- (BOM JESUS DA SERRA, 2021, p. 38).

Ainda de acordo com o Artigo 127, no inciso I, o cálculo do imposto será cobrado de acordo com:

- a) a área geográfica onde estiver situado;
- b) os serviços ou equipamentos públicos existentes;
- c) a valorização do logradouro, tendo em vista o mercado imobiliário;
- d) outros critérios técnicos, estabelecidos por ato do Poder Executivo.((BOM JESUS DA SERRA, 2021, p. 38).

Em entrevista realizada com o proprietário de outro loteamento, foi verificado que não é realizado o pagamento do IPTU dos donos. Segundo o entrevistado, com o aumento do número de loteamentos na cidade, nos últimos anos, diminuiu a venda dos terrenos, fazendo com que a renda que tinha caísse, em detrimento da

concorrência que fora criada².

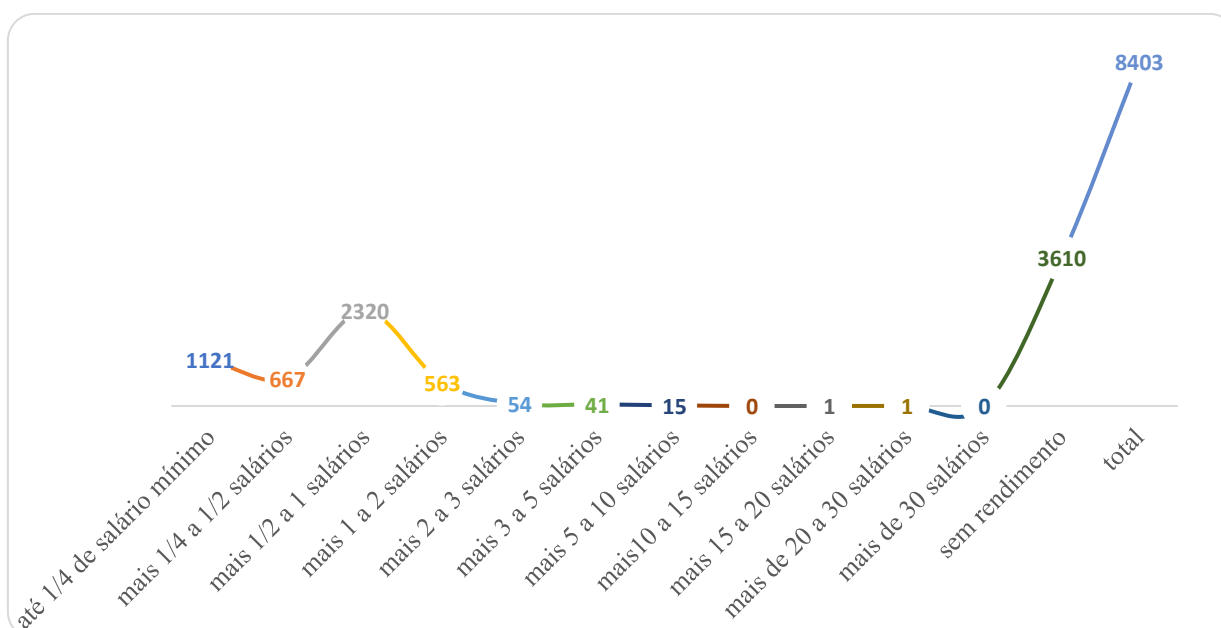
4.3 As estratégias de compra e vendas nos loteamentos em Bom Jesus da Serra – Ba.

A comercialização de loteamentos, no caso da cidade de Bom Jesus da Serra, evidencia a relação entre os proprietários fundiários e o Estado. Mesmo se tratando de um pequeno núcleo, a cidade está crescendo em decorrência dos loteamentos. Conforme Chaves (2018, p. 80)

A expansão das cidades se dá com a articulação entre os proprietários fundiários (que muitas vezes é também o capitalista) e o Estado, em que os primeiros se beneficiam da produção social da cidade, contam com estruturação para criação de loteamentos, apropriação dos equipamentos urbanos e conseqüente valorização de seus lotes, ao mesmo tempo em que a cidade “cresce”.

As condições socioeconômicas da população que vive no município é um fator primordial para se entender os processos de comercialização dos loteamentos. De acordo com o IBGE (2020), apenas 5,3% da população se ocupava em empregos formais com uma renda média de 1,9 salários mínimos no município. No Gráfico 03, extraído do IBGE, é possível observar que em 2010 uma parte da população se encontrava sem renda por domicílio.

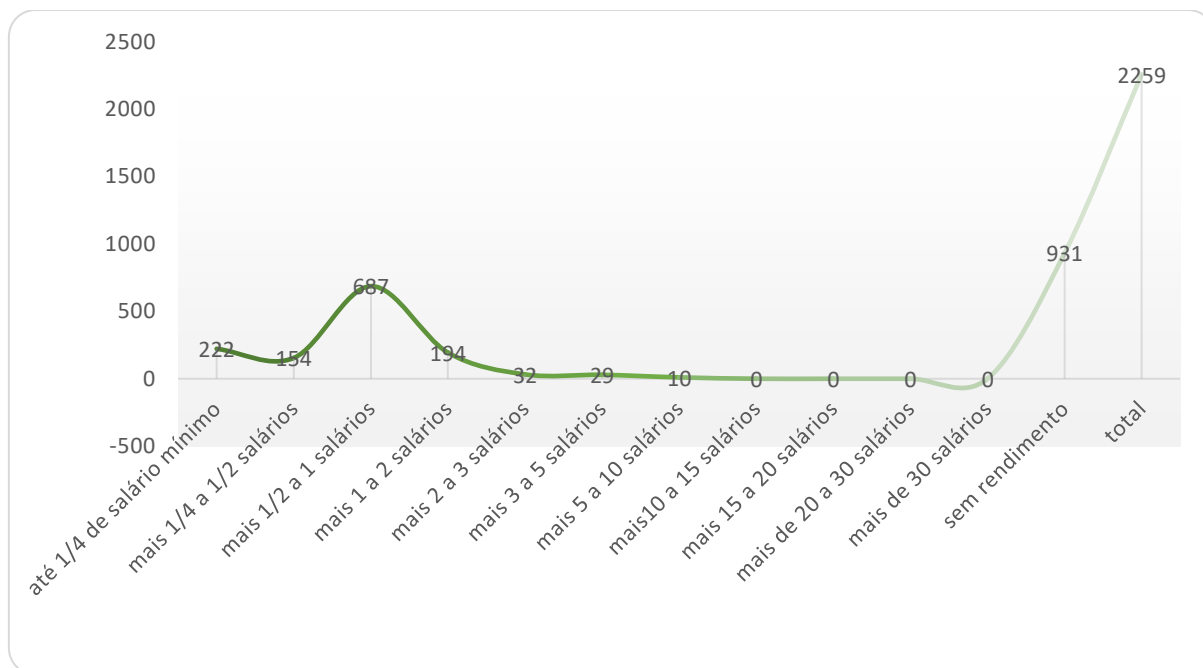
Gráfico 3 - Renda da população por domicílio no município Bom Jesus da Serra - BA - 2010



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de março de 2023.

Desse percentual, no gráfico 04 a renda da população urbana por domicílio se apresenta da seguinte forma em 2010.

Gráfico 4 - Renda por domicílio da população urbana de Bom Jesus da Serra - Ba em 2010



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de março de 2023.

A renda está relacionada à ocupação da população, uma vez que esta sobrevive de empregos em cargos públicos municipais, programas sociais, benefícios estabelecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além das atividades desenvolvidas no comércio local. Partindo disso, pode-se afirmar que existem condições financeiras para a compra de loteamentos, pois, apesar dos valores elevados, como mostra a Tabela 03, são comercializados em várias parcelas para atrair novos compradores.

Tabela 5 – Valores dos Loteamentos em Bom Jesus da Serra – Ba, 2022.

Valores dos loteamentos em Bom Jesus da Serra em 2022	
Loteamentos Vilasboas	Entre 12.000 e 20.000
Loteamento Carneiro I e II	Entre 12.000 e 18.000

Loteamento Manoel Dalira	Entre 3.000 e 12.000 (Todos vendidos)
Loteamento Alvorada	Entre 10.000 e 20.000
Loteamento Nivaldo	12.000
Loteamento São Pedro	12.000

Fonte: Pesquisa de campo 2022.

As estratégias de compra e venda pensadas na comercialização desses lotes são vender e receber o valor em parcelas. De acordo com a proprietária de um lote, comprado no Loteamento Vilasboas I, o valor foi dividido da seguinte forma: “dei um valor de 3.000 de início e estou pagando o restante em 60 parcelas de 200 reais” (informação verbal)³, totalizando ao final 15.000 reais totalizando ao final 15.000 reais. Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que os compradores não tinham escritura dos imóveis, apenas o registro de compra e venda. O proprietário do Loteamento Manoel Dalira afirmou as pessoas que mais se interessam por lotes são funcionários públicos, aposentados, a população da zona rural e pessoas que vêm anualmente de São Paulo ou de outros estados para visitar a família e, como os valores de terrenos na cidade são considerados baixos, em relação aos valores de cidades maiores, compram para valorizar. Ainda, segundo o entrevistado:

No ato da compra é exigido um valor de entrada e o comprador vai pagando e eu entrego as promissórias, quando termina de pagar o pelo lote é entregue o recibo de compra e venda. Aqui é difícil ter escritura, na cidade só conheço umas três pessoas que tem a escritura da terra, aqui o povo não liga muito pra escritura não, até porque não tem uma imobiliária, tem que ir pra Poções e é um serviço caro. (Informação verbal)⁴

Além do parcelamento da compra dos terrenos, outras estratégias como anúncios em redes sociais são utilizadas para alcançar um número maior de pessoas interessadas. Na cidade não existem imobiliárias para realizar a comercialização dos terrenos. A compra é realizada diretamente com os donos, que fazem todo o processo documental para a venda dos lotes.

²Entrevista 2 – proprietária de um lote em Bom Jesus da Serra – Ba. Entrevista realizada por Fernanda Bastos Meira em 28-02-2023, chamada de voz, gravador digital aparelho motorola g09 play.

³Entrevista 3 - proprietário do Loteamento Carneiro I e II. Entrevista realizada por Fernanda Bastos Meira em 28-02-2023, chamada de voz, gravador digital aparelho motorola g09 play.

A cidade é uma produção humana, formada por sociedades ao longo de sua história e não deve ser vista apenas do ponto de vista material. Para Lefebvre (2001),

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mas do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52)

Assim, esse produto que chamamos de cidade passa por diversas transformações e precisa ser visto do ponto de vista das relações sociais que engendram os espaços.

O pequeno centro urbano de Bom Jesus da Serra se reproduz socialmente de uma forma que ainda preserva as relações próximas entre a sociedade, não que isso a defina, ou seja, o que a faz se reproduzir, mas se apresenta como um elo que a liga entre outros grupos.

Lefebvre (2001) ainda afirma que a cidade está entre a ordem próxima e a ordem distante. Segundo o autor,

Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem *próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem *distante*, a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes. (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Sendo assim, a realidade observada no objeto de pesquisa demonstra que as transformações socioespaciais apresentam um avanço urbano que preserva as relações sociais criadas ao longo do processo de formação espacial na cidade.

As áreas de expansão da cidade mudam a paisagem urbana e a vida das pessoas, visto que os novos empreendimentos criam novas realidades e demandas, além de ser observado um aumento populacional nos últimos anos dentro do perímetro urbano.

Uma das principais transformações observadas na cidade como um todo é que a cidade se expande horizontalmente, expande seus limites para fora, nas bordas da cidade. Os loteamentos, mesmo que criados de maneira irregular, têm um papel importante na reprodução dos bairros e em como estão se desenvolvendo.

Percebe-se que nesse recorte de 12 anos, a expansão urbana tem se mostrado crescente, evidenciando que a procura por terras urbanas tem aumentado, o que também aumenta a especulação sobre os lotes comercializados.

É importante frisar que esses novos espaços criados não oferecem uma infraestrutura que seja adequada para suprir as necessidades da população que neles vai residir, é necessário que haja um maior controle sobre como a cidade tem expandido seus limites e refletir se as condições são adequadas de acordo com as implicações legais impostas pelas próprias leis criadas para regulamentar estes novos espaços. Tais questionamentos são de relevância para que se tenha uma cidade que seja possível para todos.

CONCLUSÕES

Diante da realização dessa pesquisa, foi possível compreender que a expansão do espaço urbano e os elementos que a fazem existir mostram o quão complexo são as relações criadas pelo modo de produção em que vivemos e o quanto a sociedade tem se desenvolvido. Nesse processo, o Estado junto aos agentes que produzem o espaço urbano evidencia as contradições capitalistas existentes nele e deixa claro o quanto os interesses desses agentes se sobrepõem aos interesses sociais.

Os loteamentos no Brasil não são um fenômeno recente. Desde a Primeira Lei de Terras, dividir o solo urbano se mostrou rentável, principalmente para os proprietários fundiários que agem na produção espacial como uma forma de obter uma renda partindo da especulação imobiliária.

As cidades não são uma realização recente. Durante décadas, as cidades pequenas não foram papel de destaque nos estudos da ciência geográfica, uma vez que os estudos eram voltados para compreender a realidade espacial das áreas metropolitanas e centros que tivessem alguma importância relevante na rede urbana.

No entanto, estudar a reprodução das cidades pequenas começou a ser algo debatido, visto que são espaços que apresentam uma dinâmica que pode atingir vários níveis dentro de uma rede urbana. O caso de Bom Jesus da Serra – Ba mostra sua importância enquanto um centro local que articula atividades menos especializadas no comércio e em serviços. Entretanto, assim como centros maiores, ele também apresenta em seu espaço a expansão urbana, evidenciando que, apesar de ser um pequeno centro com suas fragilidades, é tocado pela produção capitalista.

Além disso, apesar de ter uma dinâmica mais lenta em relação a outros centros, apresenta-se cheia de significados e símbolos e não é vazia de conteúdo. Com diferentes realidades e, mesmo estando expandindo seus limites, as relações sociais ainda se fazem presentes de forma mais delicada, cujas vivências, costumes e tradições são preservados.

Partindo dessa análise, os pequenos centros urbanos, precisam ser vistos, olhados com uma certa sensibilidade, precisam ser pensados como lugares em que há relações sociais, há as imposições por vários agentes e há a atuação do espaço.

Durante a realização da pesquisa em que se analisou diversos aspectos da cidade, anteriormente apresentados, foi descoberto que esse centro urbano faz parte

de um processo de desmembramento do município de Poções e que, desde então, tem aumentado seus limites pelo aumento populacional, bem como tem tido avanços em sua produção urbana com a inserção dos loteamentos desde 2010.

A cidade se localiza historicamente em uma região que apresenta uma certa segregação espacial, tendo em vista que há dificuldade em relação à chegada de serviços especializados, bem como a instalação de indústrias e fábricas que possam promover uma dinâmica local maior na rede urbana.

No processo de formação, identificou-se que a atividade comercial mais relevante que houve foi a existência da Mina de São Félix, quando ainda era distrito de Poções. Após a desativação da mineradora, as atividades se restringiram ao comércio local.

Após sua emancipação política, a cidade enquanto sede do município começou a desenvolver algumas funções como a criação de legislação municipal, a construção de escolas, de postos de saúde, de hospital, entre outros. Também passou a criar alguns serviços básicos para a população, como rede bancária, farmácias, supermercados e a feira municipal que facilitasse o deslocamento da população de áreas rurais e do próprio centro urbano. Todavia, mesmo com os avanços, ainda não é suficiente para atender toda a demanda que surge.

Sobre a expansão do espaço urbano em Bom Jesus da Serra, constatou-se que o seu espaço tem crescido. Para tanto, fez-se um recorte temporal entre os anos 2014 e 2022 e por quem tem sido produzido esse espaço. Como já citado, os agentes que produzem o espaço urbano se apresentam de inúmeras formas e sobre as várias camadas sociais. Ademais, foi observada a atuação dos proprietários fundiários que convertem as terras rurais em urbanas como uma forma de obter um maior lucro com a venda de lotes.

Na pesquisa, observou-se que os bairros Alvorada, Cruzeiro, Oliveiras e São Jorge apresentaram maior expansão e ocupação, sobretudo, para a moradia, além dos loteamentos que passaram a existir nessa área. O Bairro Cruzeiro, como já dito, apesar de ser localizado em uma área considerada periférica na cidade, tem alguns equipamentos urbanos importantes para a população, como o hospital municipal.

Assim, os oito loteamentos observados na cidade evidenciaram que os limites espaciais estão em constante expansão. A ação do modo de produção capitalista se mostra cada vez mais sobrepondo os espaços pequenos, com a especulação

imobiliária a partir da renda da terra no espaço urbano. Na análise, porém, foi perceptível que há muitas carências no que diz respeito à infraestrutura básica desses novos espaços de expansão.

Portanto, mediante a conclusão desse trabalho, é possível constatar que realizar estudos sobre as pequenas cidades é de fundamental importância para a ciência geográfica, pois compreende-se que ainda existem muitos desafios e problemáticas a serem exploradas nas mesmas. Bom Jesus da Serra – Ba, enquanto um pequeno centro que tem sua história marcada pela ocupação sertanista, passando pelas etapas de ser povoado, distrito e, por fim, cidade vive constantemente as transformações socioespaciais engendradas ao tempo. A expansão urbana estudada evidenciou que a cidade está crescendo seus limites, criando novas áreas que podem gerar novas potencialidades no núcleo urbano. Entretanto, ainda existem muitos desafios em relação aos loteamentos que devem ser melhor articulados, adequar a infraestrutura para oferecer melhores condições para quem deseja adquirir

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. Sobre a Memória das Cidades *In* CARLOS, A. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano: agentes e Processos, escalas e desafios**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2012. 118 p.
- ABREU Mauricio de Almeida. A Apropriação do Território no Brasil Colonial - **Cidades**, v. 8, n. 14. Chapecó: p. 540-568, 2022.
- ALMEIDA, Kátia Rocha - **Emancipação municipal e transformações socioespaciais: os casos de Bom Jesus da Serra e Caetanos**. 2014. 238f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2014.
- ALVES, Glória Anunciação –**A Segregação Socioespacial na MetrÓpole Paulista - GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, p, 33-42, 2011.
- BAHIA, Governo autoriza pavimentação da BA-640 em Bom Jesus da Serra e anuncia licitação de trecho até Poções. Salvador, Secom-Ba, 24 novembro 2021. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2021/11/noticias/governo/governo-autoriza-pavimentacao-da-ba-640-em-bom-jesus-da-serra-e-anuncia-licitacao-de-trecho-ate-pocoas/> Acesso em 27/03/2023.
- BRASIL. LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 - Brasília, em 19 de dezembro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 10/06/2023.
- BRASIL. Ministério das cidades. **REURB Regularização Fundiária Urbana e a Lei nº 13.465, de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 5.172/66. Código Tributário Nacional**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. 2º ed. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008
- BOM JESUS DA SERRA. Atos Oficiais, **LEI Nº 137/2012**. Institui o Plano Municipal de Educação – PME no Município de Bom Jesus da Serra e dá outras providências. Pregão Presencial Edital Nº 15/2012. Diário Oficial do Município, Poder Executivo, março de 2012. Disponível em: <http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/bomjesusdaserra/iframe.cfm?pagina=abreDocumento&arquivo=35EF03518C48>. Acesso em: 14/06/2023.
- BOM JESUS DA SERRA – Ba. **Lei complementar nº 006/2014. Código de obras do Município de Bom Jesus da Serra – Ba**. Bom Jesus da Serra, dezembro de 2014.

BOM JESUS DA SERRA – Ba. **Lei Complementar N° 015/2021 Código Tributário e de rendas de Bom Jesus da Serra**. Reestrutura o Código Tributário e de Rendas do Município de Bom Jesus da Serra. Diário oficial ed. n° 174 de 30 de Dezembro de 2021. Disponível em: <http://207.244.241.221/diariooficial/prefeitura-bom-jesus-da-serra>. Acesso em: 14/06/2023.

BOM JESUS DA SERRA. **Lei N° 246/2021**. Diário oficial ed. n° 174 de 30 de Junho de 2021. Disponível em: <http://207.244.241.221/diariooficial/prefeitura-bom-jesus-da-serra>. Acesso em: 14/06/2023.

CAMBRAIA, Maria Aparecida Seabra de Carvalho. **Espaços livres públicos em loteamentos urbanos** / Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Minas Gerais, 2009.

CARLOS, A. F. A. a cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47072>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CARLOS, A. F. A. Repensando a geografia urbana. **Revista do Departamento de Geografia**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47117>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007

CARLOS, Ana Fani Alessandri. da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico *In* CARLOS, A. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano: agentes e Processos, escalas e desafios**. 1° ed. São Paulo: Contexto, 2012. 118 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator**, ano 03, número 05, Fortaleza: 2004

CASTRO H, GIANNASI F, NOVELLO C. A luta pelo banimento do amianto nas Américas: uma questão de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 903-911, 2003.

CNAE, lista de empresas de Bom Jesus da Serra disponível em https://www.empresaquei.com.br/listasdeempresas/BA/BOM_JESUS_DA_SERRA: dados CNAE (2022) acesso em: 26/09/2022

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede Urbana e Formação espacial - uma Reflexão Considerando O Brasil - **Revista Território**, 2011, n. 8 Rio de Janeiro: 2000.

CORRÊA, R. L. AS PEQUENAS CIDADES NA CONFLUÊNCIA DO URBANO E DO RURAL. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5-12. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 23 set. 2023..

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. geográfico *In* CARLOS, A. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano: agentes e Processos, escalas e desafios**. 1° ed. São Paulo: Contexto, 2012. 118 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo 4° ed. Ática, 2004.

CHAVES, Marília Faria. **A renda da terra na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista – Ba.** 2018. 170f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Vitória da Conquista, 2018.

D´AREDE, Cláudia de Oliveira. **O tempo das águas e dos ventos: significações do asbesto atribuídas às viúvas e ex-trabalhadores da mina de São Félix, em Bom Jesus da Serra, Bahia, Brasil.** 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009. Disponível em: <http://www.sat.ufba.br/site/db/dissertacoes/1982009114626.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023

DEFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Cidades.** v. 1, n. 1, 2004, pp. 119-146

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** 2006. 505f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima - **Huellas** nº 15 (2011), ISSN 0329-0573. (pp. 149-165)

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **O Urbano Brasileiro a Partir das pequenas Cidades** - Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho 2018.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. Cidades pequenas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. **Geopauta.** Vitória da Conquista, v. 4, n. 2, p. 31-52, 2020. DOI: 10.2248. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5958>. Acesso em: 07/12/2022.

G1-BAHIA, **Justiça condena empresa do grupo Eternit a pagar R\$ 500 milhões para tratamento de contaminados com amianto na BA.** Salvador, 2017, Globo Comunicação e Participações S.A. 22/08/2017 21h45. Disponível em : <https://g1.globo.com/bahia/noticia/justica-condena-empresa-a-pagar-r-500-milhoes-para-tratamento-de-contaminados-com-amianto-na-ba.ghtml> acesso em: 30 de maio de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano** - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993

HARVEY, David. O Direito a Cidade - **Lutas Sociais,** São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista no Espaço** – São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Editora Hucitec. São Paulo, 1980.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Trad. Magda Lopes - São Paulo, Boitempo editorial, 2015

HONDA, SÍBIA Corral de Arêa Leão; VIEIRA, Marcela do Carmo; ALBANO Mayara Pissutti; MARIA, Yeda Ruiz. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. 2015 jan./abr. 62-73.

IBGE. Regiões de influência das cidades - Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Censos, Série História 1960 a 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2021. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos.html>

IBGE. Censo 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1958.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Ambiente, trabalho e câncer**: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios – Rio de Janeiro: INCA, 2021.

JACQUES A; LOPES, E. R. Desenvolvimento e funções económicas das Cidades. **Análise social**, Vol. 1, nº 4. Lisboa: 1963.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade** São Paulo: Centauro, 2001

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. España: Capitán Swiny, 2013.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEONELLI, Gisela Cunha Viana. **A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766**. 2010. 294f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e área de Concentração de Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

MAIA, Doralice Sátyro; MARTINS, Paula Dieb. De propriedade rural à urbana: dinâmicas do mercado de terras na expansão da cidade de João Pessoa-PB. In: MAIA, D. S.; RODRIGUES, A.M.; SILVA, R. da. **Expansão urbana**: despossessão, conflitos, diversidade na produção e consumo de João Pessoa: UFPB, 2020.

MOREIRA JUNIOR, O. AS CIDADES PEQUENAS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE UMA AGENDA DE PESQUISA. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 17, n. 3, p. 19-33, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75435>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOURA, Francisco Aracildo de; COSTA, Ademir Araújo da. Cidades x loteamentos: o mercado de terras nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte. **Geosaberes**, v. 6, p. 506 – 518, 2015, Fortaleza: 2016

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro** 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIGATTI, D. Loteamentos, expansão e estrutura urbana. **Paisagem e Ambiente**, n. 15, p. 35-69, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40195>.

ROCHA, Altemar Amaral. **Os processos planificação territorial e as transformações socioespaciais em Vitória da Conquista - Ba.** 2012. 360f. Tese (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental) Universidade de Barcelona-UB. Barcelona, 2012.

ROCHA, A. A. O papel de João Gonçalves da Costa na produção do espaço baiano entre os séculos XVIII e XIX: as origens do território de Vitória da Conquista. **Geopauta**, v. 2, n. 3, p. 83-99, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/3732>.

ROCHA, A. A. A participação do capital e do mercado imobiliário na produção do espaço: os reflexos desse processo na cidade de Vitória da Conquista-BA. **Geopauta**, v. 3, n. 4, p. 100-115, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5743>.

RODRIGUES, Arlete Moyses. A cidade como direito. In. IX Coloquio Internacional de Geocrítica Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias Sociales. Porto alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ROCHEFORT, M. Métodos de Estudo das Redes Urbanas. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v.19, n.160, p.3-18, jan-fev.1961.

ROMA, Cláudia Marques **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** Dissertação. 2008. 137f. (Mestrado em Geografia) – UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2008

RUA, Joao. A ressignificação do rural e as relações campo – cidade: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, ano 2, p. 45-66, Fortaleza: 2005.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, no 1, p. 97 - 114, jan./jun. Natal: 2012.

SANTOS, J. Entre as médias e pequenas, a dinâmica das cidades sub-regionais na Bahia. **Geopauta**, v. 6, p. e10162, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/10162>.

SANTOS, Janio. Urbanização e produção de cidades no/do Território de Identidade Portal do Sertão **Geog Ens Pesq**, Santa Maria, v. 24, ed. 6, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/38339>. Acesso em: 15/06/2023.

SANTOS, Milton. **A Totalidade do Diabo.** São Paulo: Hucitec, 1977.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro da região**. Salvador: Editora Livraria Progresso, 1959.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**, 1993 – 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SCARLATO Francisco C. e PONTIN Joel A. **O Ambiente urbano**. São Paulo, Atual, 1999. 79 p.

SERPA, Ângelo. O Trabalho de Campo em Geografia: uma Abordagem Teórico-metodológica **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, no 84, p. 7-24, 2006.

SEI. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador, BA, SEI, 2015, Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em 20/07/2022

SEI, Superintendência de Estudos econômicos e Sociais da Bahia dados municipais: Bom Jesus da Serra, Salvador. Sei, 2022. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em 20/07/2022

SPECHT, Suzimary. **O território do morango no Vale do Caí – RS: análise pela perspectiva dos sistemas agroalimentares localizados**. 2009. 307f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **A urbanização no Brasil**. In: SE/CENP. (Org.). Geografia (Série argumento). 1a. ed. São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - CENP, 1993, v. 1.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro. v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Produção do Espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Sócio Espaciais. In CARLOS, A. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano: agentes e Processos, escalas e desafios**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2012. 118 p.

VIEIRA, Alexandre B; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti .**Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica**. Caderno Prudentino de Geografia, nº29 - 133-155 - 2020

VIEIRA, Lane Luchtenberg. **Principais requisitos ambientais em loteamentos fechados na RMSP: estudo de caso Loteamento Jardim Haras Bela Vista**. Dissertação. 2005. 195f. (Mestrado em Planejamento e Tecnologia) Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo: IPT, São Paulo, 2005.

VILAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo – Studio Nobel, 2001

VILLAÇA, Flávio. Organizado por: DCÜK, C. SCHIFFCR, S. R. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

XAVIER, Antônio Roberto; XAVIER, Lisimere Cordeiro do Vale. Colonização e formação da sociedade brasileira: causas, características e consequências - **XI Encontro Cearense de História da Educação (ECHE); I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação (ENHIME)**, Ceará, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Instrumentos de pesquisa

Pesquisa: A EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE BOM JESUS DA SERRA-BA:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DA CRIAÇÃO DE LOTEAMENTOS

Pesquisadora: Fernanda Bastos Meira

Professor(a) Orientador(a) Dr. Altemar Amaral Rocha

Questionário nº			
-----------------	--	--	--

Questionário direcionado para os moradores dos bairros Cruzeiro, Alvorada, Centro e Oliveiras em Bom Jesus da Serra – BA.

1. Qual a sua idade?

- a) () 18 a 28
- b) () 29 a 39
- c) () 39 a 49
- d) () 49 a 59 anos

2. Qual tipo de habitação em que vive?

- a) Casa ()
- b) Prédio ()

3. Quantas pessoas vivem com você?

- Até 3 ()
- De 3 a 5 ()
- Mais de 5 ()

4. Há quanto tempo reside no bairro?

- a) entre 1 e 10 anos ()
- b) entre 10 e 20 anos ()
- c) entre 20 e 30 anos ()

5. Como conseguiu o terreno em que construiu?

- a) Doação ()

- b) Herança ()
- c) Compra ()
- d) Compra em loteamento ()

6. O terreno em que construiu tem escritura?

- () Sim
- () Não

7. Se foi por compra em loteamentos, há quanto tempo comprou?

8. Quando comprou ou construiu, teve o auxílio de algum programa de financiamento?

- Sim ()
- Não ()

Se teve auxílio. Qual o programa?

9. Em sua residência existe:

- a) Luz elétrica ()
- b) Água encanada ()
- c) Rede de esgoto ()
- d) Banheiro ()

10. Pagam a taxa anual de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)?

- Sim ()
- Não ()

11. De acordo com o que tem percebido na paisagem dos loteamentos na cidade, apresentam uma estrutura:

- a) Péssima ()
- b) Ruim ()
- c) Regular ()
- d) Boa ()
- e) Ótima ()

12. Você tem o documento do lote que comprou?

- Sim ()
- Não ()

Se, sim, qual documento? _____

13. Você considera que a cidade tenha ofertas boas para a compra e venda de

terrenos?

Sim ()

Não ()

14. Tem terrenos nos loteamentos que surgiram na cidade?

Sim ()

Não ()

15. Quando construiu, teve alguma fiscalização ou alvará para a feitura da obra?

Sim ()

Não ()

16. Como a prefeitura fiscaliza as construções realizadas nos bairros?

Muito obrigada por contribuir com a minha pesquisa!

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: A EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE BOM JESUS DA SERRA-BA:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DA CRIAÇÃO DE LOTEAMENTOS

Pesquisador(a): Fernanda Bastos Meira

Professor(a) Orientador(a) Dr. Altemar Amaral Rocha

Entrevista n°			
---------------	--	--	--

Entrevista direcionada aos donos dos loteamentos implantados na cidade de Bom Jesus da Serra

Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Cargo: _____

1. Qual o nome do loteamento?
2. Como e quando o loteamento surgiu?
3. O terreno antes de ser loteado já era seu u de sua família?
4. Como se deu o processo de constituição e aprovação do loteamento?
5. A propriedade individual ou pertence a algum grupo/empresa?
6. Quais são as estruturas existentes no loteamento?
7. Quais os valores cobrados por lote em cada ano?
9. Como acontece o processo de compra e venda?
10. Qual o público (aposentados, funcionários públicos, pessoas de outros municípios)

que mais comprou lotes neste loteamento?

11. Quais são os documentos emitidos a partir da compra?

12. Existe compra de lotes por meio de financiamentos?

13. O loteamento segue os padrões exigidos por lei para o parcelamento do solo urbano?

14. Os loteamentos oferecem algum tipo de emprego ou renda para a população?

15. Os lotes tem apresentado valorização financeira desde o seu surgimento?

16. O bairro em que o loteamento está localizado influencia na valorização do terreno, ou até mesmo no processo de compra e venda?

17. Existe por parte da prefeitura uma fiscalização para observar se o loteamento tem cumprido as leis para o parcelamento do solo, de acordo com o que o código de obras municipal exige?

Muito obrigada por contribuir com a minha pesquisa!

ANEXOS

ANEXO I

Quinta Feira
01 de Julho de 2021
Edição nº 091

Bom Jesus da Serra - BA

DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 246/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO À GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA - BA.

JORNANDO VILASBOAS ALVES, Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra, ESTADO DA BAHIA, nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo Único, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a gestão e execução dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo das águas pluviais, em todo o território do município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007, na Lei Federal nº 12.305/2010 e na Lei Estadual nº 11.172/2008.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será revisto periodicamente a cada quatro (04) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, à atualização e à consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I – das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II – dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

§ 2º O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica do Estado da Bahia.

Endereço: Praça Vitorino José Alves, nº 112 – Centro, Bom Jesus da Serra - Bahia.
CEP: 45.263-000 - Telefone: (77) 3461-1075 – FONE-FAX: (77) 3461-1012 – e-mail: gabinete@bomjesusdaserra.ba.gov.br

Nº de autenticação: 557A352615-7C231531F1-B7F52BD3BF-D2934EBC78

Quirira-Feira
01 de Julho de 2021
Edição nº 091

Bom Jesus da Serra - BA

DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Bom Jesus da Serra – Bahia, 30 de junho de 2021.

JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal

ELENILDO MOREIRA DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Endereço: Praça Vitorino José Alves, nº 112 - Centro, Bom Jesus da Serra - Bahia.
CEP. 45.263-000 - Telefonia: (77) 3461-1075 – FONE-FAX: (77) 3461-1012 – e-mail: gabinete@bomjesusdaserra.ba.gov.br

Nº de autenticação: 557A352615-7C231531F1-B7F52BD3BF-D2934EBC78

ANEXO II



Atos Oficiais

LEI Nº 137/2012

Institui o Plano Municipal de Educação – PME no Município de Bom Jesus da Serra e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA, BAHIA, faço saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus da Serra decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Educação - PME no Município de Bom Jesus da Serra, para vigorar pelo período de dez anos, nos termos dos anexos desta Lei.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação – PME atende às determinações constantes no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal 10.172/2001 e na Lei Estadual 10.330/2001 que aprovou o Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia.

Art. 3º Os dados de fundamentação, diretrizes e proposições constantes do PME serão de consideração obrigatória nas programações do setor de Educação no Município.

Art. 4º Fica facultada a revisão e a atualização do PME, durante a sua vigência, antes de decorrido o prazo de dez anos, requeridas para tanto, através de exposição de motivos circunstanciada da unidade de Educação, ao Executivo Municipal desde que aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 5º Será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação avaliar a execução do PME, estabelecendo os mecanismos necessários ao



BAHIA. TERÇA-FEIRA, 27 de Março de 2012

3

I CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

A evolução político-administrativa da região indica que o município de Bom Jesus da Serra originou-se da fazenda Bom Jesus de Baixo, localidade do município de Poções, cujas terras pertenceram ao Sr. Timóteo Gonçalves da Costa, que, juntamente com seus filhos Bernardo Gonçalves da Costa e Roberto Gonçalves da Costa, povoou o Arraial dos Poções, após a conquista dos índios autóctones pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa.

Em 31 de dezembro de 1887, a fazenda pertencia ao Sr. Joaquim Manuel Teixeira e a sua esposa, a senhora Vicença Ferreira Campos, que a venderam à Prefeitura Municipal de Poções, que, por sua vez, criou o Distrito de Água Bela, depois Povoado e, hoje, Município de Bom Jesus da Serra. A Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, transferiu o Distrito de Água Bela para Bom Jesus de Baixo, mudando também o topônimo para Bom Jesus da Serra.

A senhora Vicença Ferreira Campos é descendente do senhor Antonio Ferreira Campos, grande proprietário no Sertão da Ressaca, que, juntamente com o senhor João Gonçalves da Costa, conquistaram e povoaram a região, culminando com a fundação do Arraial da Conquista, ainda no século XVIII. As primeiras indicações sobre o Arraial da Conquista no final do século XVIII descrevem um pequeno povoado onde moravam mais de 60 pessoas, entre índios aculturados e escravos submetidos pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa.

A sede da Fazenda Bom Jesus de Baixo, situada em território da Vila dos Poções, foi uma das grandes possessões de terras da família do capitão-mor João Gonçalves da Costa. O "Sertão da Ressaca", como era conhecido o extenso território, que, grosso modo, pertencera ao Arraial da Conquista, futura Imperial Vila da Vitória (atual município de Vitória da Conquista), foi desbravado a partir da "grossa bandeira" organizada em Minas Novas (zona do Alto Jequitinhonha em Minas Gerais) por Pedro Leolino Mariz, superintendente das Minas da Bahia.

O Município de Bom Jesus da Serra, desmembrado do Município de Poções, foi criado em 13 de junho de 1989 por Lei Estadual nº 5008, publicada em Diário Oficial do Estado da Bahia de 14 de junho de 1989. Atualmente, é constituído pela sede, pelos distritos de Bom Jesus da Serra e Água Bela e pelos povoados de Bonfim do Amianto e Diamante. Limita-se com os municípios de Poções, Boa Nova, Planalto, Mirante, Caetanos e Anagé.

ANEXO III



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2014

CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA-BA

DEZEMBRO/2014

Praça Vitorino José Alves, nº 112 - Centro
FONE: (77) 3461-1012 CEP: 45.263-000
BOM JESUS DA SERRA - BAHIA.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2014, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Institui o Código de Obras do Município de Bom Jesus da Serra e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA, ESTADO DA BAHIA, Faz saber que a Câmara Municipal Aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º - fica instituído o código de obras de Bom Jesus da Serra, que estabelece as normas para elaboração do parcelamento do solo, projetos e execução de obras e urbanização de áreas particulares.

Art. 2º - As obras realizadas no Município serão identificadas de acordo com a seguinte classificação:

I – construção: obra de edificação nova, autônoma, sem vínculos funcional com outras edificações porventura existentes no lote;

II – reforma sem modificação da área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, não modificado sua área, forma ou altura;

III – reforma com modificação da área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, que altere sua área forma ou altura, quer por acréscimo ou decréscimo.

Parágrafo único – As edificações tombadas, bem como as classificadas como especiais, devem atender às disposições específicas da legislação pertinente às disposições administrativas editadas pelo órgão competente.

Art. 3º- Conforme o tipo de atividade a que se destinam as edificações classificam-se em:

Praça Vitorino José Alves, nº 112 - Centro
FONE: (77) 3461-1012 CEP: 45.263-000
BOM JESUS DA SERRA – BAHIA.

Quinta-Feira
30 de Dezembro de 2021
Edição nº 174

Bom Jesus da Serra - BA

DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO

**LEI COMPLEMENTAR Nº 015, DE
30 DE DEZEMBRO DE 2021.**



**CÓDIGO TRIBUTÁRIO
E DE RENDAS
DE
BOM JESUS DA SERRA**



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 16.418.709/0001-41

CÓDIGO TRIBUTÁRIO E DE RENDAS DE BOM JESUS DA SERRA

LEI COMPLEMENTAR Nº 015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

Reestrutura o Código
Tributário e de Rendas
do Município de Bom
Jesus da Serra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA, ESTADO DA BAHIA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I

DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I

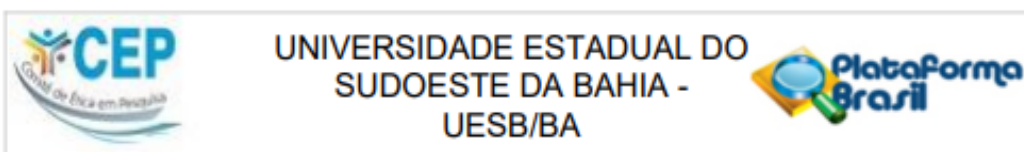
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 1º Aplicam-se à legislação tributária Municipal os princípios e as normas gerais estabelecidos pela Constituição Federal, Constituição Estadual, pelas suas respectivas Leis Complementares, Lei Orgânica do Município e demais disposições de lei que deva se observar.

Art. 2º A legislação tributária Municipal compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Parágrafo único. São atos complementares das leis e dos decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como: portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço, expedidos pelo



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Expansão Urbana na Cidade de Bom Jesus da Serra-BA: Produção do Espaço Por Meio da Criação de Loteamentos

Pesquisador: FERNANDA BASTOS MEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 51905721.6.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

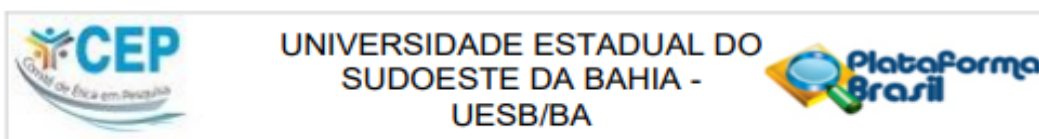
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.422.253

Apresentação do Projeto:

Apresentado pela pesquisadora como a seguir: "O presente projeto de pesquisa tem como objetivo estudar a expansão urbana na cidade de Bom Jesus da Serra – BA compreendendo que urbanização não se trata de um processo recente, esta, por sua vez tem características baseadas nas necessidades da sociedade rural e principalmente da demanda do modo de produção capitalista. As cidades pequenas encontram-se inseridas nessa lógica, pois, são dependentes das cidades maiores, que sempre se impõem diante das mesmas. As cidades não surgem do nada, as cidades pequenas são fruto de um movimento inverso do capitalismo, uma vez que, maior parte delas encontram-se em estagnação, servindo como reserva de mão de obra para os grandes centros urbanos. Bom Jesus da Serra, assim como muitas outras cidades faz parte dessa lógica, visto que é notório um processo de expansão urbana em seus bairros com a construção de novos loteamentos. Dessa forma, por meio do levantamento bibliográfico pretende-se estudar a temática do urbano e das cidades pequenas, atrelado ao modo de produção capitalista e como este atua na produção do espaço, o estudo de campo por meio de questionários com a população, entrevistas com servidores municipais, donos de loteamentos, uma pessoa que fez parte do processo de emancipação municipal junto ao levantamento de dados buscará compreender os aspectos urbanos, históricos e socioespaciais da cidade para contemplar a proposta de análise."

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.422.253

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Compreender o processo de produção do espaço urbano da cidade de Bom Jesus da Serra - BA pela lógica da criação de novos loteamentos, e das novas espacialidades urbanas da cidade, observando a estrutura produtiva do município.

Objetivos Secundários:

- Verificar o surgimento de novos loteamentos pela observação direta em campo dos vetores de expansão em Bom Jesus da Serra;
- Analisar quais bairros de Bom Jesus da Serra - BA tem apresentado maior expansão do número de novas edificações e o tipo dessas edificações;
- Verificar quais os processos de comercialização e as estratégias de compra e venda dos lotes nesses novos empreendimentos imobiliários da cidade de Bom Jesus da Serra - BA
- Verificar se existe uma legislação municipal específica para a questão da construção civil e edificação urbana para a consolidação dessas novas estruturas da cidade;
- Entender a lógica da funcionalidade urbana da cidade de Bom Jesus da Serra pela análise da estrutura produtiva do município enquanto cidade pequena na rede urbana regional do sudoeste da Bahia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados pelo pesquisador conforme se segue:

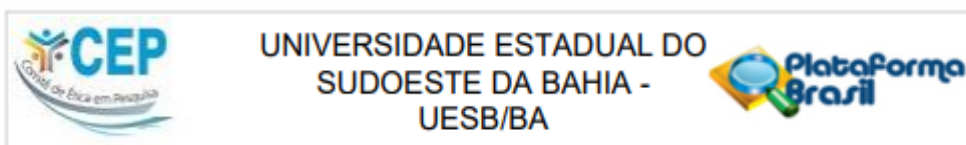
Riscos: "A pesquisa oferece baixo risco, porém pode acontecer alguma situação de constrangimento ou assédio, no entanto, para evitar tal situação será apresentado os objetivos da pesquisa para o esclarecimento do participante. O mesmo não será pressionado a responder as questões, deixando-o à vontade para responder ou não, assim como os dados pessoais serão preservados."

Benefícios: "A pesquisa desenvolvida será de suma importância, pois é o primeiro estudo sobre o urbano na cidade de Bom Jesus da Serra - BA, além disso, será de relevância para a população, pois, muitos não tem conhecimento sobre a importância de entender a dinâmica das pequenas cidades e dos vetores de expansão que estas apresentam."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)			
Bairro: Jequezinho		CEP: 45.206-510	
UF: BA	Município: JEQUIE		
Telefone: (73)3528-9727	Fax: (73)3525-6683	E-mail: cepjq@uesb.edu.br	



Continuação do Parecer: 5.422.253

Sudoeste da Bahia (UESB).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados pela pesquisada na segunda versão, conforme se segue:

- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1803007.pdf em 02/11/2021 - OK
- PROJETO_FERNANDA_.pdf em 02/11/2021 - OK
- link_do_google_forms_com_questionario.pdf em 02/11/2021 - PENDENTE
- TCLE_CEP_ajustes_FERNANDA.pdf em 02/11/2021 - OK
- folha_De_Rosto.pdf em 02/11/2021 – em 02/11/2021 - PENDENTE
- AUTORIZACAOCOLETA_DE_DADOS.pdf em 31/08/2021 – PENDENTE

REAPRESENTADOS NA VERSÃO 3:

- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1803007.pdf em 26/04/2022 – OK
- FOLHA_DE_ROSTO_.pdf em 26/04/2022 – OK
- Formulario_do_Google_Forms.pdf em 23/04/2022 – OK
- TCLE_CEP_ajustes_abril_2021.pdf em 23/04/2022 – OK
- coleta_dados.pdf em 23/04/2022 – OK

Recomendações:

Importante atender ao que foi solicitado no item de conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram corrigidas e o projeto está aprovado. A pesquisadora precisa apenas estar atenta às seguintes solicitações:

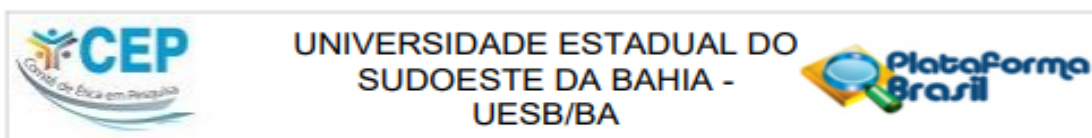
Quanto ao TCLE apresentado no início do formulário da plataforma google:

- No item "3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO" será necessário atualizar as datas para realização das entrevistas, como foi feito nos documentos reapresentados na versão 3.

Quanto aos Relatórios:

- Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.422.253

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB autorizou a aprovação por ad referendum assim que as pendências fossem sanadas. Portanto, fica aprovado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1803007.pdf	26/04/2022 20:03:12		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_.pdf	26/04/2022 20:01:22	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito
Outros	Formulario_do_Google_Forms.pdf	23/04/2022 20:13:05	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ajustes_abril_2021.pdf	23/04/2022 20:06:39	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito
Outros	coleta_dados.pdf	23/04/2022 19:52:53	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_FERNANDA_.pdf	02/11/2021 20:35:16	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito
Outros	Termo_uso_de_imagens_.pdf	31/08/2021 16:42:02	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_participacao_em_projeto.pdf	04/08/2021 15:59:48	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	04/08/2021 15:52:01	FERNANDA BASTOS MEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6883 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 5.422.253

JEQUIE, 21 de Maio de 2022

Assinado por:
Karla Rocha Pithon
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br